



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Jamille Ferreira Guimarães

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

**Influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra,
Estado do Pará.**

Belém
2014

Jamille Ferreira Guimarães

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

**Influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra,
Estado do Pará.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota.

**Belém
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Guimarães, Jamille Ferreira

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, Estado do Pará. / Jamille Ferreira Guimarães; orientadora, Dalva Maria da Mota - 2014.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Embrapa Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2014.

1. Política alimentar – Santarém (PA). 2. Trabalhadoras rurais – Santarém (PA). 3. Agricultura familiar – Santarém (PA). I. Título.

CDD – 22. ed. 363.856098115

Jamille Ferreira Guimarães

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

**Influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra,
Estado do Pará.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém – Pará: 05 de Novembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota (Presidente da banca)
Embrapa Amazônia Oriental – MAFDS/PPGAA/UFPA

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (Examinador interno)
MAFDS/PPGAA/UFPA

Prof^a Dr^a Maria Angélica Motta Maués (Examinadora externa)
PPGCS/UFPA

Prof. Dr. Heribert Schmitz (Suplente)
PPGCS/UFPA

A todos os professores que não desistem dos seus alunos.

A professora Dalva.

AGRADECIMENTOS

As escolhas da vida nos possibilitam entrelaçar sonhos, vontades, dificuldades e superações; fazem-nos perceber a incrível e, às vezes, inimaginável habilidade que possuímos de encontrar boas palavras e gestos sutis para propiciar alívio e demonstrar apoio a outrem. É diante dessa atitude nobre, que, surpreendentemente, descobrimos como atenuar os males e acentuar a fé de nossa própria vida.

Ninguém se torna Ser sozinho, nos moldamos com outras mãos e também oferecemos a nossa, num ato recíproco, para que possamos participar da (re)construção de vidas, de histórias. Pelos caminhos que andei, busquei internalizar o algo a mais das pessoas, das situações e dos lugares, numa tentativa antropofágica de me constituir. Agora é tempo de manifestar minha gratidão a todos àqueles que ofereceram e oferecem suas mãos, para que sigamos juntos lapidando as próximas escolhas de nossas vidas.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota, pelas boas conversas e orientações que contribuíram para a elaboração desta dissertação e por acreditar em mim mesmo quando eu fraquejei. Agradeço ao Prof. Dr. Heribert Schmitz pela oportunidade dada de participar de seu projeto de pesquisa “*Programa de Aquisição de Alimentos: possibilidade de autonomia para mulheres extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil*”, financiado pelo CNPq. Agradeço a ambos os professores por terem me apresentado à beleza e aos desafios de se fazer pesquisa científica.

Agradeço à Prof^a Dr^a Noemi Porro pelas contribuições dadas durante a qualificação do projeto de pesquisa, o que me possibilitou avançar na conclusão deste trabalho. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade dada de cursar o mestrado sanduíche, foi um momento inesquecível poder compartilhar de experiências e conhecimentos e fazer novas amizades: Marielen Costa, Camila Viana, Taína Zaneti e Keyle Beraldo.

Agradeço as amigas Nashira Mota e Andreia Scalabrin, que tive a oportunidade de conhecer neste mestrado e que foram as pessoas com quem compartilhei minhas aflições e troquei conhecimentos. Elas acreditaram em mim e eu nelas e hoje estamos concluindo mais uma etapa de nossas vidas.

Agradeço a Karen Nogueira pela disponibilidade para elaborar o mapa presente neste trabalho, que é de fundamental importância para representar espacialmente o fenômeno aqui estudado.

Agradeço ao Prof. Dr. Pedro Fonseca e a Prof^a Dr^a Luciana Carvalho, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por me receberem e me orientarem durante as pesquisas de campo que realizei nos municípios de Santarém e Belterra, Estado do Pará.

Agradeço a Fábio José de Souza Silva, diretor financeiro da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS), por ter facilitado minha inserção junto aos agricultores familiares e também junto à Coordenação Local do PAA Municipal de Santarém. Agradeço a Fagner Rocha, coordenador do PAA Municipal de Santarém, que me recebeu e me disponibilizou todas as informações necessárias para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa de dissertação. Agradeço a Sérgio Luiz Correa, coordenador da EMATER-Belterra, pelas informações sobre a agricultura familiar do Município de Belterra.

Agradeço as vinte e uma mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra, no Município de Belterra, por terem de boa vontade me permitido viver um pouco de suas vidas, por terem confiado a mim muitas de suas histórias e trajetórias de vida. Foi um aprendizado de pesquisa, mas, sem dúvida, um aprendizado de vida compreender a força da mulher agricultora e sua luta pelo reconhecimento do seu trabalho e de sua importância, em todos os sentidos, para o desenvolvimento da agricultura familiar. Agradeço, em especial, a Célia da Silva Rodrigues, que me acolheu nos dias em que estive na comunidade e se envolveu completamente com minha pesquisa. Foi um prazer ter a sua companhia, o seu carinho e o seu cuidado.

Agradeço “aos meus pais” e agricultores rurais de Santarém, Antônio Rodrigues dos Santos e Francisca Oliveira dos Santos, que eu tenho certeza que não os conheci por acaso, mas que foi um presente que a vida me deu. Foi uma convivência maravilhosa, pois eles abriram sua casa e seus corações para mim, mostrando-me que nesse mundo de Deus existem pessoas incríveis. Digo que todas as nossas despedidas foram difíceis para mim, pois a palavra “obrigada” era pouco para manifestar toda a minha gratidão, todo o carinho e o apreço que tenho por essas duas dádivas. Agradeço também as suas filhas: Ádria, Andreia e Adriana, que também me acolheram e me permitiram participar como uma “irmã” desta família santarena.

Agradeço a minha mãe, Nilce Guimarães, pelos princípios pautados na coragem; ao meu irmão, Jean Bittencourt, por demonstrar incansavelmente a superação; a minha tia, Nilva Guimarães, pela inabalável determinação; e a minha tia, Nilda Guimarães, *in memóriam*, pela fé em mim.

Agradeço ao meu Grande Pai, que me escuta, corrige, contempla e me enche de vida.

E, por fim, agradeço a Santarém e a Belterra, que foram a minha segunda morada, que me permitiram ver suas belezas, expuseram-me suas fraquezas, aguçando-me as perguntas.

Obrigada a todos!

“Uma vida normal, isso é para os pássaros.
Trabalho duro, para que você nunca diga estas palavras”.

Armando Christian Pérez

RESUMO

Esta pesquisa analisa as influências que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar tem sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras da Comunidade do Trevo de Belterra, Município de Belterra, Microrregião de Santarém, Região de Integração do Baixo Amazonas, Estado do Pará. Trata-se de um estudo de caso realizado a partir da abordagem qualitativa, em que os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: a observação participante e a entrevista semiestruturada. O referencial teórico que consubstanciou a pesquisa apoia-se nas categorias temáticas: campesinato, trabalho produtivo das mulheres agricultoras e políticas públicas para o meio rural. As principais conclusões mostram que: i) o PAA Municipal de Santarém é resultado de uma articulação entre os atores sociais (os agricultores familiares e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos) e as instituições governamentais, com destaque para a Prefeitura Municipal de Santarém, que produziram um arranjo institucional e espacial inovador ao constituir uma área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém, em que engloba também os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos; ii) as influências do PAA sobre o trabalho das mulheres agricultoras são mais expressivas no que diz respeito às práticas produtivas e à intensidade do trabalho, já no que se refere a jornada de trabalho não foi observado alterações; iii) a participação no PAA possibilitou não apenas um reforço na autonomia econômica das mulheres agricultoras, mas também uma autonomia de decisão, em que essas mulheres passam gradualmente a ter voz ativa e suas sugestões contempladas; iv) a participação no PAA estimula o envolvimento das mulheres agricultoras em associações, cooperativas e afiliação sindical, é uma forma delas terem contato com as informações ligadas à agricultura familiar .

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Mulheres agricultoras. Trabalho produtivo.

ABSTRACT

This research analyzes the influence that the Family Farming Food Acquisition Program has on the work done by women farmers of the Trevo de Belterra Community, Municipality of Belterra, Micro-region of Santarém, the Integration Region Lower Amazon, Pará, Brazil. It is a case study from the qualitative approach, in which the main methodological procedures used were: participant observation and semi-structured interview. The theoretical framework that embodied the research draws on the following thematic categories: peasants, productive work of female farmers and public policies for rural areas. The key findings show that: i) the Municipal PAA of Santarém is the result of an articulation between social actors (family farmers and the Unions of Rural Workers of Santarém, Belterra and Mojuí dos Campos) and government institutions, with emphasis for Santarém City Hall, which produced an innovative institutional and spatial arrangement to constitute a geographical area for the implementation of Santarém's Municipal PAA, which also encompasses the municipalities of Belterra and Mojuí dos Campos; ii) the PAA influence on the work of female farmers are more expressive regarding the production practices and intensity of work, since no changes with regard to working hours was observed; iii) participation in PAA allowed not only a strengthening of economic empowerment of women farmers, but also decision-making autonomy, in which these women are gradually earning active voice and their suggestions included; iv) participation in the PAA encourages the involvement of women farmers associations, cooperatives and union membership; it is a way of them having contact with the information linked to family farming.

Keywords: Food Acquisition Program. Women farmers. Productive work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Modalidades de aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores familiares participantes do PAA.	38
Quadro 2 - Fases, período e permanência em campo.	46
Foto 1 - Sala da Coordenação Local do PAA, localizada no CRAS, Santarém/PA.....	49
Mapa 1 - Mapa de localização da área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém, Pará.	53
Quadro 3 - Cronograma de Execução do PAA Santarém – etapa aquisição e destinação dos alimentos. Ano 2013	67
Foto 2 - Mercado Municipal da Rodagem, Santarém/PA	67
Foto 3 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.....	68
Foto 4 - Mercado Municipal da Rodagem, Santarém/PA.	69
Foto 5 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.....	70
Foto 6 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.....	70
Foto 7 - Agricultores familiares entregando os alimentos na sede da APRUSAN	71
Foto 8 - Agricultores familiares descarregando os alimentos na sede da APRUSAN	72
Foto 9 - Os caminhões das entidades beneficiadas aguardam sua vez de carregamento dos produtos destinados pelo PAA.....	73
Foto 10 - Associação do Bairro Alvorada, Santarém/PA.	74
Foto 11 - Associação do Bairro Maracanã, Santarém/PA.....	74
Foto 12 – Estagiários do PAA Municipal de Santarém na Associação do Bairro da Alvorada, Santarém/PA.....	75
Foto 13 – Comunidade do Trevo de Belterra, Município de Belterra/PA.....	78
Foto 14 – Monumento construído na intersecção entre a Estrada 5 e a BR-163 (Cuiabá-Santarém).....	79
Foto 15 – Casas às margens da BR-163.	80
Foto 16 – Casas e estabelecimentos comerciais às margens da BR-163.....	81
Foto 17 – Fazenda à margem da BR-163, na comunidade do Trevo de Belterra.....	82
Foto 18 – Caixa d’água utilizada para acesso rápido a água.....	103
Foto 19 – Momento em que uma das agricultoras ajuda a outra a colocar o equipamento borrifador nas costas.	105
Foto 20 – Produção de hortaliças na área do Portão de Belterra.	111
Foto 21 – Horta na área do Portão de Belterra	112

Foto 22 – Produção de hortaliças no Trevo de Belterra.	112
Foto 23 – Produção de mudas para cultivo de hortaliças.	113
Foto 24 – Agricultora preparando a terra para o plantio e entregando a produção na APRUSAN em Santarém	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra fornecedoras do PAA Municipal de Santarém.....	84
Tabela 2 - Escolaridade das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra fornecedoras do PAA Municipal de Santarém	85
Tabela 3 - Estado civil das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra, considerando a presença ou não de filhos	86
Tabela 4 - Renda familiar das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra participantes do PAA Municipal de Santarém.....	88
Tabela 5 - Tempo de trabalho na atividade agrícola das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra	89
Tabela 6 - Tempo de residência das mulheres agricultoras na comunidade do Trevo de Belterra	91
Tabela 7 - Acesso das mulheres agricultoras à energia elétrica, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário	92
Tabela 8 - Situação da moradia das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra	92
Tabela 9 - Tipo de construção da moradia das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.....	93
Tabela 10 - Ano do início de participação no PAA – Entrega dos produtos.....	97
Tabela 11 - Quantidade de agricultores participantes do PAA Municipal – Brasil	99
Tabela 12 - Condição de acesso à terra	101
Tabela 13 - Tamanho da unidade de produção familiar	102
Tabela 14 - Infraestrutura de Sistema de Irrigação.....	103
Tabela 15 - Jornada de trabalho produtivo na agricultura das mulheres do Trevo de Belterra	106
Tabela 16 - Intensidade do trabalho considerada pelas mulheres do Trevo de Belterra	108
Tabela 17 - Participação das mulheres do Trevo de Belterra em associações, cooperativas e sindicatos	115

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AMATB	Associação dos Moradores e Agricultores do Trevo de Belterra
APRUSAN	Associação dos Trabalhadores Rurais de Santarém
CD	Compra Direta
CDS	Compra com Doação Simultânea
CF	Constituição Federal
CI	Compra Institucional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOMAPLAS	Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós
COOPFAMILIAR	Cooperativa Familiar
COOPRUSAN	Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Santarém
CPROF	Coordenadoria de Incentivo à Produção Familiar
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERT	Estabelecimento Rural do Tapajós
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FE	Apoio à Formação de Estoque
INAM	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPCL	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome

MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR-RS	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Rio Grande do Sul
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDMTR	Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMPAF	Secretaria Municipal de Produção Familiar
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SISPAA	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos
STTR-STM	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural – Santarém
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 FACES DO “CAMPEPINATO” NA AMAZÔNIA	22
2.1.1 Mulheres agricultoras na Amazônia.....	28
2.2 MULHERES AGRICULTORAS E A QUESTÃO DO TRABALHO	30
2.2.1 Mobilizações e conquistas das mulheres agricultoras.....	31
2.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA).....	34
2.3.1. Repercussões do PAA sobre o segmento social e econômico da agricultura familiar.....	38
3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 CAMINHOS DA PESQUISA.....	43
3.2 PESQUISA DE CAMPO: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMANTES.....	46
3.3 SELEÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO	51
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	54
4. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) MUNICIPAL DE SANTARÉM-PA.....	55
4.1 SITUANDO A ÁREA GEOGRÁFICA DE EXECUÇÃO DO PAA MUNICIPAL DE SANTARÉM.....	55
4.1.1 Santarém.....	55
4.1.2 Belterra	57
4.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA MUNICIPAL DE SANTARÉM.	59
4.2.1 O papel dos atores sociais locais na implementação do PAA.....	59
4.2.2 Dinâmica de funcionamento do PAA Municipal de Santarém	65
5. MULHERES AGRICULTORAS E A COMUNIDADE DO TREVO DE BELTERRA, BELTERRA-PA.	77
5.1. SITUANDO A COMUNIDADE DO TREVO DE BELTERRA	77
5.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES AGRICULTURAS	83
5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA E O ACESSO À INFRAESTRUTURA BÁSICA.....	91
5.4 SOBRE O COTIDIANO DAS MULHERES AGRICULTORAS DO TREVO DE BELTERRA	93
5.5 INSERÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO PAA.....	97
6. (RE)ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO.....	101
6.1. ESPAÇO PRODUTIVO	101
6.2 DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO	104

6.3 HORTALIÇAS: UMA PRODUÇÃO DE MULHERES?.....	109
6.4 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS.....	114
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE	128

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação discorro a respeito de um estudo de caso realizado com as mulheres agricultoras da Comunidade do Trevo de Belterra, localizada no Município de Belterra/PA, que faz parte da área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém/PA, no período de 2013 a 2014. A ideia central deste estudo é refletir acerca das influências que a operacionalização do PAA tem sobre o trabalho desenvolvido por essas mulheres agricultoras.

O meu interesse em estudar a implantação e execução de políticas públicas pelo Estado vem desde a graduação em Geografia, que me possibilitou transitar entre temáticas de estudos sobre os espaços urbano e rural. No meu trabalho de conclusão de curso, discuti as implicações sócio espaciais produzidas pela política pública de requalificação urbana para as áreas centrais das metrópoles no Brasil, focando o caso da área central de Belém do Pará.

Dentre as várias políticas públicas empreendidas pelo Estado brasileiro no meio rural, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) chamou-me atenção justamente por atuar de forma bilateral e inédita, ao compreender ações no setor da segurança alimentar e nutricional, como também no setor de comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar. Segundo Grisa et al. (2009); Müller (2007); Zimmermann (2007) e Schmitt (2005) a criação do PAA, em 2003, é resultado da convergência entre duas discussões relevantes da década de 1990, no Brasil, na qual a primeira trata do debate da segurança alimentar e nutricional, e a segunda, do reconhecimento do segmento social e econômico da agricultura familiar.

Somado a isso, a literatura sobre a execução do PAA no Brasil levou-me aos primeiros questionamentos acerca da elaboração, implantação e suas influências no segmento social da agricultura familiar, como também, a percepção de que o debate acadêmico a respeito do tema tem dado destaque à avaliação dos avanços e limites dessa política pública para a resolução dos problemas existentes no meio rural brasileiro, principalmente, no tocante à acessibilidade do agricultor familiar a canais de comercialização, em detrimento do estudo das dinâmicas produzidas *in loco* para a operacionalização do PAA e as repercussões deste no universo do trabalho da agricultura familiar.

Esta desproporcionalidade dos estudos acerca do PAA não se limita apenas às discussões acadêmicas, mas também à área ou região em que as pesquisas são

produzidas, pois grande parte destas foi realizada nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste do país, em comparação à região Norte e, principalmente, no Estado do Pará, em que a produção de trabalhos acadêmicos que dizem respeito a este tema é ínfima.

O estudo da literatura sobre essa temática deu conta que no Sul, há pesquisas, como a de Schmitt (2005) acerca da integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional; o de FUBRA (2006a) que diz respeito à avaliação dos impactos do PAA na agricultura familiar, em municípios do Estado de Santa Catarina; o de Dorreto e Michellon (2007) que trata de avaliações sobre os impactos econômicos, sociais e culturais do PAA em municípios do Estado do Paraná; o de Müller et al. (2007) acerca da inovação institucional e o papel dos atores locais observado em três municípios do Estado do Rio Grande do Sul; o de Guareshi (2010) acerca da articulação entre atores sociais e o governo local para a operacionalização do PAA, no Município de Tenente Portela/RS; e o de Grisa (2009) que analisa o PAA como uma proposta de política de desenvolvimento local.

Já no Nordeste, têm-se os estudos de Gomes e Bastos (2007) que trata sobre os limites e possibilidades da incorporação da agricultura familiar no PAA no Estado de Pernambuco; o de Martins e Cavalcanti (2007) que faz uma avaliação dos impactos do PAA no Estado do Rio Grande do Norte; o de Chmielewska et al. (2010) que debate a respeito das interferências do PAA na transformação das práticas produtivas e organizacionais de agricultores familiares no Estado de Sergipe. Por fim, na região Sudeste, menciono os trabalhos de Almeida e Ferrante (2009) que discutem como o PAA colabora para a formação de rede de coesão social entre os agricultores familiares participantes; e o de Vieira e Del Grossi (2009) que trata da influência do PAA sobre algumas características de comercialização dos produtos agrícolas fornecidos por produtores de Paracatu/MG.

Outros estudos fazem uma análise considerando a execução do PAA no Brasil como, por exemplo, o de Botelho Filho et al. (2007) que aborda o tema dos impactos do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões Nordeste e Sul; e o de Grisa et al. (2009, 2011) que consiste numa sistematização geral dos avanços e limites do PAA no Brasil, baseando-se na literatura existente.

Há ainda estudos que exploram a questão do processo de constituição do PAA, como os de Mattei (2007a), Müller (2007) e Zimmermann (2007). Outros pesquisadores dedicam-se a análises em que o PAA seria um mecanismo de revigoração dos mercados regionais beneficiando a agricultura familiar, como Pandolfo (2008) e Vogt e

Souza (2009). E, também, menciono a discussão de Delgado et al. (2005) que faz uma avaliação não dos resultados do PAA, mas das diretrizes e dos objetivos assumidos no seu processo de implementação e suas possíveis implicações sobre a agricultura familiar no Brasil.

Esse processo me levou à reflexão sobre a pesquisa em questão. Diante disso, comecei a organizar o conteúdo que compõe o tema de pesquisa desta dissertação. A ideia era estudar a operacionalização do PAA, num município do Estado do Pará, e a influência dessa política pública no universo do trabalho da agricultura familiar. Assim, a introdução da temática “mulheres agricultoras” veio num segundo momento, quando observei serem poucos, mas importantes, os estudos sobre as mulheres agricultoras participantes do PAA.

Nesse processo levantei informações sobre mulheres agricultoras e PAA, o que oportunizou conhecer os estudos de Siliprandi e Cintrão (2010, 2011) que debatem a importância do PAA na promoção de autonomia econômica das mulheres agricultoras participantes, através da inserção delas nas atividades de comercialização; de Azevedo (2012) que discute o caso da inserção das mulheres agricultoras ao PAA e a possibilidade do alcance de empoderamento das mesmas nas esferas público e privada, implicando em mudanças nas relações entre homens e mulheres do Município de Barbacena/MG; de Valeriano (2012) que analisa a articulação entre o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e o PAA e como isso contribuiu para o desenvolvimento local dos agricultores familiares participantes do Município de Santa Maria do Pará/PA; e os de Mota et al. (2012) que discute o PAA como possibilidade de conservação de áreas de uso comum onde são realizados o extrativismo da mangaba pelas mulheres da Comunidade de Pontal, Município de Indiaroba/ SE.

Com isso, delimito o tema de pesquisa: “a influência do PAA sobre o trabalho das mulheres agricultoras”, já que parte significativa das discussões acadêmicas a respeito do mesmo foi profícua ao pontuar os aspectos positivos e os negativos, os casos de sucesso e de insucesso dessa política pública no meio rural brasileiro. Assim na tentativa de fugir dos estudos que focam na avaliação dos impactos, busquei discutir a partir de um viés mais analítico.

Nesta perspectiva, a pergunta de partida que norteou esta pesquisa foi: ***de que forma a operacionalização do PAA Municipal de Santarém influencia no trabalho das mulheres agricultoras participantes da Comunidade do Trevo de Belterra?***

Para elucidar esta questão, a pesquisa tem por objetivo geral: analisar as influências que a operacionalização do PAA Municipal de Santarém tem sobre o trabalho das mulheres agricultoras participantes.

Por fim, fragmentei este objetivo em outros três específicos, são eles: i) descrever a operacionalização do PAA em Santarém, enfatizando a participação dos atores locais e das instituições governamentais na formação do arranjo institucional local (AIL); ii) descrever as características socioeconômicas das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra participantes do PAA, bem como caracterizar seus espaços de moradia e sua participação no PAA; e iii) analisar as influências do PAA sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra.

Ao buscar compreender as influências do PAA no trabalho das mulheres agricultoras participantes ressalto que os sujeitos sociais estão envolvidos numa atmosfera em que os seus papéis sociais assumem significações distintas produzidas de acordo com suas realidades sociais, históricas e culturais. Assim, as ações e reações relacionadas ao PAA podem resultar em respostas diferentes daquelas concebidas *a priori* quando da implementação desta política pública. Ou seja, homens e mulheres agricultores podem responder de formas distintas ao PAA, pois mesmo fazendo parte do mesmo segmento social e econômico, a agricultura familiar, sabe-se que assumem particularidades sociais próprias de seus gêneros.

Considerando o objetivo deste estudo, estruturei a dissertação em cinco capítulos. No primeiro capítulo trato do referencial teórico mobilizado para dar fundamentação à pesquisa. Apresento a discussão a respeito da diversidade e das particularidades do campesinato na Amazônia, como também, discorro sobre a importância do trabalho das mulheres agroextrativistas para a produção e a reprodução do campesinato amazônico. Ainda neste capítulo trago o debate sobre a concepção, elaboração e implementação do PAA, seguido de algumas reflexões sobre suas implicações na agricultura familiar e na segurança alimentar e nutricional.

No segundo capítulo apresento os pressupostos metodológicos que nortearam e garantiram cientificidade ao desenvolvimento desta pesquisa e o alcance dos objetivos propostos.

No terceiro capítulo analiso o processo de formação do arranjo institucional e espacial do PAA Municipal de Santarém, evidenciando a imprescindível participação dos atores sociais locais e o envolvimento das instituições governamentais. Descrevo

também como é a operacionalização de uma das principais etapas de execução do PAA, a de “aquisição e destinação dos produtos agrícolas às entidades beneficiadas”.

No quarto capítulo apresento as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, que foram sujeitos privilegiados desta pesquisa. Situo a Comunidade do Trevo de Belterra, como também, descrevo o cotidiano das mulheres agricultoras e caracterizo seus espaços de moradia e produção.

No quinto capítulo analiso como a operacionalização do PAA influencia na organização do trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra.

Espero com este estudo poder auxiliar os atores sociais e os gestores locais a repensar a operacionalização do PAA, pois as políticas públicas são resultado de um processo, que ao longo do tempo necessitam passar por modificações para se adequarem, o máximo possível, às realidades sócio espaciais em que são praticadas (FREY, 2000).

Academicamente, pretendo contribuir para o enriquecimento do debate já suscitado sobre a operacionalização do PAA, buscando amenizar as lacunas no que diz respeito ao entendimento de suas influências no trabalho das mulheres agricultoras participantes e, também, de como o PAA se apresenta na realidade sócio espacial do Estado do Pará, tomando como base a área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém, que assume um arranjo institucional e espacial inovador ao compreender nos seus limites de operacionalização outros dois municípios: Belterra e Mojuí dos Campos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo trato do referencial teórico que consubstanciou este trabalho. Para isso, o dividi em três seções: na primeira apresento uma breve, mas importante discussão sobre as faces do campesinato ou agricultura familiar na Amazônia; na segunda, verso acerca do debate entre mulheres agricultoras e a busca pelo reconhecimento e valorização do trabalho que desenvolvem no meio rural e para a economia da agricultura familiar; e na terceira, trato do processo de elaboração e implementação do PAA e a sua interferência sobre a agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

2.1 FACES DO “CAMPEGINATO” NA AMAZÔNIA.

Para Woortmann (2001) e Moreira e Hébette (2009) o campesinato, ao longo do século XX, foi amplamente estudado não apenas por economistas, como também, por antropólogos e sociólogos voltados para compreender a (re)produção das sociedades camponesas.

Woortmann (2001) e Woortmann (1995) observam que grande parte dos estudos produzidos sobre o campesinato partiu dos princípios teóricos desenvolvidos por A. Chayanov, que dedicou-se a revelar a lógica que mantem e confere especificidade à economia camponesa, sustentando a tese de que a economia camponesa é um modo de produção doméstico e, por isso, distinto do capitalismo, do feudalismo e do escravismo.

O modelo de campesinato teorizado por Chayanov (1981) considera que a unidade camponesa é constituída, ao mesmo tempo, por uma unidade de produção e uma unidade de consumo, que abriga a família – grupo doméstico-, que ao buscar atender razoavelmente suas necessidades básicas, vale-se de uma lógica baseada na avaliação do grau de auto-exploração do trabalho familiar que é “determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho” (CHAYANOV, 1981, p. 139), ou seja, o objetivo de avaliar o grau de auto-exploração do trabalho não visa ter uma noção do lucro obtido, mas, sim, a satisfação das necessidades do grupo doméstico. Entretanto, o grau de auto-exploração do trabalho familiar é reavaliado à medida que a “razão consumidores/produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento” (WOORTMANN, 1995, p. 30) do grupo familiar.

Woortmann (2001) ressalta que Chayanov estabelece uma comparação entre a economia camponesa e a economia natural, ao qualificar o sistema de trocas, que não se baseia num cálculo objetivo e, sim, subjetivo.

Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida *qualitativo*: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente (CHAYANOV, 1981, p. 136).

A partir dessa reflexão, Chayanov (1981) argumenta que a economia camponesa não poderia ser analisada segundo os parâmetros mobilizados para caracterizar os demais modos de produção existentes, sendo necessário produzir uma teoria da economia familiar.

Segundo Woortmann (1995), Chayanov busca teorizar o campesinato apenas desvendando sua face econômica, “e não como um valor cultural – outra dimensão básica para se entender o campesinato” (WOORTMANN, 1995, p. 30). Contudo, Moreira e Hèbette (2009), baseados em Galeski (1977) e Shanin (1976), referem-se ao campesinato como um modo de vida específico.

Um modo de vida marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos rurais com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear, no parentesco e na convivência coletiva em vizinhança. Um modo de vida, portanto, que, pela mediação de suas características materiais, sociais e simbólicas, fundamenta uma identidade específica (MOREIRA; HÈBETTE, 2009, p. 187).

Shanin (2005) problematiza que a tentativa de generalizar a figura social do camponês em torno de um conceito fechado incide em não considerar a diversidade sociocultural e espacial onde se reproduzem as sociedades camponesas. “Para começar, ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005, p. 1).

Esta concepção de Shanin (2005) sustenta os estudos de Costa (2012), Moreira e Hèbette (2009), Witkoski (2007), Hurtienne (2005) e Velho (1979) que revelam a pluralidade de feições e trajetórias do campesinato na Amazônia. Essa multiplicidade apontada por esses estudiosos é resultado do complexo e diversificado processo de formação histórico-social e econômico-territorial da região amazônica, que não apenas

permitiu a produção de diversas formas de campesinato, como também, prevê a coexistência temporal e suas inter-relações.

Moreira e Hèbette (2009), baseados nas reflexões de Hèbette, Magalhães e Maneschy (2002), expõem que as formas como o campesinato se apresenta na Amazônia compreende um conjunto variado de atividades produtivas não apenas relacionadas à agricultura, mas também, à criação de animais, à pesca artesanal e ao extrativismo. Witkoski (2007, p. 166) ao estudar os camponeses que habitam a várzea amazônica e as suas formas de uso dos seus recursos naturais, explica que estes “trabalham como agricultores, criadores e extratores de produtos vegetais e animais (caça e pesca), num ecossistema onde a terra, a floresta e a água são espaços naturais e/ou humanizados que exigem muito trabalho”.

Moreira e Hèbette (2009) e Witkoski (2007) mostram as particularidades do campesinato amazônico no tocante à multiplicidade e multifuncionalidade das atividades desenvolvidas pelos camponeses, que não se restringem apenas à ação no plano econômico, mas também, às ações no plano social e político.

A multifuncionalidade (ou polivalência), por exemplo, do modo de vida desse camponês, assentada sobre as condições materiais de existência particulares [...] lhe confere formas de relação com a natureza que podem ser assim descritas: os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e água; a mão-de-obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, a família; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais; [...] os camponeses amazônicos participam de um mercado em rede; possuem clara noção de território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por fim, o poder político interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos de agentes de comercialização (WITKOSKI, 2007, p. 163).

Witkoski (2007) ao descrever a multifuncionalidade do modo de vida do camponês amazônico, tem o cuidado de procurar diferenciar este ator social do das populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, ribeirinhos), que também têm seus modos de vida e produção intrinsecamente atrelados à terra, à floresta e às águas (ARRUDA; DIEGUES, 2001). Para estabelecer essa distinção, Witkoski baseia-se nas reflexões de Wolf (1976) ao afirmar que a diferença entre o camponês e os povos primitivos não está ligada à intensidade do envolvimento dessas sociedades com a sociedade hegemônica, mas, sim, com o tipo de envolvimento que estabelecem.

A distinção entre primitivos e camponeses não repousa, portanto, no maior ou menor envolvimento exterior sofrido por um ou por outro, mas pelo caráter desse envolvimento [...]. Na sociedade primitiva os produtores controlam os meios de produção, inclusive seu próprio trabalho, e trocam-no junto com seus produtos, por bens e serviços definidos culturalmente como equivalentes a outros. [...] Os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1976, p. 15-16).

Já Costa (2012) e Hurtienne (2005) exploram outras especificidades da (re)produção do campesinato na Amazônia que estão relacionadas ao desenvolvimento de diversos campesinatos em diferentes espaços e contextos históricos, políticos e sociais. Para esses autores, tem-se a conformação de certo tipo de campesinato antes da década de 1950 e, outro, após a década de 1950, que em virtude da sua lógica de desenvolvimento e do contexto histórico e espacial assumiram trajetórias diferentes ao longo do tempo, coexistindo até hoje.

Hurtienne (2005, p. 34) apresenta três fases históricas e espaciais do desenvolvimento do campesinato na Amazônia. Para o autor, as 1ª e 2ª fases foram experimentadas antes da década de 1950 e a 3ª fase, após a década de 1950.

A 1ª fase perdurou

durante séculos, extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, como grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos, foram os grupos populacionais mais importantes da Amazônia rural – o segmento desses camponeses agroextrativistas ainda é importante na Zona Bragantina;

Já a 2ª fase surge

com a construção da ferrovia na Zona Bragantina no começo do século, estabelece-se um campesinato agrícola com base numa agricultura de pousio, já altamente orientado para o suprimento do mercado de Belém – nos anos de 40 e 50, esse processo de colonização estendeu-se à região Guajarina (Capitão Poço e Irituia);

E a 3ª fase trata-se da

grande imigração de colonos do Nordeste e Sul do Brasil depois da abertura da Amazônia através dos novos eixos rodoviários, os programas de colonização oficial e os grandes projetos foram à base para a formação de um campesinato mais novo.

Velho (1979) também classificou de forma mais geral a lógica de produção do campesinato na Amazônia, tomando como divisor de águas a década de 1950. O autor explica que antes desta década, o campesinato nasce da estratégia do migrante nordestino de sobreviver na Amazônia após a falência da economia da borracha, utilizando o tipo de agricultura de derruba e queima, desenvolvida próxima dos centros urbanos regionais, mas especificamente na Região do Nordeste Paraense. Depois da década de 1950, nasce o *neocampesinato*, onde a produção se dá nas áreas de fronteira de expansão agrícola na Amazônia (Transamazônica, Sul e o Sudeste do Pará), próximos dos eixos de integração rodoviários, na qual o abastecimento é direcionado ao mercado intra e inter regional.

Moreira e Hèbette (2009) ressaltam outra face do campesinato amazônico que está relacionada ao surgimento de múltiplas identidades sociais, explicando que tal fenômeno é decorrente das metamorfoses que o campesinato na região experimentou após a década de 1950. Esses autores observam que, mais recentemente, houve a substituição da denominação “campesinato” por “agricultura familiar”, analisando que “trata-se de uma mudança vivida pelos camponeses no seu cotidiano, expressa na mudança multiforme de autodenominações identitárias [...] essas fazem referência tanto à atividade e à localização geográfica quanto à condição jurídica e à etnia (MOREIRA; HÈBETTE, 2009 p. 187-188).

Uma dessas metamorfoses do campesinato amazônico é abordada por Brondízio (2006) ao problematizar a condição de “invisibilidade” das populações rurais na Amazônia, ao explicar que, a partir da década de 1950, a concepção que norteia a produção do espaço agrário na região prega que os sistemas de produção agrícola desenvolvidos por essas populações rurais se apresentam como obstáculos ao processo de modernização do espaço rural amazônico.

[...] a chamada “invisibilidade” dos pequenos produtores da Amazônia (quer econômica, política, tecnológica e social) é, em partes, o resultado das perspectivas dominantes em relação ao que é considerado um sistema agrícola produtivo no que concerne às suas características agrônômicas, estéticas, econômicas, tecnológicas e sócio-culturais. [...] os sistemas de produção (em suas variabilidades), caboclo e colono, tendem a ser desconsiderados em termos de sua

relevância e efetividade sócio-econômicas quando comparados à agricultura de grande escala, na sua maior parte subsidiada em capital e tecnologia. [...] este argumento reforça a ideia de “invisibilidade fabricada” sugerida por Nugent (1993), onde esses proprietários rurais são colocados numa condição social “patológica”, como um obstáculo impedindo o desenvolvimento regional (BRONDÍZIO, 2006, p. 197).

A resposta a essa condição de “invisibilidade” das populações rurais amazônicas se concretiza nessa heterogeneidade de autodenominações identitárias, numa tentativa de transpor essa interpretação de homogeneidade social, econômica e cultural em que foram inseridos (MOREIRA; HÈBETTE, 2009; BRONDÍZIO, 2006).

Almeida (2008) explica que essa pluralidade de designações identitárias faz parte da nova estratégia política dos movimentos sociais no campo, a partir da década de 1980/1990, no Brasil.

[...] ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associado principalmente ao termo “camponês”. Politiza-se aqueles termos e denominações de uso local. Seu uso cotidiano e difuso coaduna com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, 2008, p. 80).

Assim, segundo Almeida (2008), a diversidade de designações rompe com a lógica homogeneizante e corporifica as estratégias políticas, já que passam a ser um conjunto de grupos sociais a reivindicar direitos e reconhecimento sócio cultural ao exercer pressão sobre o Estado. Cada vez mais é frequente ver-se grupos indígenas, quilombolas, mulheres agricultoras, mulheres quebradeiras de coco babaçu buscando integrar-se a vida política a fim de representar politicamente sua comunidade social.

Hurtiene (2005) problematiza a substituição da denominação campesinato por agricultura familiar, explicando que a revalorização econômica vivida pelos camponeses, na década de 1980, no Brasil, traz os termos agricultura familiar e agricultor/agricultora familiar como nova categoria de reconhecimento político. Entretanto, este mesmo autor tece algumas críticas a respeito da simples e prática adoção desses termos no discurso político.

Infelizmente, a absorção dessa nova bandeira no discurso político até na Amazônia foi bem mais rápida do que a compreensão verdadeira do novo significado desse conceito em relação aos velhos conceitos.

Por isso, a simples troca de palavras por razões políticas não resolve o problema de uma interpretação mais profunda e coerente da estrutura e da dinâmica de sistema de produção que seguem outra lógica econômica e social que não a das empresas capitalistas (HURTIENNE, 2005, p. 36).

Neves (2007, p. 222) explica que a designação agricultura familiar foi incorporada “tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas como pela representação política dos trabalhadores rurais” como forma de se diferenciar do modo de produzir capitalista no meio rural.

A agricultura familiar, no debate político e sindical, corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família (NEVES, 2007, p. 233).

Esta mesma autora defende que o termo agricultura familiar e agricultor/agricultora familiar é uma categoria socioprofissional, resultado da “convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas [...] para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais” (NEVES, 2007, p. 230).

2.1.1 Mulheres agricultoras na Amazônia

Castro (2001) e Simoniam (2001) analisam que as mulheres agricultoras e extrativistas na Amazônia são sujeitos sociais importantes para o desenvolvimento da economia camponesa e também das economias da floresta. Simoniam considera que na produção da economia florestal, as mulheres indígenas, caboclas e quilombolas, envolvidas nas atividades de “coleta, caça e pesca voltada para a subsistência familiar, ou na economia extrativista voltada para o mercado [...] intervêm no ambiente via produção agro-florestal” [2001; 109], mostrando a importância do trabalho das mulheres para a reprodução e produção dos seus modos de vida e do cuidado ambiental.

Castro (2001) observa que os debates acadêmicos em antropologia e sociologia com interesse em entender o *modus vivendi* dos grupos sociais que conservam suas técnicas e práticas atreladas a uma economia agroextrativista tem aumentado nas últimas décadas. Esta autora ressalta a importância das atividades exercidas pelas mulheres amazônicas, em especial, as extrativistas, pescadoras, agricultoras, artesãs e quilombolas, afirmando que os estudos acerca desses sujeitos sociais “tem trazido à

tona, por outra via de interpretação as particularidades de seus modos de vida, de sua inserção econômica e organização política, bem como a sua participação no debate sobre a concepção da terra e de uso e gestão dos recursos” (CASTRO, 2001, p. 16).

Simonian (2001) expõe que as mulheres agroextrativistas têm alcançado gradativa visibilidade em diversos lugares da Amazônia brasileira, em virtude de uma maior mobilização e ampliação de suas estruturas organizacionais ligadas às esferas das atividades produtivas que realizam. Essas práticas têm se multiplicado e são cada vez mais percebidas em vários tipos de sociedades que existem no território amazônico.

Não é só visibilizar a presença das mulheres no setor produtivo, mas também destacar o quanto é essencial a sua participação para a sustentabilidade dos recursos naturais e a reprodução sócio-cultural de suas sociedades (SIMONIAN, 2001, p. 114).

Um exemplo de mulheres agroextrativistas que lutam pela garantia desses direitos na Amazônia e também no Nordeste do Brasil são as quebradeiras de coco babaçu. O estudo de Veiga et al. (2011) expõe o processo de luta dessas mulheres para legitimarem sua identidade coletiva, a conservação do ambiente e de seus modos de vida, além da criação de meios legais que possam garantir a posse, o uso e apropriação de seus territórios a fim de manterem sua reprodução social. As repercussões de suas lutas lhes promoveram visibilidade política e resultaram na criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), congregando mulheres dos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí.

Siliprandi (2011) aponta que este debate ganhou forças nos últimos anos, em que além das reivindicações históricas levantadas pelos movimentos de mulheres camponesas, estas também passaram a reclamar a garantia legal da conservação das técnicas e práticas produtivas, sociais e culturais, mas também a posse dos territórios em que vivem e trabalham, no sentido último de asseverar a reprodução desses grupos sociais e seus modos de vida.

Assim, Neves e Motta-Maués (2013, p. 28-29) expõem o “papel crucial da mulher, não importando qual seja e a situação local com que e onde se apresenta; o quanto sua ausência era e é desestruturante dos pressupostos de reprodução do campesinato”. Ou seja, afirmam a posição intrínseca das mulheres agroextrativistas e da função socioeconômica das diversas atividades adjetivadas de complementares exercidas pelas mesmas para a manutenção do sistema familiar de vida e produção.

2.2 MULHERES AGRICULTORAS E A QUESTÃO DO TRABALHO.

Paulilo (2009) e Castro (1992) observam que a categoria “trabalho”, seja ele produtivo ou reprodutivo, remunerado ou não, desde o início dos estudos feministas sempre esteve e ainda está no cerne de suas discussões.

Siliprandi e Cintrão (2011), Sales (2007), Heredia e Cintrão (2006), Paulilo (2009) e Heredia (1979) e demais estudiosos sobre o tema da condição social das mulheres no mundo rural concordam que a participação das mulheres agricultoras no exercício das atividades tanto do ambiente reprodutivo quanto do produtivo são intrinsecamente importantes para a manutenção do sistema agrícola familiar.

Entretanto, Tedeshi (2004) e Carneiro (1994) explicam que existe uma dupla subvalorização do trabalho das mulheres agricultoras, pois nem o trabalho produtivo nem o reprodutivo são valorizados, isto é, suas atividades relacionadas ao trabalho produtivo são concebidas apenas como “ajuda” aos homens e suas atividades reprodutivas não podem ser consideradas trabalho porque não geram ganhos em dinheiro.

Essa dupla desvalorização do trabalho colabora para a (in)visibilidade do trabalho e da função social das mulheres agricultoras, acentuando as desigualdades de gênero. No entanto, Esmeraldo (2013), Paulilo (2009), Sales (2007), Farah (2004) e Soares (1994) afirmam que a partir das décadas de 1970/1980, um conjunto de acontecimentos¹, em escala mundial e de Brasil, provocaram graduais rupturas desse *status quo*, possibilitando a organização das primeiras mobilizações coletivas que reivindicavam o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres agricultoras no campo brasileiro. Carneiro (1994) argumenta que:

numa sociedade extremamente desigualitária, quer seja nas relações entre classes, quer seja nas relações entre sexos, a construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho [...] no caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho [...] mas de torná-lo visível (CARNEIRO, 1994, p. 19).

Assim, a formação dos primeiros movimentos sociais específicos das mulheres trabalhadoras rurais, que consolidou a aparição de “novas atrizes – ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas

¹ Aprovação da Década da Mulher (1975 - 1985), Ano Internacional da Mulher (1975) acontecimentos em escala mundial, além do surgimento dos primeiros movimentos sociais específicos de mulheres trabalhadoras rurais nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, no final da década de 1980. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

emergem como mulheres inteiras, múltiplas” (SOARES, 1994, p. 12), que se afirmam “como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporciona também repensar seu cotidiano” (SALES, 2007, p. 438).

As mulheres agricultoras dão-se conta de que as atividades produtivas e reprodutivas realizadas na unidade familiar possuem direta e indiretamente valores econômicos, sociais e culturais para a reprodução de seus modos de vida no meio rural (MELO; CASTILHO, 2009).

2.2.1 Mobilizações e conquistas das mulheres agricultoras.

Sabe-se que as mulheres sempre estiveram envolvidas nas lutas e nos movimentos sociais no campo junto aos homens. Entretanto, a trajetória dos movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, inicia-se a partir da década de 1980, no período chamado por Soares (1994) de “transição negociada” do regime autoritário, no qual houve a explosão de inúmeros movimentos sociais, os denominados Movimentos Cidadãos, por Scherer-Warren (2008), em que, justamente, estruturam-se esses movimentos de mulheres rurais, pois o contexto lhes possibilitou abertura para uma maior ação política.

Esmeraldo (2013), Paulilo (2009) e Heredia e Cintrão [2006:6] apontam que as primeiras organizações específicas de mulheres agricultoras no Brasil tiveram apoio da Igreja Católica, dos movimentos sindicais e dos partidos políticos, como também sofreram:

influência da chamada “década da mulher” (1975 - 1985), das Nações Unidas, que contribuiu para dar visibilidade às discriminações políticas, econômicas, sociais e culturais sofridas pelas mulheres e incentivar a atuação dos movimento de mulheres em todo mundo no sentido de reverter este quadro.

A “década da mulher” incitou à organização de uma série de eventos que foram importantes para dar visibilidade às reivindicações das mulheres rurais. Heredia e Cintrão (2006) citam alguns eventos como o 1º Congresso da Mulher Camponesa, promovido no Rio Grande do Sul, em 1982; o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em 1984; e o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, em 1986. As autoras compreendem que essas primeiras ações coletivas, mais tarde se consolidariam na formação dos movimentos sociais específicos de mulheres trabalhadoras, já que houve a fundação, em 1986, do Movimento da

Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e três anos depois, em 1989, criou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS).

Entre as várias questões que estão no cerne dos protestos desses movimentos sociais, os principais são: o reconhecimento da profissão de agricultora; a obtenção de direitos sociais (aposentadoria, salário maternidade); o direito à sindicalização, a melhores condições de vida, principalmente, ligadas à saúde da mulher; o acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária; o direito à documentação civil e trabalhista; a inclusão de seus nomes junto aos dos maridos no título de propriedade da terra; e o de acesso a linhas de crédito rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

As primeiras conquistas das mobilizações e dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram ainda na década de 1980. “A partir de 1985 começam a surgir programas e projetos que incorporam componentes de gênero em suas ações” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 11). Pode-se citar: a criação do Programa de Apoio à Mulher Rural, em 1985, gerenciado pelo Ministério da Agricultura (MA); o Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural, em 1988.

Heredia e Cintrão (2006) e Farah (2004) expõem que no momento da formulação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), embora os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais tivessem pouco tempo de existência, mesmo assim participaram ativamente das Assembleias Constituintes, contando com o apoio de organizações sindicais de escala nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, do Departamento de Mulheres da CUT, dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher, além de ONGs feministas. O resultado dessas mobilizações se configurou em importantes conquistas para as mulheres trabalhadoras rurais, pois a Constituição Federal 1988 assegura direitos na área da previdência e na propriedade da terra.

Ao longo dos anos se verificam um amadurecimento e um maior nível de detalhamento das propostas e a diversidade nos tipos de ações políticas no tocante às mulheres e seus envolvimento, por exemplo, a 1ª e a 2ª Marcha das Margaridas, realizadas em 2000 e 2003, respectivamente, são consideradas um marco, uma vez que possibilitaram um diálogo direto das mulheres rurais com o governo federal (ESMERALDO, 2013; HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Ainda em 2003, houve um esforço conjunto entre os movimentos autônomos para a formação do Movimento de

Mulheres Camponesas (MMC), sua principal bandeira é o reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais (FARAH, 2004).

Se antes as políticas públicas se direcionam a sujeitos indeterminados, os movimentos sociais rurais e, especificamente, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais os fizeram considerar a diversidade de atores sociais, suas complexidades e suas formas de uso e apropriação diferenciadas do espaço rural. Heredia e Cintrão (2006) afirmam que, desde meados da década de 1990, verificam-se avanços nas mobilizações e as pressões colocadas pelos movimentos sociais, especialmente, os de mulheres vêm concretizando a implantação de políticas públicas e sociais voltadas para as populações rurais que geram implicações na redução das desigualdades sociais e de gênero.

No ano de 2002, as mulheres trabalhadoras rurais passam a ser consideradas nas pautas relativas à agricultura familiar e produção agrícola. Em 2003, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) cria uma linha especial de crédito voltado para as mulheres rurais, reconhecendo e, assim, fomentando seu trabalho no desenvolvimento da agricultura familiar. Além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado em 2003, que facilita à comercialização da produção deste segmento social (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; HEREDIA; CINTRÃO, 2006;).

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDMTR) com o intuito de fornecer gratuitamente documentação civil básica, além do Programa Fome Zero (PFZ), criado, em 2003, pelo Governo Lula², que designou as mulheres na preferência da titularidade do “Cartão Alimentação” e do “Programa Bolsa Família”.

Sem dúvida alguma, os avanços concretos trazidos pelas políticas públicas e sociais, como: o acesso ao programa de crédito para agricultura familiar, o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, o direito à previdência social e ao salário maternidade, o direito de acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária e a inclusão do nome da mulher junto ao do marido no título de propriedade da terra foram significativos, mas se devem considerar também os ganhos simbólicos, como: a percepção de que foi a partir de seus esforços e o fato de terem acreditado na força dos movimentos sociais de mulheres rurais que alcançaram as conquistas asseguradas em lei e reconhecidas por todos os demais atores, alimentando a consciência sobre seus

² Período de 2002 a 2010.

direitos, os meios que podem mobilizar para consegui-los e a persistência e resistência em lutar por eles.

Outro avanço está atrelado à credibilidade dada ao trabalho das mulheres agricultoras no meio rural, desestigmatizando a “invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006), daí a elevação da autoestima dessas mulheres, bem como a criação de condições favoráveis ao poder de decisão em suas mãos promovida pela autonomia financeira, permitindo ainda que estas planejem a vida familiar a médio, longo prazos (BURG; LOVATO, 2007). Os estudos sobre agroecologia e segurança alimentar e nutricional afirmam a importância *sine qua non* do trabalho das mulheres rurais envolvendo manejo sustentável, conservação da biodiversidade, manutenção ou aumento do autoconsumo e práticas socioculturais de preparação dos alimentos, entre outros (SILIPRANDI, 2011).

2.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA).

As discussões, em nível mundial, sobre o poder de ação do Estado em relação à segurança alimentar embora remontem às primeiras décadas do século XX, tornam-se mais efetivas no cenário do pós Segunda Guerra Mundial quando, em 1945, cria-se a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) na qual seu escopo está em incentivar a agricultura e o acesso físico, social e econômico aos alimentos (BELIK, 2006).

As análises precursoras do médico e geógrafo Josué de Castro – um dos fundadores da FAO – que mapeou a fome no Brasil e abordou acuradamente o debate da (in)segurança alimentar, ainda na década de 1930, colocam o país na discussão mundial acerca de tal problemática. No entanto, escassas foram as ações do Estado brasileiro no sentido de reverter a questão da fome que afetava, principalmente, às regiões Nordeste e Norte do território nacional (HIRAI; ANJOS, 2007).

De acordo com Hirai e Anjos (2007), somente na década de 1970, quando se cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), no Brasil, com o intuito de elaborar políticas públicas que promovessem a melhoria no sistema produtivo e de distribuição dos alimentos às pessoas mais carentes, é que as iniciativas estatais brasileiras tornaram-se mais concretas. Já em 1985, o Ministério da Agricultura (MA) formula a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) que versa sobre o atendimento das necessidades alimentares e a criação de mecanismos que permitam a

autossuficiência na produção de alimentos em escala nacional. Em que pese a avaliação de Hirai e Anjos (2007), estas ações e políticas públicas repercutiram timidamente nas pretensões inicialmente pensadas.

Contudo, a década de 1990 representa um marco histórico no que diz respeito à elaboração das políticas públicas relativas à segurança alimentar e nutricional no Brasil, apreendendo a questão para além da distribuição e da qualidade dos alimentos, entendendo também que o fator econômico de acesso à renda, bem como a articulação com políticas agrícolas que incluíssem o setor produtivo da agricultura familiar colaborariam para o desenvolvimento de programas e projetos (ALMEIDA; FERRANTE, 2009).

Maluf, Menezes e Valente (1996) consideram que esta nova percepção a respeito da segurança alimentar e nutricional combinada com acesso à renda e a participação da agricultura familiar “nutriu-se da experiência pioneira, breve e de resultados modestos, de montagem do Sistema Alimentar Mexicano durante a década de 1980” [1996: 02]. Segundo os autores, o Estado brasileiro vinha acompanhando as estratégias políticas estatais de outros países da América Latina.

Delgado (2001) e Mielitz Neto (2011) complementam a discussão acerca das razões que também colaboraram para o surgimento das políticas públicas que inter-relacionavam agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. A primeira, está alicerçada na necessidade do Estado responder a crescente exclusão social vivenciada no meio rural brasileiro, consequências do modelo de modernização do campo adotado pelo mesmo na década de 1960, na qual se resolveram parte dos problemas agrícolas, mas agravaram os problemas relacionados à estrutura fundiária e às desigualdades sociais, processo que Silva (1982) chama de “modernização dolorosa”. A segunda, é provocada pelo fortalecimento dos movimentos sociais rurais no Brasil, em virtude da redemocratização política experimentada desde finais da década de 1980.

A partir desses desdobramentos, o Estado brasileiro opta por valorizar o segmento social da agricultura familiar para atender à demanda de alimentos dos mercados convencionais, mas prioritariamente para contemplar as populações de baixa renda que se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, Abramovay (1998) afirma que a escolha pela agricultura familiar está fundamentada na sua importância socioeconômica para o desenvolvimento nacional, pois diante de uma análise comparativa, o autor constata que os países desenvolvidos optaram por investir na agricultura familiar e os resultados foram a produção de

alimentos a baixo custo e a construção de novos padrões de consumo em massa fundamentais para o desenvolvimento das economias nacionais.

O poder público brasileiro age reconhecendo as particularidades os agricultores e, em 1996, lança o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que visa à concessão de créditos rurais a um público específico, os agricultores familiares. Schneider, Cazella e Mattei (2004) apontam que este é um programa pioneiro na construção da trajetória das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Ademais, as reivindicações dos movimentos sociais rurais se ampliaram e a partir dos anos 2000, questões como acesso aos mercados para a comercialização da produção e a garantia de preços dos produtos agrícolas passaram a ser pontuados nas discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar (MÜLLER, 2007).

Diante da conjuntura política, com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva³ ao governo do Estado brasileiro, na primeira década do século XXI, possibilitou o planejamento e a formulação de políticas públicas que atendessem tanto à questão da segurança alimentar e nutricionais, como também, as reivindicações dos movimentos sociais rurais em prol do fortalecimento da agricultura familiar, a resposta do governo federal veio com a implementação, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) que compõe uma das linhas estruturais de execução tanto da política de segurança alimentar e nutricional quanto da política agrícola voltada para a agricultura familiar (SCHMITT, 2005).

Embora o PAA tenha sido planejado em 2002, os estudos de Müller (2007) apontam que iniciativas governamentais relativamente próximas à formatação implementada em 2003 já tinham sido pensadas no período entre 1983 e 1987.

A referência mais remota à origem da ideia presente no PAA, lembrada durante as entrevistas, remete ao Governo Franco Montoro [...] o governador tinha planos de descentralizar a merenda escolar, uma vez que seu processo de compra servia em grande medida para financiar o sistema de caixa dois de alguns grupos políticos predominantes no estado de São Paulo [...] Iniciou-se então, em 1983, um novo processo de compra de alimentos para a merenda escolar, no qual o diretor da escola realizava as compras. [...] José Graziano da Silva logo apresentou-se como um dos críticos ao projeto de descentralização, sugerindo que o poder de compra do governo precisa ser usado como uma política importante [...] deveriam servir para

³ Candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), cumprindo dois mandatos eletivos, no período de 2002 a 2010.

estimula a agricultura familiar e consolidar os assentamentos de reforma agrária, que possuíam grandes problemas de comercialização de sua produção (MÜLLER, 2007, p. 77 e 78).

Ainda segundo Müller (2007), Graziano da Silva a fim de fundamentar sua sugestão faz um levantamento para identificar experiências em outros lugares do mundo que envolvesse aquisição pública de produtos alimentícios da agricultura familiar. A par disso, apresenta a iniciativa do Governo do estado da Califórnia/EUA, que fomentava a economia rural com compras públicas de alimentos resultantes do sistema produtivo familiar.

A mesma autora avalia que apesar das possibilidades para o desenvolvimento de um Programa desse porte no estado de São Paulo, o mesmo não fora implantado na década de 1980, permanecendo adormecido até a primeira década do século XXI, quando o governo federal brasileiro retoma a ideia inicial da criação de mercados institucionais e formula o PAA com a pretensão de pô-lo em execução em âmbito nacional.

O planejamento, a implementação e a execução do PAA só foi possível, em virtude, de uma articulação sinérgica entre as instituições intersetoriais do governo federal, da colaboração do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), das parcerias de estados e municípios e do envolvimento das organizações da sociedade civil. O PAA é gerido nacionalmente por um Grupo Gestor que conta com participação de representantes do MDS, do MDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Fazenda (MF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e do Ministério da Educação (MEC). Os gestores locais são a CONAB, os estados e municípios juntamente com as organizações de agricultores familiares e as entidades socioassistenciais beneficiadas, enquanto que a fiscalização social é realizada pelos conselhos locais de segurança alimentar e nutricional (MÜLLER, 2007; GRISA et al., 2009).

O PAA é um empreendimento que visa “a compra, pelo poder público, de alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, e sua destinação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais” (SAGI/MDS, 2010, p. 4). Brasil (2006) acrescenta ainda que além de garantir o acesso aos alimentos, outro principal objetivo do PAA é “promover a inclusão social do campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” [2006, sem paginação].

A execução do PAA pode ser realizada por meio de 5 modalidades, são elas: 1) Compra com Doação Simultânea (CDS), 2) Compra Direta (CD), 3) Apoio à Formação de Estoques (FE), 4) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL) e 5) Compra Institucional (CI). No Quadro 01, descrevo o que representa cada uma dessas modalidades de aquisição de alimentos.

Quadro 1 - Modalidades de aquisição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares participantes do PAA.

Modalidades	Descrição
Compra com Doação Simultânea (CDS)	Objetivo: Comprar produtos alimentícios da agricultura familiar para o consumo, <i>in natura</i> ou processados, a serem disponibilizados a pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de nutrição. Executores: CONAB, Estados e Municípios. Fonte de Recurso: MDS. Forma de Acesso: Individual, Grupos informais, Associação e Cooperativas. Limite por Agricultor Familiar (R\$/ano): R\$5.500,00 ⁴ .
Compra Direta (CD)	Objetivo: Comprar diretamente dos agricultores familiares, para constituírem estoques públicos. Executores: CONAB Fonte de Recurso: MDS e MDS. Forma de Acesso: Individual, Grupos informais, Cooperativa e Associação. Limite por Agricultor Familiar (R\$/ano): R\$8.000,00 ² .
Apoio à Formação de Estoque (FE)	Objetivo: Adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e formar estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis. Executores: CONAB. Fonte de Recursos: MDS e MDA. Forma de Acesso: Cooperativa e Associação. Limite por Agricultor Familiar (R\$/ano): R\$8.000,00 ² .
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL)	Objetivo: Adquirir leite de vaca e de cabra, oriundos da agricultura familiar e propiciar o consumo. Executores: Estados do Nordeste e Minas Gerais (porção norte do estado). Fonte de Recursos: MDS. Formas de Acesso: Individual, Grupos informais, Cooperativa e Associação. Limite por Agricultor Familiar (R\$/ano): R\$8.000,00 ² .
Compra Institucional (CI)	Objetivo: Garantir que os estados, o Distrito Federal e os municípios (além dos órgãos federais) possam comprar alimentos da agricultura familiar, com recursos próprios e dispensa de licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Formas de Acesso: Individual, Grupos informais, Cooperativa e Associação. Limite por Agricultor Familiar (R\$/ano): R\$8.000,00 ² .

Elaboração: GUIMARÃES, J. F., 2014.

FONTE: MDS, 2014. <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1> Acesso em: 15/06/2014.

2.3.1. Repercussões do PAA sobre o segmento social e econômico da agricultura familiar.

Desde a implementação do PAA, em 2003, muitos estudos foram desenvolvidos, debatendo as interferências do mesmo sobre a agricultura familiar. De modo geral, as

⁴ Novos limites estabelecidos para o PAA no período de 2013/2014 (MDS, 2014.).

pesquisas apontam mudanças diretas e indiretas não só na dimensão econômica, como também social dos que participam do PAA.

Diante disso, apresento os estudos de Martins e Cavalcante (2007) que ao pesquisarem o caso de Pernambuco, e Chmielewska et al. (2010), o de Sergipe, verificaram que nas modalidades “Compra com Doação Simultânea” (CDS) e “Compra Direta” (CD) houve transformações nas práticas produtivas observadas através da elevação nos investimentos em produção, repercutindo no aumento da área cultivada, na diversificação das culturas agrícolas, principalmente, das nativas, e no incremento de novas ferramentas e no uso de maquinário agrícola.

Chmielewska et al. (2010) apontam ainda a introdução significativa de insumos e equipamentos para a produção, como: o uso de pesticidas e fertilizantes, investimento em estrutura (sistema de irrigação) e até em equipamento de segurança no trabalho. E no tocante a organização do trabalho foram observadas mudanças, como a contratação do trabalho assalariado e o abandono do trabalho de diarista pelos agricultores familiares participantes, que passaram à se dedicar a sua própria produção.

Ainda em se tratando de mudanças nas práticas produtivas, os estudos de Gomes e Bastos (2007), que analisaram a modalidade “Compra Antecipada” praticada em Pernambuco, no período de 2003/2004, concluíram que o PAA não implicou em mudanças nas práticas produtivas, no que diz respeito à diversificação dos produtos, permanecendo com a produção de grãos e farinha de mandioca.

Já no que se refere a mudanças no tipo de cultivo agrícola, Cordeiro (2007) ressalta a influência do PAA sobre os investimentos dos agricultores familiares nos modelos agrícolas de bases agroecológicas e orgânicas, uma vez que o PAA incentiva esses modelos de produção, atribuindo preços superiores aos dos produtos cultivados no modelo agrícola convencional. Além do mais, Grisa et al. (2009) pontuam que o PAA estimula a produção e o consumo de alimentos regionais, o que “significa o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo esquecidos”(GRISA et al., 2009, p. 8 - 9).

Contundo, esses estudos demonstram que se deve ponderar as interferências do PAA sobre a agricultura familiar, pois dependendo da modalidade e mesmo da realidade sócio espacial pode-se ter mudanças, mas também permanências de algumas práticas produtivas.

No que diz respeito às mudanças nos padrões de consumo tanto dos agricultores familiares quanto dos beneficiados, Zimmermann e Ferreira (2008) e Delgado et al.

(2005) apontam para a diversificação das culturas agrícolas e a exigência de qualidade cobrada pelo PAA ao adquirir os produtos, possibilitando a introdução de novos alimentos de melhor qualidade tanto na dieta dos agricultores familiares quanto a dos beneficiados.

No tocante aos beneficiados, Vieira e Del Grossi (2009) e Zimmermann e Ferreira (2008) chamam atenção para a mudança no padrão alimentar das crianças que na merenda escolar consomem esses produtos do PAA. Inclusive, conforme observam Triches e Froehlich (2008) a inserção desses alimentos na merenda escolar contribui para a desmitificação do consumo de determinados alimentos que antes não eram valorizados pelas crianças, pois o ambiente escolar, por ser um lugar de aprendizado e orientação, acaba por cooperar também para essa mudança de padrão ao incentivar o consumo dos alimentos que foram produzidos pelos agricultores locais que participam do PAA.

Segundo Delgado et al. (2005) a diversificação e a melhoria da qualidade dos produtos são influências importantes a serem propostas e estimuladas pelo PAA, pois contribuem para as ações de segurança alimentar e nutricional que também competem ao Programa alcançar.

Outra mudança apontada pela literatura é sobre a importância do PAA como um meio de garantir o escoamento da produção, possibilitando o acesso dos agricultores ao mercado institucional (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; GRISA et al., 2009; PANDOLFO, 2008; DELGADO et al., 2005), como um modo de reduzir ou mesmo eliminar a dificuldade dos produtores de se inserirem nos canais de comercialização. Grisa et al. (2009) observam que a possibilidade dada pelo PAA de comercialização dos produtos da agricultura familiar colabora, inclusive, para o distanciamento dos produtores de mercados convencionais impróprios para as particularidades desta categoria social, “sobretudo no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico” (GRISA et al., 2009), pois argumentam que essas especificidades da agricultura familiar são mais adequadas para uma dinâmica local/regional.

[...] os agricultores podem somar um conjunto de valores presentes no seu ‘modo de vida’ – a tradição, os costumes, os hábitos alimentares locais, o artesanal, o saber-fazer etc. – que encontram espaço para expressarem-se sobretudo nos mercados locais ou em mercados específicos, como este criado pelo PAA (GRISA et al., 2009, p. 11).

Além disso, o PAA trata da recuperação dos preços locais dos produtos da agricultura familiar. Chmielewska et al. (2011), Pandolfo (2008), Delgado et al. (2005) expõem que o mercado institucional ao adquirir os produtos deste segmento social passa a ser visto como um concorrente dos mercados convencionais, possibilitando negociações mais favoráveis aos agricultores familiares, porque são mais mercados demandando produtos da agricultura familiar, mas a maior preferência é para o PAA por pagar melhores preços, assim, os mercados convencionais precisam se adequar para garantir o abastecimento.

Grisa et al. (2011) pontuam a relevância que o PAA tem para reforçar a autonomia dos agricultores em relação aos “atravessadores”, ao garantir a conciliação entre consumo e produção, uma vez que a produção agrícola deste segmento social não depende mais exclusivamente desses intermediários para ter acesso aos mercados.

Grisa et al. (2011) e Pandolfo (2008) corroboram que o PAA tem contribuído para o revigoreamento e criação de novos mercados. A comercialização no mercado institucional, de certa forma, promove os produtos da agricultura familiar, que possam ser demandados pelos consumidores e instituições beneficiadas mesmo depois de serem assistidos pelo PAA.

Pandolfo (2008) apresenta o caso da Feira Livre do Produtor em Tenente Portela/RS, criada na década de 1980, mas que há muitos anos não mais correspondia às expectativas de venda dos agricultores familiares. Entretanto, após a inserção ao PAA, os agricultores perceberam uma elevação na demanda de seus produtos, por parte, inclusive, daqueles consumidores beneficiados pelo PAA, que ao conhecerem a qualidade dos alimentos dão preferência de consumo quando vão a Feira do Produtor.

Grisa et al. (2011) entendem que o revigoreamento e a criação de novos mercados fazem parte de uma estratégia dos agricultores familiares para garantir a comercialização de seus produtos mesmo na ausência das compras públicas pelo mercado institucional do PAA.

Grisa et al., 2011, 2009; Siliprandi e Cintrão, 2011; Chmielewska et al. (2010); Doretto e Michellon, 2007 compreendem que o acesso a comercialização no mercado institucional do PAA e a garantia de preços contribuem para o aumento da renda dos agricultores familiares participantes. E essa elevação da renda promove mudanças benéficas na organização do trabalho na unidade de produção através da aquisição de insumos e pequenos maquinários, da compra de sementes, na contratação de

trabalhadores assalariados e da permanência do agricultor no trabalho produtivo de sua própria roça.

Siliprandi e Cintrão (2011) sinalizam que o fato das mulheres agricultoras poderem ter acesso e/ou melhoria de renda através das vendas ao PAA implica em transformações importantes, pois promove sua autonomia econômica, a elevação de sua autoestima, uma vez que o seu trabalho na roça é reconhecido e valorizado monetariamente e, também, percebe-se mudanças no nível da família, uma vez que não é apenas o homem quem detém acesso e administração da renda, o que repercute ainda em alterações na divisão sexual e social do trabalho e de uma presença mais assídua e visível das mulheres agricultoras familiares na vida pública.

3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os pressupostos metodológicos que consubstanciaram esta pesquisa. Assim, o capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, descrevo os caminhos da pesquisa, pontuando as metodologias e as técnicas de pesquisa científica utilizadas para a concretização do estudo. Na segunda, trato do desenvolvimento da pesquisa de campo, descrevendo como construí a rede de contatos que me possibilitou chegar aos informantes-chave que contribuíram para a elaboração deste estudo. Na terceira, explico como selecionei a área de estudo onde foi realizada esta pesquisa e construção da área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém. Na quarta, descrevo como realizei o tratamento dos dados obtidos em campo até a redação desta dissertação.

3.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Atendendo ao tema e aos objetivos do estudo, priorizei nesta pesquisa a abordagem qualitativa. O uso de tal abordagem se deu porque busquei compreender “em profundidade e em extensão as qualidades” (BRUMER et al., 2008, p. 137) do fenômeno da operacionalização do PAA Municipal de Santarém e sua influência sobre o trabalho das mulheres agricultoras participantes. Pois ao “observar a realidade como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes atores” (MOTA, 2005, p. 35) tive subsídios para descrever os processos sociais e políticos empreendidos pelos atores sociais locais e as instituições governamentais para a formação de um arranjo institucional local inovador e a construção de uma geografia de execução do PAA, que extrapola os limites municipais de Santarém ao ter como fornecedores de produtos agrícolas os agricultores familiares dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos. Essa geografia de execução do PAA me permitiu conhecer a comunidade rural do Trevo de Belterra, situada no Município de Belterra, onde se localiza o maior número de mulheres agricultoras que fornecem para o PAA Municipal de Santarém.

Entretanto, para concretizar a pesquisa, optei por realizar um estudo de caso com um grupo de mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra. A escolha por realizar um estudo de caso se justifica por este método de pesquisa supor “que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (BECKER, 1994, p. 117), já que “consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37). Assim, o desenvolvimento do estudo de caso me

permitiu buscar detalhes acerca da influência do PAA no trabalho dessas mulheres agricultoras participantes, conviver de perto e dentro com elas e suas famílias, sentir como ocorrem as relações de sociabilidade entre elas e os demais atores sociais que colaboram para a execução do PAA Municipal de Santarém para depois descrever e analisar em que aspectos do trabalho delas o PAA incorre em influências ou não.

Contudo, Becker explica que para ter acesso a essa diversidade de dados e compreendê-los em detalhes, “o cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização tipicamente faz uso do método de observação participante” [1994: 118], e também do uso de entrevistas em todas as suas variações.

Já Oliveira (2000, p. 34) compreende que a observação participante seja o procedimento metodológico “responsável pela caracterização do trabalho de campo antropológico” em que o pesquisador no ato da observação direciona o olhar e disciplina o ouvir a fim de “interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade”.

Na pesquisa de campo desta dissertação o uso da observação participante foi permanente, pois foi necessário conviver com os atores sociais a fim de compreender como uma política pública concebida pelo governo federal, de alcance nacional, é operacionalizada numa realidade sócio espacial complexa, como a de Santarém e Belterra, para assim entender como influencia no trabalho das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.

Para isso observei, durante uma semana, a rotina de trabalho dos técnicos do PAA no momento da aquisição e destinação dos alimentos aos beneficiados e os processos burocráticos envolvendo agendamento e emissão de notas fiscais de vendas aos agricultores fornecedoras para que pudessem receber o pagamento. Observei também a rotina de vida e trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra. As acompanhei na roça, na igreja, nas idas à cidade de Santarém para a venda dos produtos agrícolas na feira, e no momento de comercialização no PAA. Participei das conversas entre vizinhas, dos almoços em família, das reuniões entre os agricultores e agriculturas para tratar de assuntos relacionados à feira do produtor e do PAA.

A entrevista foi outro procedimento metodológico mobilizado para a obtenção de dados e informações durante a realização do estudo de caso. Segundo Kidder (1987) e Thiollent (1987), a entrevista permite ao pesquisador e ao entrevistado ficarem face a face, analisando-se não apenas o conteúdo das respostas, mas também, a maneira como

se fala, a entonação da voz, os gestos e a relação de ambos dentro do próprio ambiente onde ocorre a entrevista, estabelecendo uma relação amigável.

Neste estudo, optei por trabalhar com entrevista semiestruturada, pois ao visualizar a complexidade em que a execução do PAA Municipal de Santarém se apresentava, considerei que deixar em aberto permitia aos entrevistados exporem suas opiniões, concepções, percepções sobre determinado assunto, competindo a mim apenas estimulá-los a falar livremente, sem imposições ou insistências e isso me possibilitou captar informações imprescindíveis para compreender as particularidades do PAA na área de estudo e o papel dos atores e instituições envolvidos.

Thiollent (1987) explica que a entrevista semiestruturada apresenta-se como um instrumento valioso na execução de um estudo de caso, pois permite ao pesquisador e ao entrevistado discursar de forma flexível e livre os temas propostos e assim explorar outros assuntos que também podem colaborar para o entendimento do pesquisador a respeito do fato estudado.

Para realizar a entrevista semiestruturada foi necessária a elaboração de planejamento detalhado, selecionando previamente os temas e as questões que seriam tratadas. Isso me possibilitou um melhor gerenciamento da entrevista para a coleta de informações. Com previa autorização dos entrevistados, utilizei o gravador de voz, a caderneta de anotações de campo e, quando pertinente, o registro em máquina fotográfica.

Entretanto, nem todas as informações obtidas junto aos entrevistados ocorreram mediante o uso das entrevistas semiestruturadas. Em muitas ocasiões, as conversas informais, sem o auxílio de roteiro, mostraram-se como valiosas fontes de dados. Essas conversas e os temas dialogados surgiam livremente, ou a partir de um único questionamento feito por mim, o que rendia discussões entre os pesquisados e outros assuntos acabavam sendo trabalhados por todos os envolvidos.

As entrevistas foram realizadas nas 3ª e 4ª fases da pesquisa de campo. Os sujeitos entrevistados foram: a) 21 mulheres agricultoras participantes do PAA residentes na comunidade Trevo de Belterra, localizada no Município de Belterra/PA; b) 3 técnicos e/ou responsáveis pela execução do PAA Municipal em Santarém, sejam eles a Prefeitura Municipal e as secretarias envolvidas e a EMATER/PA; e c) os sujeitos representantes do STTR-Santarém.

Buscar informações junto a esses sujeitos sociais foi extremamente relevante para compreender o funcionamento do PAA em Santarém e a incorporação dos

municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, entender as dinâmicas e os arranjos institucionais criados e como isso provocou mudanças ou não no trabalho das mulheres agricultoras da Comunidade do Trevo de Belterra.

A realização desta pesquisa compreendeu duas fases que ocorreram simultaneamente, sendo elas: i) a construtiva, em que houve a coleta de dados e informações através da observação participante e de entrevistas semiestruturadas; e, ii) a redacional, em que houve a sistematização e o refinamento dos dados e informações coletados, interligando-os com as análises obtidas com o referencial teórico.

A constituição da pesquisa segue a linha de raciocínio suscitada por Oliveira (2000), quando explica que existem “três etapas – de apreensão dos fenômenos sociais”, que são o “olhar” e “ouvir”, representados aqui na fase construtiva da pesquisa, e o “escrever”, expressos neste estudo na fase redacional e de sistematização e análise dos dados.

3.2 PESQUISA DE CAMPO: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMANTES

A pesquisa de campo foi realizada em quatro fases. No Quadro 2. indico as fases, o período e a distribuição dos dias de permanência em campo.

Quadro 2 - Fases, período e permanência em campo.

Fases	Período	Permanência em campo
1ª fase	22 a 30 de Janeiro de 2013	8 dias
2ª fase	17 a 27 de Agosto de 2013	10 dias
3ª fase	06 a 16 de Dezembro de 2013	10 dias
4ª fase	08 a 28 de Fevereiro de 2014	20 dias
Total		48 dias

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

A 1ª fase, que denomino de campo exploratório, surgiu da necessidade de conhecer a realidade santarena e iniciar o levantamento de informações que pudessem me dar uma ideia acerca da operacionalização do PAA naquele município. Assim, busquei visitar os principais órgãos da Prefeitura Municipal e estabeleci os primeiros contatos com os sujeitos envolvidos com o Programa.

Neste primeiro momento, tive dificuldades de obter informações sobre a execução do PAA em Santarém, porque a Prefeitura Municipal acabara de passar por mudança de governos e muitos dos funcionários das secretarias municipais pouco sabiam informar sobre a operacionalização do PAA no município, em que muitos

secretários com quem tive oportunidade de conversar brevemente, informaram-me que dados haviam sido perdidos ou achavam-se desorganizados sobre a execução do PAA em Santarém.

Fui à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) buscar informações sobre a produção de alguma pesquisa ou trabalho a respeito do PAA em Santarém. Nesta ocasião conversei com dois professores que me ajudaram a entender a dinâmica das atividades rurais num município de grande área territorial como Santarém, que compreende trabalhadores rurais das áreas de terra-firme e das áreas de várzeas e a diversidade produtiva desses espaços. Entretanto, sabiam poucas informações sobre a operacionalização do PAA no município, mas me orientaram a procurar a Feira do Produtor Rural, localizada no Mercado 2000, principal mercado municipal de alimentos da cidade e também o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém (STTR-STM).

Na Feira do Produtor Rural me informaram que havia uma cooperativa de produtores rurais que entregava para o PAA e também para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), chamada de Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS), que nos dias de semana os representantes cooperados trabalhavam num pequeno mercado municipal, denominado de “Mercadinho da Rodagem”. Foi lá que conheci o diretor financeiro da COOMAPLAS, que cedeu-me informações importantes sobre a operacionalização do PAA em Santarém e me possibilitou ampliar minha rede de contatos.

Na 2ª fase da pesquisa de campo fui buscar estabelecer contato com as pessoas indicadas pelo diretor financeiro da COOMAPLAS. Foi com as informações cedidas pelos técnicos e demais atores sociais que participam ativamente do PAA de Santarém, que compreendi a realidade complexa em que fora implementado o PAA, como também, que seria difícil encontrar uma comunidade rural que tivesse um número significativo de mulheres agricultoras e que me permitisse especialmente realizar um estudo de caso, pois as comunidades rurais de Santarém são muito extensas em área territorial e as propriedades familiares ficavam relativamente distantes uma das outras e se tornava inviável para o deslocamento a pé.

Os informantes me explicaram que os municípios vizinhos, Belterra e Mojuí dos Campos, participavam do PAA Municipal de Santarém, onde seus agricultores familiares também forneciam produtos ao PAA. Esse dado mostrou-se interessante e

importante, pois se estava diante de um arranjo institucional e espacial inovador para a execução do PAA.

Nesta ocasião, tive a oportunidade de conhecer o presidente da COOMAPLAS e sua esposa, que me ofereceram abrigo em sua casa e também foram meus guias na busca por comunidades rurais onde eu pudesse desenvolver o estudo de caso. Eles são agricultores familiares e ambos fornecem produtos ao PAA e ao PNAE, residem na comunidade São José, localizada no km 19, da BR-163 (Santarém-Cuiabá). Além disso, o tempo de residência e as andanças na companhia deles, que participam ativamente das atividades sindicais, são envolvidos nos programas e projetos destinados a agricultores familiares e têm grande experiência de vida e trabalho no mundo rural, permitiram-me compreender mais detalhadamente a realidade rural do município e os avanços e limites das lutas dos trabalhadores rurais na região.

Na 3ª fase, os contatos estabelecidos posteriormente me possibilitaram acompanhar a rotina de trabalho da equipe da Coordenação Local do PAA, durante a etapa da *execução das aquisições e da destinação dos alimentos às entidades beneficiadas*. O intuito era compreender como se dá a dinâmica de funcionamento nesta etapa que, a meu ver, é a mais importante da operacionalização do PAA e, também, observar o trabalho desenvolvido por essa equipe técnica e o modo como se relacionam entre si e com os agricultores familiares e as entidades e o público beneficiado com o recebimento dos alimentos.

A experiência foi cansativa, com alguns momentos tensos, mas muito gratificante, principalmente, quando pude presenciar a entrega dos alimentos ao público beneficiado e em seguida ouvir o comentário emocionado de um dos técnicos: “para mim, isso é mais do que uma política pública” (F. R. G., 32 anos, administrador).

Para dar início à observação da rotina de trabalho da equipe da Coordenação Local do PAA, me desloquei até o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)⁵, para estar, pontualmente, às 8h, horário em que a equipe iniciava as atividades previstas para o dia de execução do PAA. Ao chegar ao CRAS fui encaminhada para uma sala onde funciona a Coordenação Local do PAA. A sala tem área de 16m², dispõe de mobília estilo escritório com quatro mesas para atendimento das demandas de agricultores familiares participantes, que diariamente frequentam o espaço, também tem três armários altos fechados e um armário baixo fechado, onde são arquivados os

⁵ Criado e mantido pela SEMTRANS.

documentos. Conta ainda com cadeiras longarinas de três lugares, três notebooks, acesso à internet, impressora a laser e central de ar-condicionado. Na sala não há telefone fixo, os técnicos usam seus celulares pessoais. (Ver Foto 1). Um dos membros da equipe já me aguardava e enquanto esperávamos os demais chegarem, este me explicou que as atividades realizadas, durante a etapa da aquisição e destinação dos alimentos, obedeciam a um cronograma de execução, que foi elaborado pela Coordenação Local do PAA.

Foto 1 - Sala da Coordenação Local do PAA, localizada no CRAS, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

A 4ª fase foi o momento de desenvolver o estudo de caso com as mulheres agricultoras rurais da comunidade do Trevo de Belterra, situada no município de Belterra. Minha inserção na comunidade foi facilitada pelo contato de dois professores meus com o presidente da associação desta comunidade. O mesmo se mostrou interessado em contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e me possibilitou o acesso às famílias das mulheres agricultoras participantes.

Inicialmente, percebi certa desconfiança por parte dos agricultores da comunidade em relação à minha pessoa e à pesquisa que fui desenvolver. Sempre me perguntavam se eu fazia parte de algum órgão do governo e porque era tão importante estudar as mulheres agricultoras da comunidade. Buscava responder da forma mais clara possível, sempre enfatizando que se tratava de uma pesquisa de estudo de mestrado da Universidade Federal do Pará.

A surpresa vinha à tona quando eu falava que era de Belém. É interessante a percepção que as pessoas da comunidade tinham de Belém: “a capital do estado do Pará”. Muitas delas não a conheciam e o que sabiam de minha realidade era o que viam

e ouviam nos telejornais e na rádio, ou seja, uma realidade violenta e indiferente ao resto do estado. Muitas pessoas com quem conversei e entrevistei me perguntaram se eu tinha sido a favor ou contra a divisão do Estado do Pará e a criação do Estado do Tapajós. Eu respondia que fui contra a divisão do Estado do Pará e a reação delas não era de espanto, mas de confirmação.

Acredito que alguns entraves de conversa e mesmo de inserção na residência e vida dessas famílias que estudei deu-se, em virtude, delas saberem que eu era de Belém. Algumas mulheres que entrevistei tinham receio de me mostrar suas casas e quando me ofereciam alguma coisa de comer, quase sempre fazia referência ao fato de eu ser de Belém e que na capital as coisas em geral eram melhores. Durante nossas conversas, eu buscava falar da realidade de minha cidade e mostrar que não estávamos tão distantes assim, que tínhamos mais coisas em comum do que os meios de comunicação podiam informar.

Ao longo dos dias, a conversa, as entrevistas e minha inserção na vida da comunidade e, principalmente, junto às mulheres agricultoras estudadas revelava uma singela intimidade, a ponto de algumas delas me procurarem na casa das agricultoras que me ofereceram estadia para que eu as entrevistasse. Muitas mostravam com orgulho suas roças, ensinavam-me como preparar a terra, colher e plantar, enfatizando que faziam aquilo porque gostavam, pois não era um trabalho fácil.

Outras sentiam vergonha de falar comigo, diziam que não sabiam se expressar muito bem, ainda mais para mim que era letrada e da cidade grande. Daí era o momento de eu exercitar o meu lado de professora e explicar que elas tinham tanto ou mais conhecimento do que eu, mas o abordávamos de formas diferentes, que conversando nós nos entenderíamos. Esse era o momento no qual sentia que a vergonha e a timidez eram deixadas de lado e a conversa fluía de tal forma que as emoções afloravam, principalmente, quando falavam um pouco de suas trajetórias de vida.

Confesso que desde o início da pesquisa de campo tive receio de como eu seria recebida por esses sujeitos, pois foi a primeira vez que me dispus a fazer um trabalho desse porte, na qual eu não ia simplesmente fazer-lhes uma visita e algumas perguntas, mas que temporariamente seria uma vizinha ou uma hóspede e passaria a compartilhar intimidades e mesmo angústias. Mas tive que encarar o desafio proposto e experimentar o quão é emocionante estudar a vida, ouvir as histórias, olhar de frente e sentir o quanto é bom estar junto daqueles que se dispuseram a compartilhar um pouco do seu tempo e contribuir para a pesquisa de uma pessoa que nunca tinham visto na vida. Eu fiz

amizades, ganhei “pais”, “irmãos” e fui considerada uma amiga e uma “filha”. Foi uma experiência difícil de manter a postura de pesquisadora, porque fiquei tocada com muitas coisas que vi e ouvi, contudo, mantive-me firme no meu comportamento, sempre me recordando das orientações dos professores e de minha orientadora, que estão há mais tempo nesse caminho da pesquisa.

3.3 SELEÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

A escolha do Município de Santarém surgiu do levantamento realizado para saber quais locais do Estado do Pará o PAA era praticado, em 2012. A busca por essas informações foi obtida através de um *site*, desenvolvido pela Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações (SAGI), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), chamado PAA *Data*. Este canal de comunicação tem por finalidade dispor de informações acerca da execução do PAA no Brasil, levando em conta todos os seus executores: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados e prefeituras municipais.

Segundo o PAA *Data*, 64 municípios do Estado do Pará executavam o PAA, no ano de 2012, considerando todos os executores. Ao dispor dessa informação, mobilizei os critérios que me possibilitaram selecionar o município e/ou a área que seria a realidade de estudo de minha pesquisa. Os critérios são: i) o município e/ou área que há mais tempo implementou o PAA no Pará e ii) o município e/ou área em que tivesse o maior número de mulheres agricultoras fornecedoras para o PAA.

A sistematização dessas informações, tomando como parâmetro esses critérios me indicou o Município de Santarém, pois este já praticava as vendas ao PAA desde 2007 e apresentava o maior número de mulheres agricultores cadastradas no PAA Municipal, na modalidade “Compra com Doação Simultânea”, sendo também o único município no Estado do Pará a ter como executor a prefeitura municipal.

Entretanto, as pesquisas de campo e a obtenção de informações junto aos atores sociais e as instituições governamentais que trabalham no PAA Municipal de Santarém revelaram que um percentual significativo dos agricultores familiares que fornecem para o Programa é dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos. Diante dessa realidade, concluí que uma geografia de execução do PAA Municipal de Santarém havia sido construída compreendendo os três municípios citados.

Diante disso, constatei que o *site* PAA *Data*, foi negligente ao dispor da informação sobre a origem desses agricultores fornecedores residentes em Belterra e em

Mojuí dos Campos, informando como se todos fossem de Santarém. Apenas no ano de 2013, essas informações foram retificadas.

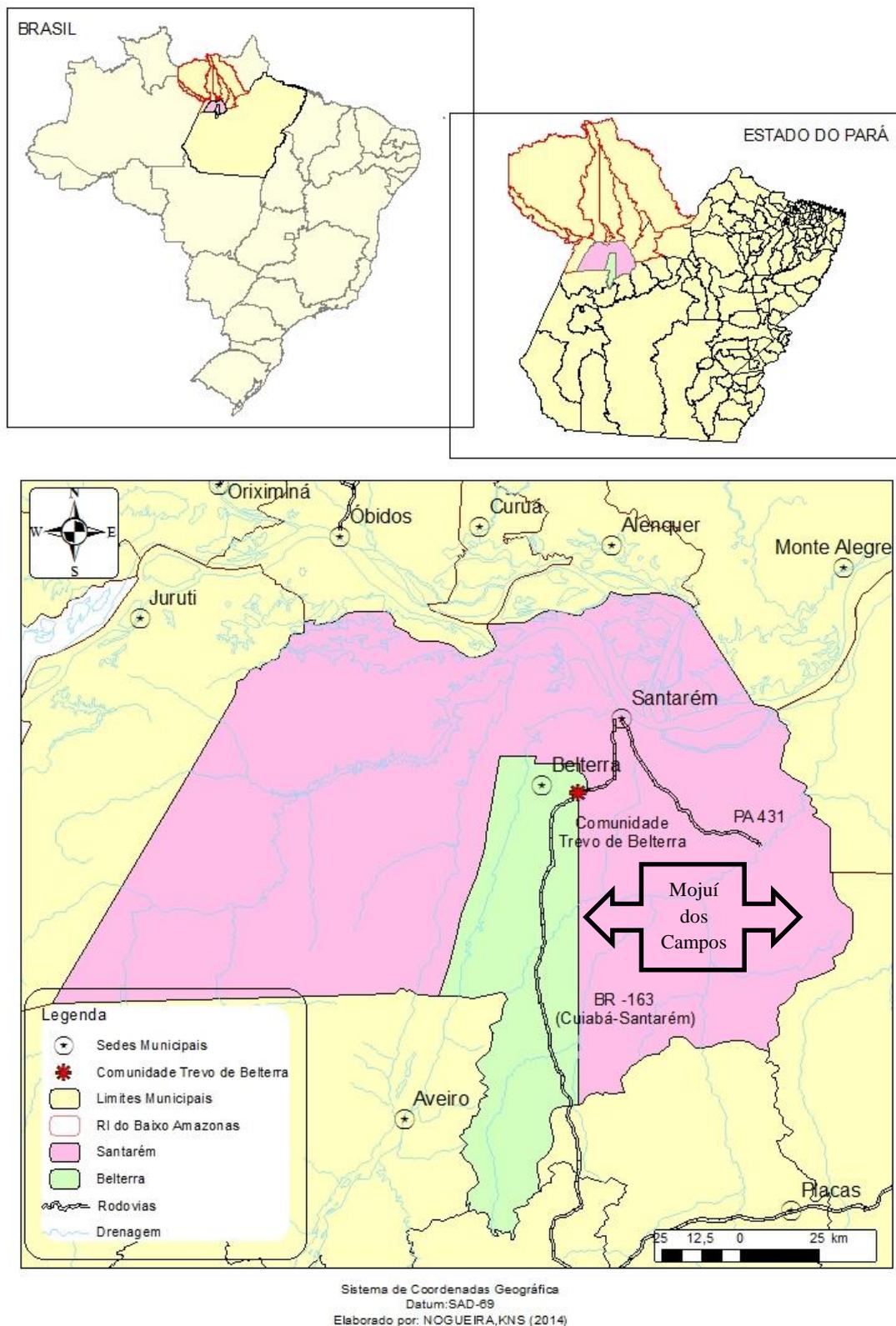
A par dessa situação, houve uma redefinição dos limites da área de estudo e uma ampliação do número de comunidades rurais que forneciam ao PAA Municipal de Santarém. Para a realização do estudo de caso com as mulheres agricultoras participantes do PAA se achava necessário selecionar uma comunidade rural.

Dessa forma, a escolha por desenvolver o estudo de caso na comunidade do Trevo de Belterra, no Município de Belterra, deu-se por esta oferecer condições favoráveis para tal tipo de pesquisa, como:

- i) concentrar significativo número de mulheres agricultoras cadastradas no PAA. Essa informação foi obtida junto à Coordenação Local do PAA e alguns agricultores familiares com quem tive contato. Dado este que depois confirmei ao fazer um levantamento do cadastro de agricultores familiares na SEMTRAS, na qual verifiquei que dos 36 agricultores da comunidade do Trevo de Belterra que forneciam para o PAA Municipal de Santarém, 21 eram mulheres;
- ii) o tempo de participação no PAA. Dessas 21 mulheres, algumas fornecem há 5 anos, outras há 3 anos e outras há 1 ano, essa variação temporal de participação no PAA se mostrou interessante para desenvolver a análise proposta pela pesquisa;
- iii) a organização espacial da comunidade. As propriedades rurais, os estabelecimentos comerciais e de serviços, além dos equipamentos públicos (escola, unidade de saúde) estão concentrados em torno do trevo e às margens da BR-163, o que possibilita se ter uma noção geral do desenrolar das relações sociais que acontecem na comunidade, como também, facilita o deslocamento a pé e o meu envolvimento com os pesquisados.

O Mapa 1. representa espacialmente a área de estudo. Neste mapa elaborei uma adaptação para que pudesse se ter uma noção da localização do Município de Mojuí dos Campos. Este não está precisamente representado cartograficamente em virtude da insuficiência de informações a respeito de suas coordenadas geográficas já que este se emancipou de Santarém, em 2013. Entretanto, apresento a localização do mesmo através do conhecimento dos municípios que fazem limites com ele. Assim, o Município de Mojuí dos Campos ao norte faz fronteira com Santarém, a leste com Uruará, ao sul com Placas e a oeste com Belterra.

Mapa 1 - Mapa de localização da área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém, Pará.



Elaboração: NOGUEIRA, K. N. S., (2014).
Adaptação: GUIMARÃES, J. F., (2014).

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento e a análise dos dados coletados no trabalho de campo foram, em algumas ocasiões, sistematizados ainda no período em que eu estava em campo. Ao fim do dia de pesquisa, eu realizava a leitura de todas as anotações presentes na caderneta de campo e em seguida reescrevia cuidadosamente com o objetivo de construir uma redação coerente com os fatos observados e com os discursos dos informantes, além de acrescentar informações que porventura não tinham sido anotadas, mas que ainda tinha em memória.

O tratamento e a análise das entrevistas ocorreram após o retorno do trabalho de campo. Estas foram ouvidas na íntegra, na qual fiz uma leitura na vertical delas, isto é, analisei o discurso individual de cada um dos entrevistados para em seguida fazer uma leitura na horizontal, que consiste em cruzar os discursos dos entrevistados a fim de identificar os aspectos convergentes e divergentes indicados pelos mesmos acerca de determinado tema. Isso permite confrontar o discurso dos entrevistados com suas práticas cotidianas, possibilitando compreender as contradições entre o que é concebido, o percebido e vivido pelos sujeitos sociais.

Através da classificação dos temas de interesse presentes nas entrevistas e a associação com as anotações, os documentos e as observações realizadas em campo tive subsídios para produzir as descrições, as análises e as tabelas que se encontram neste trabalho de dissertação.

Segundo Weber e Beaud (2007) a classificação do material e a seleção dos temas de interesse facilitam o entendimento e possibilitam a produção de dados mais completos e coerentes acerca da realidade estudada, o que aprofunda a análise do pesquisador que se materializará no ato de “escrever”, que de acordo com Oliveira (2000) é o momento mais crítico do trabalho do pesquisador em ciências sociais, pois é a etapa na qual a análise da realidade estudada será fundida com as teorias mobilizadas acerca do tema pesquisado. Assim, o “escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar” (OLIVEIRA, 2000, p. 32).

4. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) MUNICIPAL DE SANTARÉM-PA.

O objetivo deste capítulo é analisar a operacionalização do PAA Municipal de Santarém-PA, ressaltando como os atores sociais locais e as instituições governamentais se articularam/articulam para promover a execução do mesmo, apresentando, inclusive, as particularidades no que se referem à formação do seu arranjo institucional, que prevê a participação de agricultores familiares fornecedores dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, ambos localizados na Microrregião de Santarém, pertencente à Região de Integração do Baixo Amazonas, Estado do Pará.

Os dados aqui utilizados são oriundos de várias fontes, que incluem entrevistas e conversas informais com os técnicos do PAA e com os agricultores familiares fornecedores, além da observação participante que me possibilitou compreender mais detalhadamente o PAA Municipal de Santarém.

Na primeira seção, apresento uma breve caracterização dos municípios de Santarém e Belterra, que são as áreas de estudo desta dissertação. Embora eu mencione o Município de Mojuí dos Campos quando trato sobre a questão da inovação do arranjo institucional do PAA em Santarém, optei aqui por não dedicar uma subseção na seção 3.1 para este, primeiramente, porque Mojuí dos Campos ascendeu à categoria de município em 2013, e, assim, a quantidade de dados disponíveis é, ainda, insuficiente para caracterizá-lo.

Na segunda seção, discorro sobre alguns processos que dizem respeito à operacionalização do PAA Municipal de Santarém, como a implementação e a dinâmica de funcionamento, destacando as articulações empreendidas pelos atores locais e pelas instituições governamentais que conferiram a formação de um arranjo institucional particular, que de acordo com a literatura acadêmica que trata do tema PAA e arranjo institucional, caracteriza-se como uma inovação.

4.1 SITUANDO A ÁREA GEOGRÁFICA DE EXECUÇÃO DO PAA MUNICIPAL DE SANTARÉM

4.1.1 Santarém.

O Município de Santarém abrange uma área de 22.886,624 km², com população de 288.462 habitantes, em que sua densidade demográfica é de 12,87 hab/km² (IBGE, 2013), sendo a terceira cidade mais populosa do Estado do Pará. Este é, essencialmente,

urbano, tendo apenas 26,75% de sua população residindo em 472 comunidades rurais⁶, em que 260 se localizam nas áreas de várzea da Planície Amazônica, e 212 situam-se nas áreas do Planalto Rebaixado da Amazônia e do Planalto Tapajós (FURTADO; PONTE, 2012).

A formação territorial de Santarém remete ao período colonial, no século XVII. Numa das várias expedições realizadas pelos portugueses no Rio Amazonas, Pedro Teixeira, em 1626, ancorou na aldeia da tribo dos Tupaius, localizada na foz do Rio Tapajós, a fim de mobilizar um contingente de indígenas para servirem de mão-de-obra a economia das drogas do sertão⁷ (REIS, 1979).

O conhecimento da região do Tapajós despertou o interesse da ordem religiosa Companhia de Jesus, que enviou o missionário jesuíta João Felipe Bettendorf com a finalidade de instalar uma missão religiosa, em 1661, dando origem a localidade de Santarém (REIS, 1979).

Em virtude, de sua localização estratégica na margem direita do Rio Tapajós, na confluência com o Rio Amazonas, Santarém tornou-se um entreposto comercial, resultando num grande fluxo de embarcações na região, o que, ao longo do tempo, conferiu-lhe um papel importante, principalmente, nos aspectos econômicos e políticos do cenário regional.

A economia de Santarém, assim como das demais cidades da Região Amazônica, era fundamentada, basicamente, no extrativismo que operava em ciclos, como: o das drogas do sertão, no século XVII; o do cacau, no século XVIII; em seguida, o da borracha, final do século XIX e início de XX; o da juta, nas décadas de 1930/1940; e o do ouro, na década de 1980 (AMORIM, 1999).

Atualmente, a economia deste município gira em torno do comércio varejista, dos serviços, do turismo, da indústria de beneficiamento - madeira, movelaria, agroindustriais (soja e milho) e beneficiamento de peixes tipo exportação - e da agropecuária - pecuária de corte e leiteira, avicultura (PREFEITURA DE SANTARÉM, 2010). Conforme dados do IDESP – Pará, de 2010, Santarém destaca-se pela alta produtividade de arroz, soja e mandioca.

⁶ São 417 comunidades, em que 260 localizam-se nas áreas dos rios e várzeas, da Planície Amazônica e, 212, nas áreas do Planalto Rebaixado da Amazônia e do Planalto Tapajós-Xingu (PREFEITURA DE SANTARÉM, 2010).

⁷ Especiarias (cacau, canela, castanha-do-Pará, guaraná, urucum) extraídas da floresta Amazônica, até o século XIX, foi a base da economia regional.

A agricultura familiar é o segmento responsável pelo abastecimento local, com destaque para a produção de: hortaliças, milho, mandioca, arroz, feijão, coco, banana, cacau, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra de curauá, pimenta do reino, tomate, tangerina, urucu e açaí, também, o processamento da polpa de frutas e o extrativismo da castanha-da-Amazônia (PREFEITURA DE SANTARÉM, 2010).

Santarém é considerado um centro polarizador na Região de Integração do Baixo Amazonas/PA, pois dispõe de melhor infraestrutura social e econômica, possibilita um intenso fluxo de transporte de mercadorias, capitais, informações e pessoas, vindas tanto de Belém/PA quanto de Manaus/AM, canalizando boa parte dos recursos de bens e serviços produzidos nessa porção do Estado do Pará.

No ano de 2011, os debates em torno da divisão do Estado do Pará para a criação de duas outras unidades federativas: o Estado do Carajás, cuja capital seria Marabá e o Estado do Tapajós, cuja capital seria Santarém, tornou-se intenso a ponto da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) encomendar a realização de um plebiscito para decidir sobre a repartição do território para a formação desses dois estados.

Entretanto, a população, principalmente, de Belém-PA e dos municípios de sua região metropolitana foram contra a divisão do estado do Pará. Já as populações de Santarém e Marabá foram, majoritariamente, a favor da divisão para a criação de seus respectivos estados. Caso o estado do Tapajós, capital Santarém, fosse criado seria a 2º maior unidade federativa da região Norte do Brasil.

Contudo, os debates sobre a formação do Estado do Tapajós, em Santarém, não findaram com o resultado desfavorável do plebiscito, pelo contrário, tornaram-se mais intensos, servindo de argumento e justificativa para os discursos dos atores locais na busca por seus direitos.

4.1.2 Belterra

O Município de Belterra abrange uma área territorial 4.398,419 km², com população de 16.808 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 3,82 hab/km² (IBGE, 2013). Aproximadamente, 58% da população residem em 53 comunidades rurais, em que 23 situam-se em área de várzea do Rio Tapajós e 30 na área de Planalto do Tapajós (FURTADO; PONTE, 2012).

O desenvolvimento do I ciclo econômico da borracha, por volta de 1840, iniciou um novo estágio de ocupação e expansão da fronteira extrativista na Região Amazônica. Entretanto, o tráfico de 70 mil sementes de seringueira por ingleses, que as cultivaram

em sistema de monocultura nas suas colônias na Ásia, implicou na decadência da economia gomífera na Amazônia e a dependência do mercado internacional à borracha asiática, durante a década de 1910.

Por volta da década de 1920, a Companhia Ford, de origem norte-americana, concebeu um empreendimento que consistia na criação de uma logística de produção para o cultivo de seringueiras, semelhante ao que fora feito nas colônias inglesas na Ásia, com o objetivo de transformar a Amazônia em grande produtora mundial de borracha a fim de romper com o monopólio inglês da comercialização internacional do produto (AMORIM, 1995).

Para o desenvolvimento deste empreendimento, o Estado brasileiro, na década de 1920, cedeu 1 milhão de hectares de terras à Companhia Ford, dando origem à vila de Fordlândia, área situada entre os municípios de Itaituba e Aveiro, no Pará. Esta vila foi construída nos moldes das cidades modernas norte-americanas. Contudo, o projeto fracassou, em virtude, segundo Guerra baseado em Costa (1993), de “problemas de limitação de calado imposto pelo leito do rio no verão, a grande distância de Santarém e os problemas sanitários surgidos nos seringais” [1996: 412].

Diante disso, em 1934, a Companhia Ford, com autorização do Interventor do Pará, Magalhães Barata, permutou “uma área de Fordlândia, por outra de igual superfície medindo 281.500 hectares que constitui a Vila de Belterra, uma região plana [...] situada em uma esplêndida chapada, a apenas 30 milhas de Santarém” (AMORIM, 1995, p. 44).

A partir daí, tem-se a formação do território de Belterra, que de 1934 a 1945 era considerada uma área norte-americana na Amazônia. Esta foi assistida de toda infraestrutura, como: construção de mais 300 casas, hospital, escolas e serviços de abastecimento de água e energia elétrica e rede de esgoto. No que diz respeito ao cultivo da seringueira, foram plantadas 3,2 milhões de pés desta árvore (AMORIM, 1995).

Entre o período de 1938 a 1940, Belterra foi a maior produtora de seringa do mundo, no entanto, com o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, e a grande incidência de doenças nos seringais decretaram a falência desta, que desde então foi transformada em Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), de competência do Ministério da Agricultura, sendo incorporado como distrito do Município de Santarém. Apenas em 1995, a população conseguiu emancipação de Santarém e elevou Belterra à categoria de município (AMORIM, 1995).

Atualmente, a economia de Belterra está fundamentada na agropecuária, em que o segmento da agricultura empresarial cultiva as monoculturas de soja, milho e arroz, destinadas à exportação. Já os agricultores familiares direcionam sua produção ao abastecimento do mercado local, mas, principalmente, para as feiras e mercados de Santarém, com destaque para produtos, como: mandioca, arroz, feijão, melancia, tomate, banana, laranja, limão, maracujá, pimenta-do-reino, tangerina, urucum e hortaliças.

4.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA MUNICIPAL DE SANTARÉM.

4.2.1 O papel dos atores sociais locais na implementação do PAA

Nesta seção, trato do papel dos atores sociais locais na implantação e execução do PAA Municipal de Santarém. No entanto, antes de adentrar ao caso pesquisado, discorro brevemente sobre o tema participação social, que colabora para a compreensão da discussão desenvolvida no capítulo.

O debate em torno do tema participação social no Brasil se intensifica, a partir de meados da década de 1980, quando se vivencia o processo de redemocratização da república e, assim, verifica-se uma mudança na forma de agir do Estado que, de acordo com Marques (1997), é observado na maneira desta instituição intervir na implementação de políticas públicas.

A postura centralizadora do poder do Estado-Nação é, gradualmente, substituída por uma descentralizadora, na qual as unidades federativas (estados e municípios) passam também a se responsabilizar de forma efetiva pela elaboração e operacionalização das políticas públicas, o que segundo Farah, vem em “resposta as reivindicações da sociedade civil pela descentralização das políticas sociais, desde o início da década de 1980” [2001:131], tornando-se explícito, inclusive, o desejo dos atores sociais locais participarem ativamente na produção das políticas públicas.

Müller (2007) observa que a perspectiva analítica *State in Society* (Estado na Sociedade) encontrada na literatura estrangeira a partir dos estudos de Peter Evans e, no Brasil é discutida por Eduardo Marques, explica a interatividade do Estado com a sociedade civil organizada em relação à promoção de políticas públicas, nas últimas décadas, no Brasil. Ou seja, “os Estados ajudam a moldar a sociedade e também são moldados por elas” (GUARESHI, 2010, p. 22).

Os trabalhos de Guareshi (2010), Müller (2007) e Schmitt (2005) analisam que o PAA foi uma das políticas públicas concebidas no seio dessa nova forma de intervenção

do Estado, na qual permite a participação dos atores sociais como co-autores e co-gestores das políticas públicas.

No caso de Santarém, a implementação do PAA é resultado da articulação entre os atores sociais locais e as instituições governamentais, com destaque para o papel do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR-Santarém), que na busca pela valorização do segmento da agricultura familiar e do sujeito do trabalhador rural, não mediu esforços para ingressar Santarém no PAA.

A forte atuação do STTR-Santarém vem no sentido de amenizar os impactos provocados pelos projetos agropecuários incentivados e subsidiados pelos governos locais, a partir da década 1980, que atendiam, majoritariamente, o segmento da agricultura empresarial que se instalava, desde então, em Santarém.

Becker (1994) e Lessa (1991), na discussão sobre a expansão da fronteira capitalista na Amazônia, explicam que esses projetos agropecuários empresariais, iniciados nas décadas de 1970/80, foram incentivados pelos governos militares, que providenciavam isenção de impostos e financiamentos a juros baixos e com isso “as maiores empresas do país começaram a instalar imensos projetos agropecuários no norte do Mato Grosso e no sul do Pará” (LESSA, 1991, p. 45), que avançaram no sentido da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), chegando ao Oeste do Pará, no início dos anos 1990.

Dessa forma, Santarém configurava-se como um lugar estratégico para o desenvolvimento desses empreendimentos, em virtude, primeiramente, da disponibilidade de terras com baixo valor de aquisição e, também, por causa de sua localização geográfica junto a rios de grande navegabilidade, o que, inclusive, possibilitou, em 2003, a construção do Porto da Cargil, financiado com capital norte-americano, para escoar, principalmente, a produção de soja cultivada nessas áreas da Amazônia para ser comercializada no mercado internacional.

A implantação de infraestrutura rural em Santarém foi fundamental para o desenvolvimento da economia do setor agropecuário, ressaltando que o governo municipal (1992-1996) incorporou “às áreas produtivas do município uma quantidade bastante significativa de terras, antes consideradas improdutivas [...] Introduziram-se também mecanismos de calagem nas áreas de planalto, como forma de aumentar as áreas destinadas à produção agrícola” (AMORIM, 1999, p. 219-220).

Os dirigentes do STTR-Santarém afirmam que em decorrência dessas transformações no espaço agrário de Santarém, os debates propostos pelo Sindicato

passaram a focar na busca por políticas públicas que contemplassem o segmento da agricultura familiar no município, pressionando tanto os governos local, estadual e federal para a resolução dos problemas intensificados com o apoio em demasia aos projetos agropecuários que favoreceriam à agricultura empresarial em detrimento da familiar.

No governo da Prefeita Maria do Carmo Martins Lima, (2004-2012), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criou-se a Secretaria Municipal de Produção Familiar (SEMPAF), que tinha o intuito de incentivar e organizar a produção dos agricultores familiares do município.

Diante deste apoio da Prefeitura Municipal, o STTR-Santarém incentivou e orientou os agricultores familiares a se organizarem em cooperativas a fim de disporem de uma estrutura na qual pudessem estabelecer parcerias com os mercados locais e ingressarem em projetos e programas governamentais, possibilitando-lhes acesso a mais canais de comercialização. Motivados, alguns agricultores familiares de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos⁸ se reúnem e fundam, em 2006, a Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS). Essa foi pioneira no fornecimento de alimentos ao mercado institucional do PAA em Santarém.

A respeito do estímulo a criação de cooperativas, Guareshi (2010), ao estudar a operacionalização do PAA, no município de Tenente Portela-RS, resalta que a forte atuação do Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) também foi fundamental para a edificação da Cooperativa Familiar (COOPERFAMILIAR), fundada em 2001. O ambiente da cooperativa possibilitou aos agricultores familiares discutir acerca dos problemas que dificultavam, principalmente, a comercialização da produção, buscando alternativas, no sentido de construir um novo modelo de gestão, que lhes permitisse acessar os mercados locais e regionais, como também, os mercados institucionais. Assim, em 2004, os associados da COOPERFAMILIAR assumiram um papel de destaque nas discussões sobre a construção do arranjo institucional que contribuiu para a inserção de Tenente Portela-RS ao PAA, em 2007 (GUARESHI, 2010).

No caso de Santarém foram realizadas várias reuniões, no primeiro semestre de 2007, entre o STTR-Santarém, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-Santarém), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o

⁸ Em 2006, ainda é distrito de Santarém, emancipando-se deste apenas em 2013.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a COOMAPLAS e as secretarias da Prefeitura Municipal: a SEMPFAF, a Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Coordenadoria de Incentivo à Produção Familiar (CPROF). O envolvimento e o comprometimento desses atores sociais e das instituições governamentais foram relevantes para a formação do arranjo institucional que possibilitou ao município a implantação do PAA, no final do ano de 2007.

Comparando as duas realidades apresentadas, é possível observar que em Tenente Portela-RS, levou-se três anos para que as discussões entre os atores sociais e as instituições pudessem formar um arranjo para a implementação do PAA. Já no caso de Santarém, em um ano, as articulações estabelecidas corroboraram rapidamente para o estabelecimento do seu arranjo e a implantação do PAA.

Para Frey (2000), a formação de um arranjo institucional é resultado de uma série de negociações entre os atores políticos envolvidos, traçadas de acordo com as ações, as intenções e os interesses dos mesmos, considerando o contexto espaço-temporal. Isto é, para a formação de um arranjo institucional é necessário analisar quais atores estão mais propensos à articulação diante da conjuntura vigente.

Em Santarém, os processos para a formação do arranjo institucional se deram mais rapidamente, porque o governo municipal local da época colaborou para o estabelecimento de parcerias entre as instituições e os atores sociais locais e, também se mostrou disposto a mobilizar recursos e a providenciar infraestrutura para a operacionalização do PAA. Dessa forma, Santarém ingressa no PAA, no final de 2007, tendo como Unidade Executora⁹ a Prefeitura Municipal. A modalidade praticada era a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CD), em que as primeiras entregas foram destinadas as escolas municipais.

A SEMTRANS foi à secretaria escolhida para abrigar a Coordenação do PAA, pois, segundo os técnicos, essa oferecia a melhor estrutura para atender um programa como o PAA, que tem como escopo “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2006, não paginado).

⁹ Designação atribuída pelo MDS aos órgãos ou entidades da administração pública, que celebram Termo de Adesão ou convênios com as Unidades Gestoras (MDS ou MDS)

O STTR-Santarém, o INCRA e a EMATER-Santarém foram responsáveis por providenciar a Declaração de Aptidão ao Pronaf¹⁰ (DAP) para os agricultores familiares interessados em participar do PAA. E, também, foi necessária a formação de um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal (CONSEA-Santarém), composto por quatro representantes da Prefeitura Municipal e oito pessoas da sociedade civil, que são escolhidas pelos agricultores familiares e pelas redes sócio assistenciais beneficiadas. A função do CONSEA-Santarém é fiscalizar o desenvolvimento do PAA, em que caso sejam detectadas irregularidades devem, imediatamente, ser notificadas ao MDS.

Em 2009, fundou-se a Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (COOPRUSAN), em virtude da grande procura de agricultores familiares interessados em comercializar no PAA. Esta cooperativa conta, atualmente, com produtores dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Em 2010, as cooperativas, COOMAPLAS e COOPRUSAN, ingressaram no mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e passaram a fornecer alimentos para as escolas municipais de Santarém. A inserção no PNAE foi fortemente influenciada pela execução do PAA no município.

Ainda no ano de 2010, o MDS substituiu a modalidade CD por outra, denominada de Compra com Doação Simultânea (CDS), sendo esta praticada até os dias atuais. Com a substituição de modalidade houve a necessidade de promover alterações no arranjo institucional, incorporando ao PAA Santarém, agricultores familiares do Município de Belterra.

Isso foi possível, uma vez que o MDS aumentou o valor do recurso financeiro destinado para a execução do PAA em Santarém e, assim, permitiu a abertura de novas vagas para cadastramento de agricultores familiares aptos a participar. Entretanto, segundo os técnicos, para garantir o uso total do recurso disponível, eles foram em busca de agricultores familiares que atendessem às exigências do MDS, ultrapassando as fronteiras municipais e cadastrando os produtores de Belterra. Ressaltam que a parceria com a EMATER-Belterra e o STTR-Belterra foi importante para preencher as vagas disponíveis e realizar as entregas ao PAA.

Diante dessa situação, a coordenação do PAA enviou um comunicado ao MDS, informando sobre a incorporação dos agricultores familiares de Belterra, justificando a)

¹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, implementando em 1996.

que este município, por 39 anos, foi distrito de Santarém; b) que sua economia gira em torno da agropecuária, com destaque para o segmento da agricultura familiar, salientando que parte significativa da produção agrícola desta categoria abastece o Município de Santarém; e c) que Belterra fazia parte do Programa Território da Cidadania, pólo Baixo Amazonas¹¹.

No ano de 2012, o Distrito de Mojuí dos Campos se emancipa de Santarém, elevando-se a qualidade de município. Novamente, a coordenação do PAA justifica junto ao MDS a permanência dos agricultores familiares fornecedores de Mojuí dos Campos, argumentando que os mesmos já estavam adaptados à dinâmica e às exigências do PAA de Santarém e que desvinculá-los incorreria num prejuízo ao desenvolvimento da agricultura familiar do novo município, podendo, inclusive, suscitar uma relação desagradável entre os municípios e, ademais, o PAA, também seria prejudicado pela perda de produtos de qualidade fornecidos pelos agricultores deste novo município.

Nos dois casos o Grupo Gestor do PAA, em Brasília, avaliou as situações excepcionais e após esse procedimento, o MDS aprovou, em 2010, a participação de Belterra e, em 2013, a de Mojuí dos Campos, estipulando que os agricultores familiares desses municípios seriam fornecedores do PAA Municipal de Santarém.

Müller, Fialho e Schneider (2007) exploram o tema da inovação institucional e o papel desempenhado pelos atores locais na implantação do PAA, abordam o caso dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Esse caso apresenta similaridades com relação à situação existente entre Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no Estado do Pará.

A introdução de São Lourenço do Sul no PAA veio da necessidade de suprir a falta de uma instituição de Pelotas (cooperativa) que estivesse apta (de acordo com as condições legais exigidas) para acolher o PAA. Ou seja, pode-se dizer que São Lourenço do Sul só participou do Programa de Aquisição de Alimentos com o objetivo de suprir uma demanda que Pelotas não tinha condições de satisfazer. Justificando, relativamente, a posição secundária de São Lourenço do Sul, apesar da sua importância formal (MÜLLER, FIALHO E SCHNEIDER, 2007, p. 19).

¹¹ Implementado em 2008, pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, mobilizando estratégias que contemplem a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

A análise desses autores fundamenta minha interpretação sobre a inovação do arranjo institucional construído entre Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, em que Santarém para completar a demanda de agricultores familiares aptos a participar do PAA, incorpora os de Belterra e garante a permanência dos de Mojuí dos Campos. No entanto, apenas Santarém é beneficiada com os produtos agrícolas adquiridos pelas compras do PAA. “Ou seja, grupos detentores de maior ‘porção’ de poder possuem, relativamente, melhores condições de moldar as relações e, conseqüentemente, os resultados segundo seus próprios interesses” (MÜLLER, FIALHO E SCHNEIDER, 2007, p. 17). Como Santarém dispõe de maior poder de barganha, por ser o município mais influente da mesorregião do Baixo Amazonas por fatores já explicitados (ver seção 3.1.1), acaba por direcionar os resultados a seu favor.

Considero que todos os agricultores familiares fornecedores dos três municípios são contemplados ao terem acesso ao mercado institucional do PAA e, assim, poderem comercializar sua produção. Ressalto que a formação deste arranjo institucional foi resultado, não apenas da necessidade de suprir demandas pendentes, mas também da compreensão dos atores locais e das instituições governamentais, envolvidos na execução do PAA, da relação social, política, econômica, cultural e historicamente construída entre os territórios de Santarém, Belterra e o, recente, Município de Mojuí dos Campos, em que esses são interdependentes dentro da dinâmica mesorregional.

4.2.2 Dinâmica de funcionamento do PAA Municipal de Santarém

A dinâmica de funcionamento do PAA Municipal de Santarém é de competência da Coordenação Local do PAA, que tem autonomia, em relação ao MDS, para organizar, definir e escolher os recursos humanos (equipe técnica do PAA) e materiais (infraestrutura e equipamentos) necessários à execução do Programa no município. Entretanto, esta coordenação depende do comprometimento dos atores sociais locais e das instituições governamentais, que formam o arranjo institucional do PAA, para poder executar as tarefas.

A equipe da Coordenação Local do PAA é composta por técnicos (concursados e contratados) e estagiários (estudantes universitários de diferentes formações acadêmicas). Nas ocasiões¹² em que os visitei, observei que o número de integrantes da equipe do PAA variava de acordo com a dinâmica de funcionamento do Programa no município. O período em que ocorre a execução das aquisições e a destinação dos

¹² Fiz várias visitas durante o período em que estive realizando os trabalhos de campo.

alimentos às entidades beneficiadas¹³ necessitam de um maior número de pessoas, em virtude do cumprimento do cronograma de execução organizado, sistematicamente, pela Coordenação Local do PAA.

Os técnicos concursados que fazem parte dessa equipe são oriundos da EMATER-Santarém e da SEMAB. Já os técnicos contratados e os estagiários foram admitidos pela SEMTRAS e cedidos para trabalharem na Coordenação Local do PAA, sendo que os estagiários só compõem a equipe técnica quando solicitados por esta junto a SEMTRAS.

Na realização do terceiro¹⁴ trabalho de campo, dediquei uma semana, para acompanhar a rotina de trabalho da equipe da Coordenação Local do PAA, durante a etapa da execução das aquisições e da destinação dos alimentos às entidades beneficiadas. O intuito era compreender como se dá a dinâmica de funcionamento nesta etapa que, a meu ver, é a mais importante da operacionalização do PAA e, também, observar o trabalho desenvolvido por essa equipe técnica e o modo como se relacionam entre si e com os agricultores familiares e as entidades e o público beneficiado com o recebimento dos alimentos.

A partir da explicação do técnico, elaborei o Quadro 3 - Cronograma de Execução do PAA Santarém – etapa aquisição e destinação dos alimentos, para demonstrar de forma mais didática em que dia, horário e local eram executadas as atividades previstas nesta etapa de operacionalização do PAA.

¹³ Podem ser: uma organização formalmente construída, por exemplo, associações de bairros, ou rede socioassistencial, por exemplo, instituição de amparo à criança e o adolescente.

¹⁴ Período de 6 a 16 de Dezembro de 2013.

Quadro 3 - Cronograma de Execução do PAA Santarém – etapa aquisição e destinação dos alimentos. Ano 2013.

Dia da Semana	Local de destino da equipe técnica da Coordenação local do PAA	Atividade
Segunda-Feira (8 às 12 horas)	APRUSAN	1º Aquisição dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultores familiares; 2º Doção Simultânea dos alimentos às entidades beneficiadas.
Terça-Feira (8 às 12 horas)	APRUSAN	1º Aquisição dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultores familiares; 2º Doção Simultânea dos alimentos às entidades beneficiadas.
Quarta-Feira (8 às 12 horas)	Entidades Beneficiadas	1º Controle da entrega dos alimentos ao público beneficiado
Quinta-Feira (8 às 12 horas)	APRUSAN	1º Aquisição dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultores familiares; 2º Doção Simultânea dos alimentos às entidades beneficiadas.
Sexta-Feira (8 às 12 horas)	Entidades Beneficiadas	1º Controle da entrega dos alimentos ao público beneficiado

Fonte: Coordenação local do PAA Santarém.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F., 2014.

De acordo com as informações presentes no Quadro 3, nos dias de segunda, terça e quinta-feira, uma parte da equipe técnica é destinada para a sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN)¹⁵, que desde outubro de 2013, abriga a central de recebimento e distribuição dos alimentos do PAA, que antes funcionava no Mercado Municipal da Rodagem, cedido pela SEMAB, em 2012, às cooperativas, COOMAPLAS e COOPRUSAN, para que pudessem organizar sua produção na cidade de Santarém e entregar ao PAA e ao PNAE (ver Fotos 2 e 3).

Foto 2 - Mercado Municipal da Rodagem, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014

Nota: O Mercado Municipal da Rodagem, até setembro de 2013, era a central de recebimento e distribuição dos alimentos do PAA.

¹⁵ Localizada a duas quadras do CRAS onde fica a Coordenação do PAA.

Foto 3 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: A sede da APRUSAN foi o local disponibilizado pelos agricultores associados à Coordenação Local do PAA para ser, temporariamente, a central de recebimento e distribuição do PAA.

Em outubro de 2013, a SEMAB nega nova concessão a essas cooperativas. E oferece um espaço num galpão, recém-construído, para abrigar a produção dessas, que apenas podiam receber alimentos para o PNAE. Segundo os agricultores familiares fornecedores do PAA houve uma preocupação, por parte da Prefeitura Municipal de Santarém, com o PNAE, mas que poucos esforços foram empreendidos por esta para articular junto aos demais atores sociais e instituições governamentais a questão do espaço para ser a central de recebimento e distribuição de alimentos fornecidos ao PAA.

A mobilização para solucionar esta questão ficou a cargo dos próprios agricultores familiares participantes, que contavam com apoio do STTR-Santarém, da EMATER-Santarém e da APRUSAN. Esta trata-se de uma associação, fundada há mais de 17 anos, para que produtores rurais associados dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos possam comercializar seus produtos agrícolas nas feiras livres¹⁶ de Santarém. Como muito dos que são associados a esta também comercializam no PAA, formou-se uma parceira para que a sede da APRUSAN fosse usada, nos dias de semana, como espaço para se alocar a central de recebimento e distribuição do PAA, pois nos finais de semana, esta sede se incorpora à feira do Aeroporto Velho¹⁷, onde os produtores associados também comercializam sua produção.

¹⁶ As feiras livre de Santarém, são: a do Mercadão 2000, do Mercado Modelo e Central, do Tablado, da COHAB e do Aeroporto Velho.

¹⁷ Funciona aos sábados e domingos.

A estrutura da sede da APRUSAN é diferente da estrutura do Mercado Municipal da Rodagem (ver Foto 4). Este é um galpão, relativamente, pequeno para abrigar um mercado municipal, mas que, no entanto, conta com uma infraestrutura adequada para essa função. O seu espaço está organizado em boxes de alvenarias, revestidos de azulejos brancos, em que cada box conta com um balcão e um lavatório. Além disso, tem 2 ou 3 freezers horizontais para acondicionamento de polpas de frutas e carne bovina.

Foto 4 - Mercado Municipal da Rodagem, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: O Mercado Municipal da Rodagem dispõe de uma infraestrutura adequada para armazenamento temporário de alimentos.

Já a sede da APRUSAN conta com uma área de terreno ampla sem cobertura, local onde ficam dispostas as barracas de feira, nos finais de semana. Dispõe também de duas construções, a primeira, trata-se de uma pequena casa de madeira que serve de abrigo aos feirantes e demais usuários da sede (estruturada com um freezer horizontal, um fogão de quatro bocas, uma mesa de madeira, algumas cadeiras de plástico e uma pequena televisão), e a segunda, de um galpão de alvenaria térreo, onde ficam guardadas as máquinas de processamento de polpa de frutas, caixotes, balança industrial, pallets e as barracas de feira, usados pelos produtores rurais associados (ver fotos 5 e 6).

Foto 5 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: À direita na foto está a casa que serve de abrigo para os feirantes e para os técnicos do PAA quando vão ao local receber e distribuir os alimentos do PAA.

Foto 6 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: À direita têm-se as estruturas das barracas de feira e ao fundo é um galpão onde temporariamente é armazenado os produtos do PAA.

É com essa estrutura disponibilizada pela APRUSAN que a equipe técnica da Coordenação Local do PAA, responsável por executar o recebimento e distribuição dos alimentos, trabalha. O técnico em agropecuária que lidera esta equipe tem a competência de averiguar os tipos, as quantidades e a qualidade dos alimentos fornecidos, e os dados resultantes do levantamento realizado são anotados pelos

estagiários para depois serem lançados no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA)¹⁸ para gerar a ordem de pagamento ao agricultor.

Durante os dias de segunda, terça e quinta-feira, em que eu estive acompanhando a rotina de trabalho dessa parte da equipe técnica da Coordenação Local do PAA, observei que a maioria dos agricultores familiares faziam as entregas até às 10h da manhã e, também que eram homens, apenas duas mulheres entregaram nos três dias em que estive presente na APRUSAN. A equipe me explicou que as mulheres agricultoras familiares são público prioritário de participação no PAA, isto é, 40% dos agricultores fornecedores tem que ser de mulheres, mas que, no entanto, parte significativa delas já tinha feito as entregas nas semanas anteriores a minha presença (ver Fotos 7 e 8).

Foto 7 - Agricultores familiares entregando os alimentos na sede da APRUSAN.



Foto: Guimarães, J. F., 2014

Nota: Os agricultores fornecedores na fila de emissão da nota fiscal de entrega dos produtos agrícolas ao PAA.

¹⁸ Software criado pelo MDS para o registro dos dados referentes à execução do PAA.

Foto 8 - Agricultores familiares descarregando os alimentos na sede da APRUSAN.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Os agricultores fornecedores descarregando abóboras e mandiocas para pesagem do PAA.

Os produtores agrícolas eram trazidos por ônibus, caminhões, caminhonetes e carros, eventualmente, fretados. O técnico em agropecuária responsável por averiguar os produtos fazia questão que os agricultores fornecedores o acompanhassem na realização do procedimento. Nos diálogos entre eles dava para perceber a ocorrência de certa intimidade, pois se faziam perguntas relacionadas à vida pessoal um do outro, riam e conversavam sobre a produção. Quando o técnico visualizava um alimento de baixa qualidade amostrava-o para o agricultor que o separava no momento da pesagem. Mas, de acordo com a equipe, nem sempre essa averiguação da qualidade dos produtos foi bem aceita por alguns agricultores, tanto que foi necessário a Coordenação do Local do PAA providenciar um documento que certificasse o PAA de que o agricultor forneceria produtos de boa qualidade. Esse “Termo de Qualidade” é assinado no momento em que o agricultor familiar ingressa no PAA.

À medida que os agricultores entregavam os produtos, as entidades beneficiadas já estavam à espera dos alimentos para transportarem até o local onde seriam doados ao público beneficiado. O esquema era o seguinte: quando a Coordenação Local do PAA notificava que já estavam abertas as aquisições dos alimentos, os agricultores participantes agendavam a data de entrega dos mesmos, a par disso, os estagiários entram em contato com 4 entidades beneficiadas por semana para que elas possam receber os alimentos (ver Foto 9).

Foto 9 - Os caminhões das entidades beneficiadas aguardam sua vez de carregamento dos produtos destinados pelo PAA



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Os agricultores fornecedores na pesagem. Ao fundo ônibus da entidade beneficiada espera liberação dos produtos agrícolas.

Os técnicos explicaram que o planejamento da execução do PAA, nessa etapa de recebimento e distribuição dos alimentos, foi concebido desta forma para poder contemplar de maneira eficiente a participação de 460 agricultores fornecedores e de 54 entidades beneficiadas, cadastrados no ano de 2013.

A outra atividade prevista no cronograma de execução (ver Quadro 2, pág. 70), que trata do controle da entrega dos alimentos ao público beneficiado, é desenvolvida por outros membros da equipe técnica da Coordenação Local do PAA. Nos dias de quarta e sexta-feira, esses técnicos e estagiários se deslocam de carro¹⁹ até as entidades beneficiadas para fiscalizar e coletar informações sobre a entrega dos alimentos. Eu os acompanhei em duas visitas, uma na Associação Comunitária do Bairro Alvorada, e a outra, na Associação Comunitária do Bairro Maracanã (ver Fotos 10 e 11).

¹⁹ Veículo, eventualmente, cedido pela SEMTRANS.

Foto 10 - Associação do Bairro Alvorada, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Café da manhã com produtos agrícolas provenientes dos agricultores fornecedores do PAA, na Associação do Bairro Alvorada. Momento da entrega dos produtos as pessoas cadastradas na associação e que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Foto 11 - Associação do Bairro Maracanã, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Voluntários organizam os produtos agrícolas para entregar a população beneficiada do Bairro Maracanã.

Os presidentes das associações preparam um espaço onde ficam expostos os alimentos a serem distribuídos, e possuem uma equipe, formada por voluntários para ajudar na doação dos alimentos ao público beneficiado. As doações só começam quando a equipe técnica do PAA chega ao local, onde é recebida calorosamente pelos presidentes das associações, que chegam a discursar em agradecimento pelo engajamento dos técnicos em executar um programa do governo, como o PAA. Os estagiários, que fazem parte da equipe técnica, ficam responsáveis por coletar dados e informações a respeito do público beneficiado, a fim de repassá-los à Coordenação Local do PAA, para que este os inclua no Relatório Anual de Execução do PAA, solicitado pelo MDS (ver Foto 12).

Foto 12 - Estagiários do PAA Municipal de Santarém, na Associação do Bairro da Alvorada, Santarém/PA.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Estagiários coletando informações do público beneficiado.

Após realizadas essas tarefas, esta equipe técnica volta à Coordenação Local do PAA, para cumprir as atividades burocráticas de operacionalização do PAA em Santarém e preparar-se, novamente, para a execução das tarefas previstas para os demais dias da semana.

A rotina de trabalho da equipe técnica da Coordenação Local do PAA é cansativa, principalmente, quando eles não dispõem de recursos humanos e materiais suficientes para a realização destas atividades. Eles confidenciaram que toda semana é necessário repensar o planejamento da operacionalização do PAA, porque são muitas etapas a serem cumpridas para culminar na aquisição e distribuição dos alimentos. Admitem que a colaboração dos atores sociais locais, como o STTR-Santarém e os membros das Cooperativas e Associações, seja de agricultores, seja de beneficiados é fundamental para a execução do PAA nos três municípios que participam do mesmo.

A partir do observado durante o tempo em que eu acompanhei a rotina de trabalho e a dinâmica de execução do PAA durante a etapa da aquisição e destinação dos alimentos, conclui que a operacionalização do PAA é possível, justamente, por esse caráter de articulação e engajamento dos atores sociais locais entre si e com as instituições governamentais.

Atribuo aos atores sociais locais um papel de destaque dentro do arranjo institucional existente e eles conseguiram ao longo do tempo de execução do PAA em

Santarém, tornarem-se mais coesos diante das mudanças no cenário político municipal, que repercutiram em transformações sobre a estrutura operacional do PAA no município, gerando certa tensão entre agricultores familiares participantes do PAA e Prefeitura de Santarém. Paulilo (2000) compreende que as tensões e mesmo as competições entre os atores sociais e as instituições governamentais têm seu lado positivo, pois possibilita, em certos casos, o desenvolvimento de uma coesão cada vez mais forte, porém flexível entre os grupos de interesses. Acredito que isso foi possível entre os atores sociais locais que participam do PAA de Santarém, pois durante 4 anos da execução do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, Santarém, com a colaboração de Belterra e Mojuí dos Campos possuem o maior número de agricultores familiares participantes do PAA no Estado do Pará e conseguiram alcançar a meta, no primeiro ano em que ela foi proposta, de que 40% dos fornecedores deveria ser mulheres.

Segundo Müller (2007) baseado em Frey (2000), “as políticas públicas são resultados de um processo, que pode sofrer modificações ao longo do tempo” (MULLER, 2007, p. 72). Assim, como as políticas passam por transformações, a sociedade civil organizada também assume um papel flexível, mas firme diante das propostas, negociando por aquilo que vai lhes proporcionar condições de vida mais favoráveis no futuro.

5. MULHERES AGRICULTORAS E A COMUNIDADE DO TREVO DE BELTERRA, BELTERRA-PA.

O objetivo deste capítulo é descrever as mulheres agricultoras da Comunidade do Trevo de Belterra participantes do PAA Municipal de Santarém, trazendo um pouco do seu cotidiano, bem como, caracterizando seus espaços de moradia e expondo como passaram a participar do PAA.

As informações utilizadas nesta descrição foram obtidas através de conversas informais e entrevistas semiestruturadas com os técnicos do PAA, os moradores, os agricultores familiares, os agentes comunitários de saúde e, principalmente, as mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra, por serem essas os atores privilegiados desta pesquisa de dissertação.

Na primeira seção, apresento uma breve caracterização da Comunidade do Trevo de Belterra, local onde foi desenvolvido o estudo de caso sobre as mulheres agricultoras participantes do PAA Municipal de Santarém. Na segunda seção, trago informações sobre as características socioeconômicas das mulheres agricultoras, tais como: faixa etária, estado civil, número de filhos por mulheres, nível de escolaridade, renda familiar, tempo na atividade agrícola, tempo de residência na Comunidade do Trevo de Belterra. Na terceira seção, trato de caracterizar os espaços de moradia onde vivem as mulheres agricultoras pesquisadas. Na quarta seção, descrevo sucintamente o cotidiano vivido por essas mulheres. E, na quinta seção, trato da participação dessas mulheres agricultoras no PAA Municipal de Santarém.

5.1. SITUANDO A COMUNIDADE DO TREVO DE BELTERRA

A Comunidade do Trevo de Belterra está localizada na porção nordeste do Município de Belterra, entre os quilômetros 37 a 40 da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), abrange uma área de, aproximadamente, 23 km², com população de 800 habitantes, distribuídos entre 155 famílias. Esses dados são do ano de 2013 e foram disponibilizados pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelo presidente da Associação dos Moradores e Agricultores do Trevo de Belterra (AMATB).

A comunidade do Trevo de Belterra foi oficializada em 2009, ano em que esta se emancipa da comunidade São Francisco da Volta Grande. Entretanto, sua efetiva ocupação territorial se iniciou no ano de 2000, quando a Prefeitura Municipal de Belterra, com o objetivo de encurtar a distância do centro da cidade até a Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), concluiu as obras de infraestrutura viária de prolongamento da

Estrada 5, permitindo o acesso rápido entre o centro da cidade com a principal via de circulação terrestre que interliga o Município de Belterra à Santarém (ver mapa 1, pág. 55).

Da intersecção entre a Estrada 5 e a Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) formou-se um trevo (ver Fotos 13 e 14), este passou a ser uma referência geográfica àqueles que queiram ter acesso rápido ao centro da Cidade de Belterra. A partir de então as áreas as margens da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) próximas ao trevo passaram a ser ocupadas por famílias, principalmente, de agricultores familiares advindos de comunidades do próprio Município de Belterra e de Santarém, como também, por agricultores familiares nordestinos oriundos dos estados do Maranhão e Ceará, e por sulistas, dos estados de Paraná e Rio Grande do Sul, e por fazendeiros, dos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que desenvolvem a agricultura empresarial.

Foto 13 – Comunidade do Trevo de Belterra, Município de Belterra/PA



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Canto direito da foto tem-se a BR-163, ao fundo o obelisco, monumento que indica o acesso à Estrada 5.

Foto 14 – Monumento construído na intersecção entre a Estrada 5 e a BR-163 (Cuiabá-Santarém).



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: O monumento é uma referência geográfica, indicando o acesso ao centro da Cidade de Belterra.

A organização espacial da comunidade do Trevo de Belterra reproduz a lógica do padrão de organização do espaço amazônico pós-1960, denominado de *estrada - terra-firme – subsolo*, no qual Porto Gonçalves (2001) explica que a rodovia orienta o sentido de ocupação do território (ver Foto 15), sendo os eixos de integração intra e inter-regional. Na terra-firme se desenvolvem os projetos agropecuários tanto da agricultura empresarial quanto da agricultura familiar. Lessa explica que esses “projetos agrícolas seriam estabelecidos ao longo da faixa de cem quilômetros nos dois lados da rodovia” [1991:43]. E o Projeto Radam Brasil, executado de 1970 a 1985, identificou as potencialidades do subsolo amazônico, principalmente, no desenvolvimento da atividade econômica de mineração (PORTO GONÇALVES, 2001; BECKER, 1994; LESSA, 1991; VELHO, 1979).

Os pequenos núcleos de povoamento formados às margens das rodovias e, geralmente, habitados por migrantes, dispõem de pouca infraestrutura e serviços públicos básicos e possuem pequenos comércios, pois esses núcleos eram e são dependentes dos centros urbanos micro e mesorregionais e, por conseguinte, dos grandes centros urbanos regionais interligados pelos eixos rodoviários (BECKER, 2001; 1994).

Foto 15 – Casas às margens da BR-163.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Casas das mulheres agricultoras na área do Portão de Belterra, no Trevo de Belterra.

A comunidade do Trevo de Belterra está dividida em quatro áreas ou bairros - esta última designação é atribuída por alguns moradores – sendo eles: Centro, Ramal do Limão, Nova Conquista e Portão de Belterra. Os moradores mais antigos explicam que as primeiras áreas a serem efetivamente ocupadas foram o Portão de Belterra²⁰ e o Centro, seguida das áreas do Ramal do Limão e da Nova Conquista, respectivamente.

As quatro áreas em que a comunidade do Trevo de Belterra está dividida apresentam diferenças entre si quanto ao processo de ocupação. O Centro abrange a área ao entorno do trevo (ver Foto 16), onde se concentram os estabelecimentos comerciais (dois pequenos supermercados, uma lanchonete, um restaurante, uma pequena loja de confecções e uma borracharia). Tem-se uma escola municipal, uma unidade de saúde, uma estação de abastecimento de água, um telefone público e três templos (duas evangélicas e uma católica), além das residências, em que em poucas propriedades se têm algum tipo de agricultura.

²⁰ O Portão de Belterra era uma comunidade não oficializada. Sua ocupação remete ao início da construção de Belterra, na década de 1930/40. Nesta área encontrava-se o portão que dava acesso à cidade empreendimento de Henry Ford. Quando da demarcação dos limites do Trevo de Belterra, o Portão de Belterra foi incluído passando desde 2009 a ser um bairro da recém-formada comunidade.

Foto 16 – Casas e estabelecimentos comerciais às margens da BR-163.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Casas e comércios às margens da BR-163, na área do Centro do Trevo de Belterra.

As áreas do Ramal do Limão e da Nova Conquista fazem fronteira com o Centro, e são de uso residencial, em que em muitas propriedades têm algum tipo de agricultura. A partir da observação da paisagem e dos relatos de alguns moradores, concluí que essas três áreas apresentam uma ocupação espacial mais concentrada, têm propriedades familiares pequenas que servem mais para o uso residencial do que para o desenvolvimento de atividades agrícolas, pois seus moradores, que em grande parte são agricultores familiares, praticam o trabalho na agricultura em áreas arrendadas ou em áreas próprias, mas localizadas em comunidades rurais relativamente próximas ao Trevo de Belterra.

Pode-se inferir que existe uma migração a “curta-distância”. Que neste caso, configura-se como uma estratégia, pois muitos moradores não se desfizeram de suas terras, apenas procuraram no Trevo de Belterra novas oportunidades espaciais de uso do território, que eram inexistentes nas comunidades que antes residiam. Dialogando com Menezes (2000, não paginado) que analisa essas estratégias como tendências atuais dos processos migratórios no Brasil, afirmando que a “‘migração de curta-distância’ [...] é uma estratégia, uma resistência, uma eterna possibilidade ou impossibilidade de ficar ou sair”.

Diferente dessas três áreas, o Portão de Belterra apresenta uma ocupação espacial mais dispersa, as propriedades familiares são significativamente maiores quando comparadas às existentes no Centro, no Ramal do Limão e em Nova Conquista, e servem tanto para uso residencial quanto para desenvolvimento de atividades agrícolas. Segundo os técnicos da EMATER-BEL e alguns agricultores familiares do Trevo de Belterra, a área do Portão de Belterra tem a maior produtividade agrícola da

comunidade. Ademais, essa área têm duas mercearias, um pequeno posto de gasolina, que ainda não está funcionando, e uma Casa de Oração, que foi construída pelos próprios agricultores familiares residentes no Portão de Belterra, na qual as práticas religiosas como a doutrina e o culto são muito próximas do protestantismo.

Também na área do Portão de Belterra se tem as propriedades de terras dos fazendeiros, ou melhor, uma parte delas é possível visualizar. Na paisagem predomina o verde da plantação de soja, alguns silos, galpões, maquinário agrícola e aqui e ali uma porção de floresta nativa de terra-firme, que ainda não foi derrubada, por imposição de legislação ambiental (ver Foto 17).

Foto 17 – Fazenda à margem da BR-163, na comunidade do Trevo de Belterra.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: A área desnuda estava sendo preparada para o plantio de soja. À direita e ao fundo à esquerda são porções de florestas mantidas para cumprimento do código florestal.

Essa divisão da comunidade do Trevo de Belterra em quatro áreas ou bairros não consta oficialmente nos registros da Prefeitura Municipal de Belterra, até por não existirem mapas oficiais das comunidades, entretanto, essa divisão do espaço proposta pelos moradores é resultado da percepção espacial dos mesmos em relação ao processo de ocupação e à diferenciação da formação do território da comunidade, que ao longo do tempo possibilitou construir uma cartografia social da localidade, em que este conhecimento é difundido entre eles.

A cartografia social é uma modalidade de representação espacial na qual os atores locais e a comunidade elaboram seus próprios mapas, conforme suas interpretações geográficas em relação à disposição dos recursos naturais e sociais e as fronteiras do seu território ou outras temáticas que queiram representar espacialmente (ACSELRAD, 2008). No debate internacional, essa modalidade recebe a designação de

“mapeamento participativo”, em que segundo Acselrad e Coli (2008) baseado em Herlihy e Knapp (2003), dizem

o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras de “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 15).

A modalidade cartografia social vem sendo muito usada pelas comunidades e populações tradicionais da Amazônia como estratégia de assegurar direitos territoriais. Os mapas produzidos a partir da participação dos atores locais tornam-se um instrumento de reconhecimento do território, demarcação de usos de recursos naturais, delimitação das unidades de conservação (GORAYEB, 2014; ALMEIDA, 2009; UFPA, sem datação).

5.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES AGRICULTURAS

Segundo dados da SEMTRAS, no ano de 2013, constavam cadastrados 460 agricultores familiares ao PAA Municipal de Santarém. Entretanto, o MDS estipulou, ainda em 2013, que 40% dos agricultores fornecedores do PAA, na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), deveriam ser de mulheres. Assim, tem-se 276 homens e 184 mulheres registrados como fornecedores do PAA Municipal de Santarém. Na comunidade do Trevo de Belterra tem-se 36 agricultores familiares inscritos, em que 21 são mulheres. De acordo com o levantamento realizado para esta pesquisa, o Trevo de Belterra é a localidade onde um maior número de mulheres agricultoras participa do PAA Municipal de Santarém.

Assim, apresento as 21 mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra que fornecem produtos ao PAA Municipal de Santarém.

Na Tabela 1 apresento a faixa de idade das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra. Verifica-se uma distribuição de certa forma proporcional entre as faixas etárias.

Tabela 1 - Idade das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra fornecedoras do PAA Municipal de Santarém.

Idade	Nº absoluto	%
Até 18 anos	-	-
19 a 24 anos	4	19,04%
25 a 30 anos	4	19,04%
31 a 36 anos	2	9,52%
37 a 42 anos	-	-
43 a 48 anos	7	33,33%
49 a 54 anos	2	9,52%
54 ou mais anos	2	9,52%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

A faixa de 43 a 48 anos (33,33%) é a que tem o maior número de mulheres, seguida das faixas de 25 a 30 anos e de 19 a 24 anos, em cada uma dessas têm porcentagens de 19,04%. Do total de 21 mulheres entrevistadas, apenas 2 são aposentadas rurais²¹, as demais encontram-se em idade economicamente ativa. Contudo, essas duas mulheres aposentadas trabalham na roça tanto quanto as que não o são, elas mostram-se ativas e dispostas a continuar o trabalho enquanto tiverem saúde.

Observei que as mulheres mais velhas não têm a mesma preocupação com a aparência do que as mulheres mais jovens, a pele bronzeada e com algumas manchas denuncia que elas não se protegem contra o sol, algumas delas vão à roça descalças e muito menos usam luvas para trabalhar com a terra. Outras, vestem-se dos pés a cabeça para se proteger do sol causticante, mas admitem que o calor é intenso, sendo necessário em alguns momentos do dia se retirar para a sombra debaixo de uma árvore ou retornar para casa e tomar um suco ou uma água gelada, como uma forma de amenizar a sensação de calor.

As mais jovens têm maior preocupação não apenas com a pele, mas com as unhas e os cabelos. Elas também vestem-se dos pés a cabeça, algumas usam o protetor solar ou optam ir à roça no horário em que o sol não esteja tão intenso, mas afirmam, inclusive em tom de brincadeira, que isso é algo muito difícil. Elas também não usam luvas, mas observei que suas mãos são menos caledadas do que as das mulheres mais velhas, no entanto, elas dizem que com frequência preparam as unhas com manicure ou esfoliam com açúcar e hidratante.

²¹ O Ministério da Previdência Social estabelece que os trabalhadores rurais podem requerer aposentadoria rural por idade a partir dos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Esses limites de idades previstos para os trabalhadores rurais são diferentes dos instituídos aos trabalhadores urbanos, em que estes podem requerer a partir dos 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres).

Tanto as mulheres mais velhas quanto as mais jovens tinham curiosidades sobre minha pessoa, muitas delas perguntaram minha idade e eu respondia, 27 anos, e elas se mostravam surpresas, pois me achavam de aparência muito jovem para ser uma pesquisadora e perambular sozinha numa comunidade desconhecida.

Em geral, o contato e o diálogo tanto com as mulheres mais jovens quanto com as mais velhas se deu de maneira rápida e fácil. A exceção ficou por conta de algumas mulheres que tinham vergonha de serem entrevistadas, por acreditarem que pouco poderiam contribuir para minha pesquisa pelo fato de terem baixo grau de escolaridade, mas ao longo dos dias, elas observando eu me comunicar com os outros membros da família e da comunidade, e também o fato de eu conversar sobre assuntos banais, como história de novela, de jornal, falar de Belém, elas acabaram cedendo e participando da entrevista.

Outro aspecto que abordo sobre as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra está relacionado aos seus níveis de escolaridade. Através da Tabela 2, percebe-se que 38,09% das mulheres têm o Ensino Fundamental incompleto, enquanto 23,8% têm o Ensino Médio completo (antigo Segundo Grau). Por outro lado, não se tem nenhuma mulher analfabeta e 9,52% delas têm Ensino Superior incompleto.

Tabela 2 - Escolaridade das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra fornecedoras do PAA Municipal de Santarém.

Escolaridade	Nº absoluto	%
Analfabeto	-	-
Ens. Fund. Incompleto	8	38,09%
Ens. Fund. Completo	4	19,04%
Ens. Médio Incompleto	2	9,52%
Ens. Médio Completo	5	23,8%
Ens. Superior Incompleto	2	9,52%
Ens. Superior Completo	-	-
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

A escolaridade de Ensino Fundamental (completo e incompleto) é a que predomina. Nela se inserem 57,13 % das mulheres pesquisadas, em que a maioria delas tem idade superior a 37 anos. Percebi que o assunto nível de escolaridade é bastante delicado de ser tratado, principalmente, entre as mulheres de mais idade, que ficam acanhadas em falar sobre tal questão, sempre lamentando muito não terem dado prosseguimento aos estudos. As mesmas comentam que atualmente a educação e o acesso às escolas são mais fáceis se comparados à época em que elas estudavam, indicam que a distância das escolas em relação às suas casas e a jornada de trabalho na

roça foram os motivos que as fizeram desistir de estudar. Entretanto, corroboram que a educação é fundamental em qualquer tipo de trabalho que o indivíduo venha a realizar, e comentam que se esforçam muito para garantir a escolarização dos filhos e netos.

Observei que as mulheres mais jovens além de terem maiores níveis de escolaridade também o concluíram integralmente em comparação com as mulheres de mais idade. Essa observação reforça os argumentos de Heredia e Cintrão (2006) que apontam isso como uma tendência do meio rural brasileiro, explicando que não somente a ampliação do acesso à educação, a partir da década de 1980, possibilitou a escolarização das gerações mais recentes, como também, o fato das mulheres rurais terem nível de escolaridade sutilmente superior ao dos homens rurais.

Na Tabela 3 apresento dados sobre o estado civil e a presença ou não de filhos entre as mulheres agricultoras estudadas. Percebe-se que a maioria das mulheres (71,42%) é casada ou vive numa união estável e todas têm filhos. Entre as solteiras (23,8%) apenas 3 das 5 têm filhos, e também as mulheres separadas/divorciadas têm filhos.

Tabela 3 - Estado civil das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra, considerando a presença ou não de filhos.

Estado civil	Nº absoluto	%	Com filhos	Sem filhos
Solteira	5	23,8%	3	2
Casada	11	52,38%	11	-
União Estável	4	19,04%	4	-
Separada/Divorciada	1	4,76%	1	-
Total	21	100%	19	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

A média de filhos entre as mulheres agricultoras entrevistadas é de aproximadamente 2,9 filhos/mulher. No Brasil, segundo o censo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a média é 1,9 filhos/mulher, e na região Norte a média é de 2,47. Assim, a média de filhos entre as mulheres agricultoras que fazem parte desta pesquisa está acima da média nacional e regional.

Observando a organização das famílias das mulheres agricultoras, conclui que 90% das famílias são do tipo nuclear, e apenas 10% são do tipo extensa. Wolf (1976) numa tentativa de compreender a composição, a organização e as relações existentes no seio da família camponesa, dividiu essas em dois tipos: as famílias nucleares constituídas por um casal e sua prole; e as famílias extensas que reúnem numa única estrutura várias outras famílias nucleares. Em apenas 2 das 21 famílias das mulheres

agricultoras verifiquei que os filhos adultos e casados residiam e trabalhavam na mesma unidade familiar. Nas demais famílias, os filhos adultos e casados tinham providenciado sua própria residência e, se agricultor, sua própria área de produção. E nas outras famílias nucleares, os filhos adolescentes e crianças dependiam exclusivamente dos pais.

Na área do Portão de Belterra é possível observar que uma única família nuclear gerou outras famílias nucleares, uma vez que os filhos constituíram família e receberam ou adquiriram terras próximas das propriedades dos pais. Isso possibilitou que eles se reconheçam e sejam reconhecidos como uma comunidade tanto pelos demais moradores do Trevo de Belterra, como também pelas comunidades adjacentes. O sentido de comunidade que está sendo considerado é o mesmo compreendido por Wagley (1988), como o lugar onde as pessoas se organizam para viver uma vida comum, compartilhando dos mesmos aspectos e condições sociais, econômicas e culturais, ou seja, “é nas comunidades que os habitantes de uma região ganham vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar [...] tem suas superstições e seus tabus e são movidos por valores e incentivos de determinadas culturas” (WAGLEY, 1988, p. 44).

No sentido exposto por Wagley (1988) a área do Portão de Belterra configura-se como uma comunidade, mas nos registros oficiais da Prefeitura Municipal de Belterra, esta está inserida na comunidade do Trevo de Belterra.

Na Tabela 4 trago dados sobre a renda familiar das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra. Através dela, percebe-se que 57,14% das mulheres entrevistadas não sabiam informar a renda da família, pois desconheciam o valor aproximado dos ganhos obtidos, uma vez que não contabilizam nem quanto ganham nem quanto gastam na unidade familiar, explicam que o dinheiro é alcançado aos poucos e é, praticamente, gasto imediatamente para suprir as necessidades de casa e da roça, o que dificulta a contabilidade. Outro argumento exposto para justificar o desconhecimento da renda familiar apontado por essas mulheres é o de que os ganhos são mais administrados pelos homens do que por elas.

Tabela 4 - Renda familiar das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra participantes do PAA Municipal de Santarém.

Renda (salários mínimos)	Nº absoluto	%
Menos de 1	-	-
1 a 2	8	38,09%
2 a 3	1	4,76%
3 a 4	-	-
Mais de 4	-	-
Não sabe	12	57,14%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Por outro lado, 38,09% das mulheres pesquisadas apontam que a renda familiar gira em torno de 1 a 2 salários mínimos por mês, e apenas para 4,76%, a renda é de 2 a 3 salários mínimos por mês. Essas mulheres cientes sobre suas rendas familiares, explicam que os ganhos e as despesas são anotados e informados aos demais membros da casa, dizem que é uma forma de dar satisfação a todos sobre o dinheiro obtido no mês e os gastos da casa e da roça.

Observei que algumas das famílias das mulheres entrevistadas vendiam a crédito para os comerciantes, que lhes pagavam no início do mês, quando provavelmente também recebiam os pagamentos dos consumidores que compravam fiado em suas mercearias e mercadinhos. A prática de vender fiado é muito comum nas comunidades rurais de Santarém e Belterra. Os comerciantes explicam que abrem uma conta a crédito só para os clientes confiáveis, que pagam em dia. Dizem não temer o calote, pois todos na comunidade se conhecem. Contudo, não são apenas os pequenos comerciantes que vendem fiado: as empresas que comercializam defensivos agrícolas também adotam essa prática, adequando-se à situação financeira dos agricultores familiares que consomem este de tipo de produto na região.

Essas práticas relacionadas à venda e a compra de produtos, de certa forma, comprometem a contabilidade ou a noção do valor aproximado da renda por parte das famílias das mulheres entrevistadas. Entretanto, essa desinformação e não precisão em relação à renda familiar não se trata de uma negligência dos agricultores familiares com seus ganhos e despesas e com o gerenciamento produtivo, mas pode ser explicada segundo o fato desta categoria de análise econômica (renda) ser interpretada na economia da agricultura familiar ou economia camponesa, nos termos utilizados por Chayanov (1981), de forma qualitativa, diferente do caráter quantitativo atribuído pela teoria econômica da sociedade capitalista.

A lógica específica em que está baseada a economia da agricultura familiar ou economia camponesa, na qual este “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo” (WOORTMANN, 2001, p. 3), apresentaria particularidades observadas na ausência de salários e também no fato da unidade familiar ser ao mesmo tempo uma unidade de consumo e uma unidade de produção (CHAYANOV, 1981).

Na economia capitalista a renda é determinada a partir da análise objetiva do conjunto inter-relacionado e indissociável de outras categorias econômicas como o capital, o salário, o preço, os juros e o lucro, que após o cálculo dos ganhos e dos custos pode-se chegar à renda, que é a quantidade total de valor gerado por determinada(s) atividade(s) econômica(s). Contudo, na economia camponesa a renda seria o produto do trabalho familiar, ou dito de outra forma, o valor dos bens materiais que a família obteve com seu trabalho num período de um mês, de um ano (CHAYANOV, 1981).

Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para a unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Na Tabela 5 apresento o tempo de trabalho na atividade agrícola das mulheres estudadas. Percebe-se que 33,33% das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra que participam do PAA Municipal de Santarém trabalham com agricultura há mais de 32 anos. A percentagem das mulheres entrevistadas que trabalham na atividade agrícola no máximo há 12 anos é de 28,57%, enquanto 14,28% delas trabalham no máximo há 22 anos.

Tabela 5 - Tempo de trabalho na atividade agrícola das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.

Tempo (em anos)	Nº absoluto	%
Menos de 7	-	-
8 a 12	6	28,57%
13 a 17	2	9,52%
18 a 22	3	14,28%
23 a 27	1	4,76%
28 a 32	2	9,52%
Mais de 32	7	33,33%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Para 71,43% dessas mulheres o trabalho na agricultura começou na infância ou no início da adolescência ao lado dos pais. Já para 28,57%, o trabalho na agricultura começou após terem formado família, na qual aprenderam a desenvolver as atividades agrícolas junto com o marido/companheiro e dos pais dele. Antes de formarem família, essas mulheres estudavam e/ou trabalhavam em outras atividades, como: empregadas domésticas, vendedoras das lojas do comércio santareno, prestadoras de serviços, costureiras, professoras de magistério, vendedoras de lanche, entre outras.

Na ocasião da entrevista, aproveitei para indagá-las a respeito da idade com que começaram a desenvolver as atividades domésticas na casa dos pais e como diferenciavam o trabalho na roça (produtivo) do trabalho de casa (reprodutivo), em termos de penosidade e resultados.

Para 100% das mulheres entrevistadas, o início das atividades domésticas começou na infância, por volta de 7 e 9 anos. Para 70% das mulheres estudadas, o trabalho em casa (reprodutivo) é mais penoso do que o trabalho na roça. Os principais argumentos expostos por essas mulheres para justificar a resposta foram que o trabalho de casa é interminável e não resulta em ganhos em dinheiro, enquanto que o trabalho na roça o resultado é visível e ao final é reconvertido em ganhos.

A esta mesma constatação chegaram Torres e Rodrigues [2010:240] ao pesquisarem junto as mulheres da comunidade São Francisco do Parauá, no Município de Manacapuru/AM, que tipo de trabalho elas preferiam fazer e concluíram que “é o trabalho fora de casa, posto que o trabalho doméstico é rotineiro e sem resultados” ou seja, sem ganhos em dinheiro.

Já para 30% das entrevistadas, o trabalho na roça é mais penoso do que o trabalho de casa. Os principais argumentos mencionados atentam para o fato do trabalho na roça ser sacrificante, exigir força física e muita disposição, enquanto o trabalho de casa, embora também requeira disposição, mas é mais flexível porque pode ser feito ao longo do dia, sem grande preocupação com o horário e sem a interferência do marido/companheiro. Com relação a isso, Torres e Rodrigues (2010) baseado em Bourdieu (1999), explicam que os homens creditam às mulheres a incumbência da maior parte dos afazeres domésticos, por compreenderem que na divisão sexual e social do trabalho, o ambiente doméstico é de competência das mulheres, e as mesmas entendem que o espaço da casa e do quintal é o ambiente em que exercem certo poder.

Já a Tabela 6 refere-se ao tempo de residência das mulheres agricultoras na comunidade do Trevo de Belterra. Através dela, percebe-se que 47,61% das mulheres

entrevistadas residem no Trevo de Belterra há cerca de 11 a 16 anos, seguida daquelas que residem de 17 a 22 anos na comunidade (23,8%), apenas 14,28% delas moram há mais de 22 anos e, também 14,28% moram há menos de 10 anos no Trevo de Belterra.

Tabela 6 - Tempo de residência das mulheres agricultoras na comunidade do Trevo de Belterra

Tempo (em anos)	Nº absoluto	%
Menos de 1	-	-
1 a 5	2	9,52%
6 a 10	1	4,76%
11 a 16	10	47,61%
17 a 22	5	23,8%
22 a 27	2	9,52%
Mais de 27	1	4,76%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Quando se analisa os dados da Tabela 6 com as informações relativas à ocupação territorial da área que, em 2009, formou oficialmente a comunidade do Trevo de Belterra, constata-se que 61, 86% das mulheres agricultoras entrevistadas e suas famílias migraram para tal área quando houve a conclusão das obras de infraestrutura viária de prolongamento da via, Estrada 5, que permitiu a interligação do centro da cidade de Belterra à Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no ano de 2000.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA E O ACESSO À INFRAESTRUTURA BÁSICA

Cintrão e Siliprandi (2011) e Heredia e Cintrão (2006) discutem a respeito de como a privação dos recursos básicos como: água, energia elétrica, esgotamento sanitário e tantos outros acometem a todos os moradores das áreas rurais, mas, especialmente, às mulheres, pois são essas que agem diretamente para a reprodução do espaço doméstico em que o acesso a essas infraestruturas são imprescindíveis para a realização eficiente e eficaz das tarefas. Ou seja, as condições de acesso a infraestrutura básica repercutem sobre o aproveitamento e as jornadas de trabalho doméstico e produtivo das mulheres rurais.

Partindo dessa premissa, considere analisar a disponibilidade e o acesso que as mulheres entrevistadas têm à infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário) e, também, sobre as condições de moradia (situação da moradia e tipo de construção da moradia), para assim apreender de forma mais geral às condições de vida das mesmas.

A Tabela 7 refere-se ao acesso das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra à energia elétrica, sistema de abastecimento de água encanada e esgotamento sanitário.

Tabela 7 - Acesso das mulheres agricultoras à energia elétrica, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Acesso	Nº absoluto	%
Energia Elétrica	21	100%
Abastecimento de Água (caixa d'água e/ou poço artesiano)	21	100%
Esgotamento Sanitário (fossa séptica)	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Através da Tabela 7, percebe-se que 100% mulheres entrevistadas são razoavelmente assistidas por essas infraestruturas. Digo razoavelmente, porque têm-se energia elétrica em casa, mas há precariedade de iluminação pública na comunidade, têm-se abastecimento de água, porém a qualidade do recurso é duvidosa e não existe rede de esgoto, e, sim, fosse séptica, que inclusive é a forma de esgotamento sanitário mais comum presente não apenas em áreas rurais, mas urbanas também no Brasil.

Contudo, as entrevistadas revelam que o acesso a esses recursos básicos facilitam muito o trabalho doméstico e produtivo, principalmente, o de água encanada, o que é apontado por elas como o mais essencial entre todas as infraestruturas básicas. Heredia e Cintrão também observam em sua análise sobre a qualidade de vida das mulheres no meio rural brasileiro que a disponibilidade de água e sua canalização interna “no domicílio é talvez o elemento de infraestrutura que mais consequências traga para o trabalho das mulheres nas zonas rurais” [2006: 04] até porque, em geral, é de responsabilidade da mulher buscar água para abastecer a casa, e quando não existe canalização interna, todas as atividades domésticas, como também, produtivas são comprometidas.

A Tabela 8 trata da situação de moradia das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.

Tabela 8 - Situação da moradia das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.

Moradia	Nº absoluto	%
Própria	20	95,24%
Alugada	1	4,76%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

É possível observar, na Tabela 8, que 95,24% das mulheres entrevistadas residem em casa própria, localizadas, predominantemente, às margens da Rodovia BR-163. As mulheres estudadas explicam que a aquisição das propriedades em alguns casos deu-se por compra em dinheiro, e outros casos por negociação de troca entre propriedades e/ou bens materiais (carro, gado de corte e leiteiro, ferramentas e maquinários).

A Tabela 9 refere-se ao tipo de construção das moradias das mulheres agricultoras estudadas.

Tabela 9 - Tipo de construção da moradia das mulheres agricultoras da comunidade do Trevo de Belterra.

Tipo	Nº absoluto	%
Alvenaria	9	42,85%
Mista	10	47,61%
Madeira	2	9,52%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Através da Tabela 9, percebe-se que dos tipos de construção das moradias que predomina são as de estrutura mista (47,61%), seguida das de alvenaria (42,85%). As residências de estrutura mista e de alvenaria são todas de um pavimento e geralmente divididas em: pátio, sala, 2 ou 3 quartos, cozinha, banheiro interno e área de serviços que tem como extensão o quintal, e a área desses imóveis gira em torno de 100 m². Já as casas de madeira são também de um pavimento divididas em: sala combinada com o quarto, cozinha e banheiro externo e possui uma área inferior aos imóveis de estrutura mista ou alvenaria, tendo em média 55 m².

5.4 SOBRE O COTIDIANO DAS MULHERES AGRICULTORAS DO TREVO DE BELTERRA

Cerca de 80% da população da comunidade do Trevo de Belterra é envolvida direta e indiretamente com o trabalho na agricultura. Os demais são funcionários públicos, comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores formais e informais nas cidades de Belterra e, principalmente, Santarém.

A rotina da comunidade na percepção das mulheres agricultoras parece ser a mesma, mas à medida que comecei a viver e compartilhar desse cotidiano como observadora e também como uma moradora temporária, observei que na verdade a rotina causa a impressão de que tudo é sempre igual, mas não o é.

O dia para a maioria das mulheres agricultoras pesquisadas começa por volta de 6h da manhã, quando iniciam os cuidados de higiene pessoal e em seguida providenciam os primeiros afazeres domésticos, como preparar o café e soltar as galinhas para ciscar as gramíneas. Ressalto que a rotina das mulheres que têm filhos pequenos, dependentes dos seus cuidados, e em idade escolar e diferente daquelas que não têm filhos pequenos, ou que os filhos já não mais residem com elas. Observei que a rotina delas é tripla, porque necessitam cuidar da casa, das crianças e ainda trabalhar na roça. Muitas delas dizem que preferem o período do ano em que as crianças estão estudando, porque ficam despreocupadas para realizar as demais tarefas sabendo que as crianças estão na escola.

Os homens levantam logo após as mulheres, e antes mesmo de iniciarem os cuidados de higiene ligam o rádio ou a televisão a fim de saberem das notícias locais, que muito raramente informam algo sobre Belterra. Na verdade, sabem mais de Santarém do que de seu próprio município. Os adolescentes e as crianças são os últimos a levantar. As crianças são despertadas pelas mulheres, que ligeiramente, mesmo quando há birra e manha, cuidam de dar banho e aprontar as crianças para levá-las, após o café, à escola municipal, localizada na própria comunidade.

As mulheres, os homens, os adolescentes e as crianças sentam à mesa e tomam café com leite e pão, este comprado no dia anterior, e quase sempre tem umas frutas e macaxeira cozida de acompanhamentos. Assim, tomadas às devidas medidas após o despertar, homens, mulheres, adolescentes e crianças destinam-se a seus espaços sociais. Quando as mulheres retornam da escola onde foram deixar as crianças, acompanham os homens até a roça, munidas de uma garrafa pet com água, algumas frutas e o celular, que geralmente é usado para ver as horas. De 7h30, 8h até 10h30min da manhã, é o período de tempo em que as mulheres ficam na roça, retornam a casa para providenciar o almoço e cuidar de outros afazeres domésticos e, também é de responsabilidade delas buscar as crianças na escola. Os homens só retornam às 11:30h, 12h, no máximo 12h30, horário no qual os adolescentes estão chegando do colégio.

No intervalo do almoço que vai até 14:30h, 15h, os homens, os rapazes e as crianças descansam, enquanto as mulheres e as moças tratam de organizar a cozinha. Os homens retornam à roça primeiro, apenas quando o sol “baixa”, como dizem as mulheres, é que estas retornam à roça, agora, quase sempre acompanhadas dos adolescentes e das crianças. Observei que para os adolescentes são destinadas algumas atividades na roça, como a colheita, limpeza e o transporte dos produtos. As crianças

raramente ajudam em algo, essas são levadas à roça para ficar sob as responsabilidades dos adultos, quando estes não tem com quem deixá-las em casa. Às vezes pedem para algum vizinho, que não vai à roça à tarde, ficar com elas até às 18h30, 19h da noite, horário em que voltam para casa. Quando retornam, as mulheres e as moças cuidam das tarefas domésticas, recolhem às galinhas, lavam ou retiram as roupas dos varais. Os homens assistem à televisão e as crianças brincam no quintal até a hora do jantar. Costumam dormir por volta de 10h, no máximo, logo depois de terminada a última novela. Em algumas ocasiões, acredito que, em virtude do dia cansativo de trabalho, todos se recolhem para dormir mais cedo.

Nos dias de quarta-feira e sábado à noite e no domingo de manhã e noite, muitos moradores, em especial, as mulheres, os adolescentes e as crianças vão aos cultos das igrejas evangélicas, vão à missa na igreja católica, e à Casa de Oração. São os dias em que a vida noturna da comunidade é mais movimentada. Acredito que a precariedade do sistema de iluminação pública dificulte o desenrolar de uma vida noturna no Trevo de Belterra. Quando os moradores retornam das igrejas, uns ou outros estão munidos de lanternas, explicam que é para que os motoristas que circulam em alta velocidade na BR-163 (Cuiabá-Santarém) possam visualiza-los. É um meio de seres vistos e evitar acidentes no percurso.

Geralmente, nos sábados à tarde, os homens e os rapazes combinam de jogar futebol, na quadra improvisada da escola municipal da comunidade. As mulheres, as moças e as crianças ficam em casa assistindo à televisão ou vão até a casa de um vizinho para conversar amenidades, tornando-se uma maneira agradável e prazerosa de passar o tempo. Aos sábados e domingos à tarde, duas mulheres agricultoras, que por sinal são irmãs, vendem comidas típicas (vatapá, caruru) e lanches próximo ao trevo. Para elas a venda nos finais de semana complementa a renda familiar. Acredito que essa venda de comidas e lanches e as igrejas sejam os espaços de encontro, de socialização dos moradores da comunidade.

Na comunidade há poucos espaços de uso comum entre os habitantes, com exceção do campo de futebol, das igrejas e da venda de comidas próximos ao trevo. A AMATB não tem sede, não existem praças nem áreas de lazer, não se tem bares. A ausência de bares na comunidade é explicada em parte porque 70% da população é evangélica. Segundo um comerciante da comunidade, instalar um bar seria prejuízo tanto econômico quanto para o sossego da comunidade, que a seu ver é pacata. Os poucos jovens que buscam lazer e diversão vão, aos finais de semana, para o centro da

cidade de Belterra ou para Santarém, onde tem casas de show, bares, praias, entre outros.

Essa noção geral da rotina da comunidade do Trevo de Belterra me possibilitou conhecer os espaços sociais onde se desenrolam o cotidiano das atividades e dos papéis sociais dos moradores. Para Lefèbvre “a vida diária: os gestos de todos os dias, as refeições, os trajés, o corpo, as relações de vizinhança, tudo isso é sentido, é linguagem, efeito de poder. Faz parte da dialética das coisas da vida cotidiana” [1973: 4-5]. Assim, os espaços sociais das mulheres agricultoras são a casa, o quintal, a roça, a igreja e a cidade de Santarém. Os homens pertencem à roça, ao trabalho assalariado²², ao campo de futebol e à cidade de Santarém. Os adolescentes e as crianças, geralmente, frequentam os espaços sociais dos pais, com exceção da escola, que pode-se considerar, neste contexto, exclusivos destes.

Lima (2012) ao estudar mulheres extrativistas de mangaba, em Vila Paca, distrito de Joanes, município de Salvaterra, Ilha do Marajó – também classificou os espaços sociais dos moradores da localidade. A comunidade de Vila Paca é uma realidade sócio espacial diferente do caso do Trevo de Belterra, mas no tocante aos usos dos espaços sociais pelos moradores, pode-se dizer que existem similaridades. Em Vila Paca, as mulheres extrativistas também pertencem à casa, ao terreiro – que seria o equivalente ao quintal no caso do Trevo de Belterra – e à roça. Os homens pertencem à cidade, ao mar e também ao trabalho assalariado, consideradas atividades externas à comunidade. Os espaços de uso misto são o mangue e o campo da mangaba, no entanto, em cada um desses espaços, homens e mulheres desenvolvem atividades diferentes, por exemplo, homens não coletam mangaba, pois é de competência das mulheres fazer isso, eles extraem madeira para a fabricação de canoas, remos, cercas, entre outros.

Tanto em Vila Paca quanto no Trevo de Belterra, os espaços sociais das mulheres são fortemente ligados ao ambiente reprodutivo enquanto os dos homens são marcados por um envolvimento em atividades econômicas externas à comunidade. A diferença entre as duas comunidades ficaria por conta da dinâmica dentro dos espaços de uso misto, pois em Vila Paca, homens e mulheres atuam de diferentes formas no mangue e no campo de mangaba, já no Trevo de Belterra, não existem diferenças

²² Neste contexto, a expressão trabalho assalariado está relacionado às atividades de diarista, garimpeiro e comerciante. São os tipos de trabalho desenvolvidos externamente a propriedade familiar e, em alguns casos, a própria comunidade.

consistentes de atuação entre homens e mulheres, seja na roça, seja na comercialização dos produtos agrícolas nos mercados de Santarém.

5.5 INSERÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO PAA

Alguns dos critérios utilizados para o desenvolvimento do estudo de caso com as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra foram a quantidade de mulheres cadastradas e o tempo de participação delas no PAA. Assim, ter noção de como se deu a inserção dessas mulheres e os fatores que as estimularam a participar do PAA Municipal de Santarém são importantes para analisar a posição das mesmas e suas expectativas em relação ao Programa.

Diante disso, na Tabela 10, trago dados relativos ao ano de início de inserção das mulheres entrevistadas do Trevo de Belterra no PAA.

Tabela 10 - Ano de inserção no PAA – Entrega dos produtos.

Ano	Nº de Mulheres	
	Nº absoluto	%
2009	2	9,52%
2010	8	38,09%
2011	2	9,52%
2012	3	14,28%
2013	6	28,57%
Total	21	100%

Elaboração: Guimarães, J. F., 2014.

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

No ano de 2009, apenas duas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra se cadastraram no PAA e realizaram a entrega dos produtos agrícolas, na modalidade “Compra Direta” (CD)²³. Elas explicaram que souberam do PAA através da APRUSAN, associação ao qual são filiadas, e assim decidiram buscar informações junto aos STTR-STM e STTR-BEL e também na EMATER-STM para saber quais providências deveriam tomar para participar do PAA. Elas disseram que a iniciativa de se inserir no PAA partiu delas, pois viam no Programa mais um local onde poderiam comercializar seus produtos agrícolas e assim aumentar a renda da familiar.

Siliprandi e Cintrão (2011) entendem que o PAA é um canal facilitador de inserção das mulheres agricultoras nas atividades de comercialização, já que essas têm dificuldades no tocante a isto, em virtude, de suas atribuições de gênero priorizarem as atividades concernentes a vida doméstica e ficar circunscrita ao ambiente privado, não

²³ Ver Quadro 1 - Descrição das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na página 38.

as preparando, de modo geral, para a vida pública, que envolve a socialização e a aprendizagem de negociação nos meios de comercialização da produção, uma vez que esta tarefa é empreendida pelos homens.

Em 2010, o PAA Municipal de Santarém passaria a ser executado na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS)²³, e foi neste ano que se verifica a inserção da maioria das mulheres entrevistadas ao Programa (38,09%). A explicação para isso se encontra no fato de nesse ano, para implementar o PAA Municipal em Santarém, na modalidade “Compra com Doação Simultânea” – (CDS), os técnicos, principalmente, da SEMTRAS e SEMPAP, em parceria com os da EMATER realizaram uma operação de busca por agricultores familiares aptos a comercializar no PAA. Foi nessa busca que os técnicos extrapolaram os limites municipais de Santarém e cadastraram agricultores familiares do município de Belterra, daí como essas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra atendiam às exigências do Programa e dispunham de DAP foram cadastradas e passaram a entregar desde então.

Concluo que a iniciativa de participar do PAA não partiu das mulheres agricultoras, mas, sim, de um esforço dos técnicos do PAA para alcançar o número de agricultores familiares para implementar o Programa na nova modalidade indicada pelo MDS, tanto que no ano seguinte, 2011, quando não há essa ação dos técnicos em busca de agricultores, apenas duas mulheres (9,52%) se cadastraram no PAA. Segundo relatos dos técnicos e das próprias agricultoras entrevistadas, inferi que a dúvida em relação ao funcionamento do PAA, a falta de esclarecimentos por parte do STTR-BEL e a não busca de informações pelos próprios agricultores do Trevo de Belterra incorreram nos principais entraves para que elas buscassem participar do PAA.

Grisa et al. (2009) observam que essa falta de divulgação pelos executores do PAA e o desconhecimento dos objetivos e da forma de funcionamento do Programa por parte dos agricultores são alguns dos limites do PAA, principalmente, em realidades rurais onde existe pouca participação dos agricultores familiares em organizações coletivas, como associações e cooperativas. Por isso é tão importante que o PAA estimule a criação dessas instituições para que as dúvidas e mesmo as reivindicações por melhorias em relação ao Programa ocorram de forma mais consistente.

Ainda analisando a Tabela 10, diferentemente do ano de 2011, 2012 e 2013 evidencia-se um aumento progressivo, respectivamente 14,28% e 28,57%, do número de agricultoras do Trevo de Belterra que se vincularam ao PAA.

Entretanto, é importante ressaltar que o aumento do número de mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, principalmente, no ano de 2013, como indicado na Tabela 10, não foi apenas resultado da percepção das mesmas dos benefícios possibilitados pelo PAA, no que diz respeito à comercialização e aumento da renda, mas também do fato dos técnicos que operacionalizam o PAA Municipal de Santarém terem orientado para que os novos cadastros dos agricultores fossem feitos no nome das mulheres, já que o MDS as incluiu como público prioritário fornecedor do PAA, na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), estipulando que 40% dos agricultores fornecedores devem ser mulheres. Dessa forma, para alcançar a meta sugerida pelo MDS, os técnicos do PAA de Santarém direcionaram o cadastro para serem registradas as mulheres.

Embora o aumento do número de mulheres no PAA Municipal de Santarém tenha, parcialmente, partido de uma estratégia realizada pelos técnicos, mostro na Tabela 11, que mesmo sem este direcionamento a tendência geral verificada no Brasil indica que, de 2011 para 2012, aumentou a participação do público feminino no PAA.

Tabela 11 - Quantidade de agricultores participantes do PAA Municipal – Brasil.

Por sexo	Anos		
	2011	2012	% de aumento de 2011/2012
Mulheres	3.660	5.220	29,8%
Homens	8.736	11.692	25,2%
Total	12.396	16.912	26,7%

Elaboração: Guimarães, J. F., 2014.

Fonte: PAA *data*, 2014.

A Tabela 11 traz dados oficiais divulgados no site PAA *Data*, que é alimentado com informações coletadas pelo Governo Federal. Esses dados representam que a tendência de crescimento não é apenas local, mas nacional, já perceptível em anos anteriores a 2013.

Os dados da Tabela 11 demonstram que o percentual de mulheres que passaram a participar do PAA aumentou de 2011 para 2012, (29,8%), e o comparando proporcionalmente a inserção dos homens, também foi superior, com uma diferença de 4,6%. Seguindo essa tendência, os próximos anos também indicaram aumento tanto da adesão de homens, mas, especialmente de mulheres, por mais um motivo, que não apenas a busca livre por mais um canal de comercialização, mas também porque elas passaram a ser consideradas público prioritário envolvido na proposta de inserção ao PAA, como já foi mencionado.

Ademais Siliprandi e Cintrão (2011) trazem outro argumento para explicar o aumento do número de mulheres agricultoras no PAA, principalmente, na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), a mesma executada no PAA Municipal de Santarém, que está relacionado ao fato desta modalidade priorizar a compra dos produtos agrícolas que geralmente são cultivados pelas mulheres agricultoras.

As modalidades do PAA como a Doação Simultânea de uma forma geral vêm propiciando a criação de um mercado “institucional”, com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao “auto-consumo”, à “subsistência” e ao “quintal”, cultivados em áreas próximas à casa, ou em áreas não aproveitados para cultivos comerciais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 12).

Contudo, vale destacar que embora o MDS tenha estipulado esse percentual de 40% para a participação das mulheres no PAA, e que as projeções indiquem o aumento do ingresso das mesmas nos próximos anos, sabe-se que a força de trabalho feminina utilizada na produção direcionada ao PAA é superior. Isto é, por trás dos 60% de homens cadastrados se tem mulheres na atividade produtiva, da mesma forma, que por trás dos 40% de mulheres registradas se tem homens.

O cadastro e a entrega de produtos pelas mulheres são meios insuficientes de avaliar a participação delas no PAA, ou ainda de utilizar esses dados para se discutir seriamente sobre as transformações nas questões de gênero no meio rural brasileiro. Corroboro da conclusão apresentada por Siliprandi e Cintrão quando reconhecem que o PAA valoriza o trabalho das mulheres, mas que “ainda existem fortes desafios para que se possa contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia econômica das mulheres” [2011: 22], como também, para o reconhecimento de que tanto na esfera doméstica quanto na produtiva as mulheres trabalham para garantir a reprodução da família.

6. (RE)ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO

O objetivo deste capítulo é analisar as influências do PAA sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra. Para isso, divido o capítulo em quatro seções, na primeira, caracterizo o espaço produtivo onde as mulheres agricultoras desenvolvem o trabalho agrícola. Na segunda, trato sobre a divisão do trabalho no interior da unidade de produção, bem como da jornada e da intensidade do trabalho, ressaltando o lugar das mulheres no ambiente produtivo. Na terceira, discuto acerca do que as mulheres produzem incluindo a questão da diversificação da produção, interferência na produtividade e as implicações sobre a autonomia. E na quarta, trato da participação das mulheres agricultoras em organizações coletivas.

6.1. ESPAÇO PRODUTIVO

Para compreender as influências do PAA sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, caracterizo e descrevo os espaços produtivos onde elas desenvolvem as atividades agrícolas.

Chayanov (1981) explica que a unidade familiar é formada pela unidade de consumo, que consistiria na família residente no espaço da casa e seu entorno imediato, e a unidade de produção, espaço onde são desenvolvidas as atividades agrícolas por esta mesma família. No Trevo de Belterra, há casos em que a unidade de produção compreende uma área de terra que está localizada a quilômetros de distância da unidade de consumo – casa. Assim, é necessário o deslocamento diário dos membros da família para essas áreas a fim de praticarem a atividade agrícola. Trata-se do caso das famílias das mulheres agricultoras que migraram da comunidade de Tracuí para o Trevo de Belterra, onde no Trevo a finalidade é apenas a moradia, enquanto em Tracuí permanece o desenvolvimento da atividade agrícola que sustenta a família.

Diante disso, trato na Tabela 12 acerca da condição de acesso à terra em que as famílias das mulheres agricultoras pesquisadas desenvolvem as atividades agrícolas.

Tabela 12 - Condição de acesso a terra.

Situação	Nº absoluto	%
Própria	13	61,9%
Arrendada	5	23,8%
Própria + Arrendada	3	14,28%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Através da Tabela 12, percebe-se que 61,9% das unidades de produção são próprias, a maioria destas está localizada na área/bairro do Portão de Belterra. Já 23,8% das unidades de produção são arrendadas, neste caso, a família que reside na comunidade do Trevo de Belterra não tem unidade produtiva própria, tendo apenas a moradia e, por isso necessita arrendar terras para poder desenvolver as atividades agrícolas. Enquanto 14,28% das unidades de produção das famílias das mulheres agricultoras são formadas por áreas próprias mais áreas arrendadas. Neste caso, as áreas de terras pertencentes às famílias das mulheres agricultoras são pequenas inviabilizando o desenvolvimento de um determinado volume de produção, requerendo que a família arrende áreas para complementar e, assim, atingir cota de produção, relativamente, estabelecida naquele período ou época do ano.

A situação de não dispor de terras para a realização dos próprios cultivos é frequente na Amazônia e tem base na sua tradicional concentração de terras. Assim, os novos grupos domésticos que se formam obtêm terras para a construção, mas nem sempre têm acesso a áreas para plantação (HURTIENNE, 2005).

Já na Tabela 13 trato do tamanho da unidade de produção familiar, considerando as áreas próprias, as áreas arrendadas e as áreas próprias mais arrendadas.

Tabela 13 - Tamanho da unidade de produção familiar.

Área (ha)	Nº absoluto	%
1 a 3	12	57,14%
4 a 7	4	19,04%
16 a 19	1	4,76%
Mais de 32	3	14,28%
Não sabe	1	4,76%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Com base nos dados, analiso que 57,14% das unidades de produção têm entre 1 a 3 ha, seguida daquelas que têm de 4 a 7 ha (19,04%) e ainda das que têm mais de 32 ha (14,28%). As unidades de produção que têm mais de 10 ha em sua maioria estão localizadas na área/bairro do Portão de Belterra ou em outras comunidades próximas dali.

Existem diferenças entre as unidades de produção que têm mais de 10 ha para aquelas com áreas inferiores a 10 ha, no que diz respeito à sua organização espacial. Nas unidades de produção com mais de 10 ha é possível perceber que se têm uma área com plantio e outra em pousio, onde se observa o desenvolvimento de uma vegetação

rasteira. Já nas unidades de produção com menos de 10 ha, toda a área é utilizada para o cultivo e tem menor número de espécies agrícolas cultivadas. Ainda neste caso, fica difícil delimitar onde é a unidade de produção e onde é o quintal.

A situação chama atenção para os atuais limites do sistema de corte e queima, tradicionalmente, utilizado na Amazônia para a gestão dos recursos. Mediante a impossibilidade, repete-se o cultivo na mesma área com o comprometimento na produtividade ou na dependência crescente de insumos. A Tabela 14 refere-se ao uso de sistema de irrigação na unidade de produção familiar.

Tabela 14 - Infraestrutura de Sistema de Irrigação.

Resposta	Nº absoluto	%
Sim	7	33,33%
Não	14	66,66%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Elaboração: GUIMARÃES, J. F..

Através da Tabela 14, percebe-se que 66,66% das unidades de produção não dispõem de sistema de irrigação, enquanto 33,33% dispõem, possibilitando que as famílias produzam o ano inteiro. As unidades de produção que dispõem de sistema de irrigação são em sua maioria aquelas que têm área superior a 10 ha. Já nas unidades de produção com área inferior a 10 ha, em sua maioria as agricultoras dispunham de mangueiras, regadores e mesmo caixa d'água no chão para armazenar água e para regar os cultivos (ver Foto 18).

Foto 18 – Caixa d'água utilizada para acesso rápido a água



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: O acesso fácil a água otimiza o trabalho das mulheres agricultoras que são, na maioria das vezes, responsáveis por regar os cultivos.

6.2 DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Torres e Rodrigues [2010: 237-238] ressaltam que a divisão social e sexual do trabalho, bem como os papéis sociais assumidos por homens e mulheres são “construídos socialmente e vão sendo (re)significados no processo histórico de acordo com o *ethos* de cada sociedade.”

Já Castro (1992), baseado em Hirata (1989), destaca que os primeiros estudos feministas, da década de 1970, tratavam das temáticas: gênero e trabalho, nos quais dedicavam atenção especial ao trabalho reprodutivo e sua articulação ao trabalho produtivo. A perspectiva analítica da categoria social de gênero possibilitou às feministas problematizar a dupla desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres, especialmente, pelas mulheres agricultoras. O trabalho produtivo executado por essas é visto como “ajuda”, já que ele é realizado no ambiente de ação e domínio dos homens, e o trabalho reprodutivo é considerado um “não-trabalho”, pois as atividades não resultam em ganhos monetários (TEDESHI, 2004).

Contrariando em parte o debate sobre o que é ou não considerado como trabalho quando desenvolvido pelas mulheres agricultoras, constatei que no Trevo de Belterra, a maioria das mulheres agricultoras participantes do PAA Municipal de Santarém entende que as atividades que desenvolvem na roça não se tratam de uma “ajuda” e, sim, de trabalho. Elas têm essa percepção, assim como, a comunidade as reconhece como trabalhadoras rurais. Contudo, no que se refere ao trabalho desenvolvido por elas no ambiente doméstico, este, sim, continua sendo considerado pelos demais como um “não-trabalho” por justamente não gerar ganhos econômicos.

Paulilo (2009) explica que a invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico foi fortemente influenciada pelo pensamento marxista, da década de 1970, que estabelecia uma diferenciação clara entre o “trabalho produtivo” e o “trabalho improdutivo”, “referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais-valia, o que daria ao trabalho doméstico a classificação de improdutivo” (PAULILO, 2009, p. 179).

No que tange à divisão do trabalho produtivo, as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra desenvolvem uma série de atividades no espaço produtivo agrícola que engloba desde o preparo do plantio, a colheita até a limpeza do roçado que é realizada após a plantação, e quando da ausência dos homens, elas aram a terra e aplicam defensivos agrícolas, considerado por elas trabalhos pesados. Explicam que entre essas duas atividades pesadas a que não gostam de fazer é lidar com os agrotóxicos, pois o

equipamento pesa em torno de 20kg e os agrotóxicos utilizados provocam alergias e enjoos, ponderando que os homens são mais resistentes nesse sentido do que elas (ver Foto19).

Foto 19 – Momento em que uma das agricultoras ajuda a outra a colocar o equipamento borrifador nas costas.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

É necessário auxílio de outra pessoa para colocar o equipamento borrifador de agrotóxico nas costas. As agricultoras se revesam na aplicação daquilo que chamam de “veneno”²⁴. A agricultora que vai aplicar o “veneno” está vestida dos pés à cabeça como modo de se proteger do contato com o produto. Já os homens não usam qualquer proteção para realizar essa tarefa.

Constatei a forte participação das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra no trabalho produtivo agrícola. Analiso a jornada de trabalho diária que essas mulheres dedicam à agricultura e para isso, trago na Tabela 15 dados sobre a jornada de trabalho diária em horas informada pelas mulheres agricultoras.

²⁴ “Veneno” é o termo utilizado de forma geral pelos agricultores familiares da Comunidade do Trevo de Belterra.

Tabela 15 - Jornada de trabalho produtivo na agricultura das mulheres do Trevo de Belterra.

Volume do trabalho (horas/dia)	Nº absoluto	%
± 6	9	42,85%
± 8	9	42,85%
± 10	3	14,28%
Total	21	100%

Elaboração: Guimarães, J. F., 2014.

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Pode-se verificar que 9 das 21 mulheres entrevistadas trabalham cerca de ± 6 horas/dia na agricultura (42,85%). Esse grupo de mulheres encaixa-se, predominantemente, na faixa etária de 19 a 36 anos, têm filhos pequenos em idade escolar e/ou trabalham em outras atividades além da roça, como: na produção de salgados e doces, venda em comércio e no serviço de costura. O envolvimento nessas atividades “extra-roça” são meios de complementar a renda familiar e também ter um dinheiro a mais para elas investirem em bens e serviços para si, como ir à manicure, ao cabeleireiro, comprar roupas, calçados e miudezas do tipo bijuterias, produtos de higiene e beleza.

Outras 9 mulheres entrevistadas destinam ± 8 horas/dia (42,85%). E também têm-se aquelas que trabalham ± 10 horas/dia na agricultura (14,28%). Esse dois grupos de mulheres estão na faixa etária de 43 a 54 anos. Os filhos e filhas crescidos também trabalham na roça, bem como, contribuem nas tarefas domésticas, da mesma forma, que alguns maridos. Essa participação do marido no cumprimento das tarefas domésticas foi observada entre as famílias residentes no Bairro do Portão de Belterra. O fato dessas mulheres não terem mais que dedicar um tempo maior as atividades da casa e do cuidado com os filhos possibilita que possam ficar mais tempo no espaço produtivo.

As mulheres agricultoras do Trevo de Belterra trabalham em média 7, 4 horas por dia, totalizando 44, 5 horas por semana, contando os dias de segunda a sábado. No tocante à análise da participação no PAA e jornada de trabalho, concluí que de modo geral, a entrega a este mercado institucional, até o momento, não implicou em aumento do volume de trabalho, pois a quantidade de produtos fornecidos ao Programa é inferior à produção que dispõem para comercializam.

O depoimento de uma das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra a respeito das influências do PAA no volume e intensidade do trabalho torna-se bem ilustrativo para se entender a avaliação que ela faz do PAA e que, de certa forma, é o entendimento geral das demais agricultoras pesquisadas.

“Com o PAA, pelo contrário, trabalho menos e ganho mais” (C. S. R., 52 anos, agricultora familiar).

Quando a agricultora diz que trabalha menos, não está se referindo à jornada de trabalho, mas a intensidade do trabalho. Todas elas afirmaram que o dinheiro recebido da venda ao PAA, um percentual deste é investido na produção, seja na compra de sementes, agrotóxicos, ferramentas, pagamento de diarista, aluguel de pequenas máquinas para arar a terra, aluguel de borrifador de agrotóxicos, construção de caixa d'água, etc. O acesso a esses tipos de recursos que facilitam o desenvolvimento do trabalho produtivo possibilita a elas menor penosidade no desenvolvimento das atividades agrícolas e ainda, sim, aumentar o volume da produção.

O observado entre as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, também foi constatado nos estudos de Martins e Cavalcante (2007) que ao pesquisarem o caso de Pernambuco, e Chmielewska et al. (2010), o de Sergipe, apontam que o PAA influencia diretamente no desenvolvimento das práticas produtivas, uma vez que os agricultores investem no melhoramento da produção, implicando no aumento da área cultivada, na diversificação das culturas agrícolas, principalmente, das nativas, e no incremento de novas ferramentas e no uso de maquinário agrícola. Verifica-se investimento na aquisição de pesticidas e fertilizantes, em sistema de irrigação., bem como, a maior frequência na contratação de diarista o que direta e indiretamente influencia na divisão do trabalho no interior da unidade de produção.

Na Tabela 16, apresento dados referentes à intensidade do trabalho considerada pelas mulheres quando estão no espaço produtivo. É importante ressaltar que a percepção da intensidade do trabalho é uma avaliação particular, digo isto porque as tarefas que algumas mulheres consideram moderadas, outras dizem ser pesadas e outras julgam ser leves. Ainda se tem que ponderar outros fatores para analisar porque essas discordâncias sobre o que são atividades leve, moderada e pesada, como idade, experiência profissional, utilização de técnicas facilitadoras, infraestrutura produtiva (abastecimento de água), tipo de cultivo (PAULILO, 1987).

Tabela 16 - Intensidade do trabalho considerada pelas mulheres do Trevo de Belterra.

Intensidade	Nº absoluto	%
Leve	2	9,52%
Moderada	13	61,9%
Pesado	6	28,57%
Total	21	100%

Elaboração: Guimarães, J. F., 2014.

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

A maioria das mulheres (61,9%) acredita que as atividades que realizam na unidade de produção são moderadas, as tarefas pesadas ficam a cargo dos homens, mas quando estes estão ausentes e é necessário executá-las para dar prosseguimento nas demais atividades, então elas as fazem. Essas mulheres indicam que as atividades moderadas são: limpar e capinar o terreno, distribuição das sementes, manutenção do desenvolvimento do vegetal (regar, retirar ervas daninhas e pequenos insetos – como lagartas) e colher. As tarefas pesadas são: arar a terra e borrifar agrotóxicos. Algumas dessas mulheres são aquelas que trabalham ± 8 e ± 10 horas/dia na agricultura, são experientes na atividade, algumas dispõem de sistema de irrigação e utilizam alguns instrumentos e técnicas facilitadoras, além de ter cultivo agrícola diversificado.

Em seguida, tem-se o grupo de mulheres (28,57%) que considera as atividades que executa na unidade de produção pesadas, o dispêndio de esforço para realizá-las é potencializado em determinado horário do dia, quando o sol é causticante. Esse grupo indica como atividades pesadas: capinar, arar a terra, manutenção do desenvolvimento do vegetal, borrifar agrotóxicos e colher. Algumas dessas mulheres também fazem parte do grupo que tem jornada de trabalho de ± 8 e ± 10 horas/dia na roça, tem experiência profissional, mas não dispõem de sistema de irrigação e tem poucas ferramentas facilitadoras, e o seus cultivos não são tanto diversificados.

Por último, apenas 2 das 21 mulheres entrevistadas (9,52%) avaliam que as tarefas são leves. Consideram como leves: capinar, distribuir sementes ou raízes, manutenção do desenvolvimento do vegetal e colher. Elas fazem parte do grupo que tem volume de trabalho de ± 6 horas/dia, possuem certa experiência na atividade e utilizam de técnicas facilitadoras.

Paulilo [1987: 3] apresenta uma análise comparativa realizada com mulheres agricultoras de vários estados brasileiros e concluiu que “regiões distintas, culturas diferentes. Como traço comum, a distinção entre o trabalho ‘leve’ e ‘pesado’. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina”. O

argumento proposto pela autora é que o trabalho é “leve” não porque é menos penoso, mas, sim, porque é desempenhado por mulheres e crianças.

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço [...] mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças [...] Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes” (PAULILO, 1987, p. 7).

Essa distinção entre trabalho “pesado” e “leve” repercute diretamente na valorização e na remuneração atribuídos às atividades desempenhadas por homens e mulheres. Assim, trabalho “leve” e “pesado” são categorias que variam em conformação com sexo do trabalhador e, também, segundo a realidade da exploração da terra que se diferencia de região para região.

Torres e Rodrigues [2010: 242] observam que a “ideia sobre o que é ‘leve’ e ‘pesado’ está relacionada com a noção que os indivíduos têm sobre as atividades desenvolvidas dentro do sistema produtivo”. É o que ocorre com as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, pois as mesmas atividades agrícolas foram avaliadas com por elas de forma diferente e isso também é perceptível em relação ao tempo que elas têm de trabalho na agricultura, pois as mulheres mais velhas consideram “leves” determinadas atividades no trabalho produtivo que são avaliadas pelas mulheres mais novas como “pesadas”, para isso Torres e Rodrigues [2010: 242] argumentam que “as noções de ‘leve’ e ‘pesado’ rearticulam por construções culturalmente determinadas e, por isso, são relativas”.

6.3 HORTALIÇAS: UMA PRODUÇÃO DE MULHERES?

Todas as mulheres agricultoras entrevistadas iniciaram o trabalho na agricultura ainda crianças (ver Tabela 5, pág. 95). As técnicas e práticas produtivas repassadas pelos pais agricultores foram aperfeiçoadas ao longo da vida delas, seja quando elas migraram para outras localidades e assim tiveram que se adaptarem as condições ambientais locais, seja quando elas casaram e incorporaram os conhecimentos trazidos pelos maridos, seja quando elas ofereceram sua mão-de-obra para trabalhar como diaristas em outras propriedades rurais e assim tiveram que mobilizar as técnicas concebidas pelos contratantes, e seja ainda por suas participações em minicursos,

palestras ou por receberem orientações dos técnicos agrícolas que visitam seus estabelecimentos.

Pude observar que essas mulheres agricultoras a todo o momento estão abertas ao aprendizado para que possam utilizar melhor os recursos de que dispõem e assim diminuir a intensidade do trabalho e ao mesmo tempo elevar o volume de produção. Constatei que todas as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra ao participarem do PAA investiram na diversificação do cultivo agrícola, introduzindo espécies que antes não trabalhavam, ainda levando do quintal para a unidade de produção espécies que antes eram cultivadas apenas para o autoconsumo, mas que o PAA atribui preços justos o que incentiva sua produção em maior escala.

No geral as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra cultivam: melancia, banana, acerola, goiaba, mamão, coco, limão, laranja, jerimum, repolho, maxixe, beterraba, tomate, pimentão verde, pimentinha verde, pepino, alface, coentro, cebolinha, couve, feijão, arroz, milho, soja, mandioca, macaxeira, pimenta-do-reino, o extrativismo da pupunha, e também produzem mel e farinha de mandioca, e possuem criação de galinhas.

Antes de participarem do PAA, a produção na roça das mulheres agricultoras, em geral, destinava-se ao cultivo de feijão, arroz, milho, soja, mandioca, macaxeira, jerimum, banana e pimenta-do-reino. O termo roça utilizado por elas está relacionado ao espaço da unidade de produção na qual o que se cultiva é prioritariamente para ser comercializado. Já para Martins [2005: 1] as roças caboclas “são unidades de agricultura de derruba e queima de populações tradicionais nas terras firmes dos trópicos brasileiros, geralmente associados com florestas”.

Já os cultivos produzidos nas hortas, como: alface, coentro, cebolinha, couve, maxixe, pimentão verde, pimentinha verde e tomate, que são por elas considerados hortaliças eram para o autoconsumo e estavam relacionados ao espaço do quintal, assim, como a acerola, a goiaba, o limão, a laranja, coco e a pupunha. A produção de farinha e a criação de galinhas eram tanto para o autoconsumo como para a comercialização, o mel era prioritariamente produzido para ser comercializado.

Com a participação delas no PAA, aquilo que antes era cultivado no espaço do quintal, como as hortaliças e as frutas, passou a dividir lugar no espaço da unidade produtiva com os produtos de roça que, em virtude, da diversidade de cultivos na unidade de produção tiveram uma redução no volume da produção. Ou seja, com a participação no PAA houve uma redução no volume de produção dos cultivos de feijão,

arroz, milho, soja, banana, macaxeira e mandioca. Uma redução drástica no volume de produção da pimenta-do-reino e da farinha de mandioca. No caso da pimenta-do-reino, por ela ser inviável no contexto econômico dos mercados de Santarém, Belterra e no mercado institucional do PAA, enquanto o caso da farinha de mandioca, a redução se deu pelo penoso processo de produção da mesma, não compensado o esforço e o tempo dedicado, já que em outras comunidades se produz muita farinha, tornando um produto ofertado em grande quantidade nos mercados.

Contudo, o investimento da maioria das mulheres agricultoras e a tendência de investimento daquelas que se inseriram no PAA recentemente é a produção de hortaliças e frutas (ver Fotos 20, 21 e 22).

Foto 20 – Produção de hortaliças na área do Portão de Belterra.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: À esquerda plantação de mamão e à direita os canteiros de alface e coentro.

Siliprandi e Cintrão (2011) explicam que o investimento na produção de hortaliças e frutas é estimulado pelo PAA, pois sabe-se que na divisão social do trabalho produtivo rural, esses produtos são, geralmente, cultivados pelas mulheres agricultoras e destinados ao autoconsumo, e assim têm “pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo o excedente trocado ou oferecido a vizinhos e parentes, ou simplesmente ‘perdidos’”(SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 12). Assim, constato que o PAA influencia diretamente a seleção dos cultivos agrícolas que serão produzidos pelas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra.

Foto 21 – Horta na área do Portão de Belterra.



Foto: Guimarães, J. F., 2014
Nota: Horta de alface.

Foto 22 – Produção de hortaliças no Trevo de Belterra.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.
Nota: À esquerda horta de tomate e à direita de pimentão verde.

O PAA ao estimular a comercialização dos produtos cultivados pelas mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, permite-me dizer que se trata, sim, de uma produção de mulheres. Até porque no ano de 2013, como já foi mencionado, no capítulo 4, o MDS estipulou que 40% do público fornecedor do PAA na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), ou seja, a mesma praticada na área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém, deve ser de mulheres.

Foto 23 – Produção de mudas para cultivo de hortaliças.



Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Produção de mudas para serem plantadas nos meses seguintes.

Foto 24 – Agricultora preparando a terra para o plantio e entregando a produção na APRUSAN em Santarém

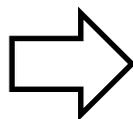


Foto: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Na foto à esquerda, agricultora do Trevo de Belterra trabalhando no cultivo de hortaliças. Já na foto à direita, a mesma agricultora entregando os produtos no PAA Municipal de Santarém.

A partir do momento que as mulheres agricultoras têm acesso ao canal de comercialização do mercado institucional do PAA, elas têm como aumentar suas

rendas, o que implica direta e indiretamente a promover sua autonomia econômica. Entretanto, acredito que o PAA influencie em outras formas de autonomia que são almejadas pelas mulheres, pois o significado de autonomia utilizado para analisar a condição das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra é aqui entendida como

a capacidade de gerenciar o próprio destino, rompendo com a intrincada rede de relações na qual ocupa uma condição subalterna, sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade de ir e vir (GARCIA et al., 2013, p. 253).

Observei que no Trevo de Belterra, as ações propostas pelo PAA legitimam as decisões das mulheres agricultoras, pois a maioria delas menciona que há muitos anos discutem a necessidade de melhor planejar, organizar e administrar a produção, assim como o fazem no âmbito doméstico, só que numa escala de tempo de médio e longo prazo. Contudo, afirmam que os homens não davam a devida importância a essa questão até o momento em que ingressaram no PAA. As palestras, os minicursos e as oficinas realizadas em parceria com a EMATER, o SEBRAE, o STTR e a APRUSAN discutem a relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar do planejamento, da organização e do gerenciamento da produção agrícola ao longo de sua cadeia produtiva, incluindo também o envolvimento com associativismo e cooperativismo.

Para as mulheres entrevistadas, o PAA ao trazer a necessidade de planejamento e gestão na agricultura familiar possibilita a legitimação das ideias, opiniões e atitudes delas sobre a execução da produção. E ao estimular a participação direta delas na produção, no cadastro e na entrega, dá credibilidade ao trabalho desenvolvido por elas, entendendo isso como uma conquista gradual, porém muito importante de valorização delas tanto no ambiente produtivo quanto no reprodutivo.

6.4 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

A consciência da visibilidade “dos trabalhos” – doméstico e produtivo - das mulheres, da validade de suas opiniões sobre o desenvolvimento da atividade agrícola e de sua participação direta nas políticas públicas são descobertas que afloram em meio à busca coletiva por seus direitos. Na Tabela 17, trago dados acerca da participação das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra em associações, cooperativas e sindicatos.

Tabela 17 - Participação das mulheres do Trevo de Belterra em associações, cooperativas e sindicatos.

Participação	Mulheres	
	Nº absoluto	%
Apenas Associação	7	33,33%
Associação e Sindicato	9	42,85%
Associação, Cooperativa e Sindicato	5	23,8%
Nenhum	-	-
Total	21	100%

Elaboração: Guimarães, J. F., 2014.

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

As mulheres fazem parte da: Associação dos Moradores e Agricultores do Trevo de Belterra (AMATB) e da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), da Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (COOPRUSAN) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTR-Bel).

Mostro que todas as 21 mulheres entrevistadas participam de alguma associação, contudo 5 delas são filiadas a mais de uma associação (AMATB e APRUSAN). Aquelas que são filiadas tanto à associação como à cooperativa e sindicato justificam essa participação como meio de estarem mais atualizadas acerca das políticas públicas e sua mudanças, dos direitos e deveres dos agricultores familiares, da questão da participação das mulheres agricultoras e também de estarem a par das tensões e dos conflitos existentes em nível local e regional entre fazendeiros e agricultoras familiares por causa de alterações de limites de propriedades rurais, além, é claro, da organização dos grupos dos quais fazem parte. Como disse uma das entrevistadas, “é um meio da gente se informar e lutar juntas pelos nossos direitos” (C. R. S.. 54 anos, agricultora familiar).

Os dados sobre a participação das mulheres agricultoras em associações, cooperativas e sindicatos são para argumentar que ao fazer parte dessas organizações coletivas também implicam em transformações no cotidiano do trabalho delas, pois as mesmas têm a oportunidade de dialogando, descobrirem-se como sujeitos de direitos. Dessa forma, a participação no PAA Municipal de Santarém estimula diretamente o envolvimento dessas mulheres agricultoras em organizações coletivas, tanto que as próprias diretrizes do PAA versam sobre a importância da participação em organizações coletivas, pois estar filiado dá maior possibilidade para que esses sujeitos tenham seus direitos contemplados (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; GRISA et al., 2009).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação analisei as influências do PAA Municipal de Santarém sobre o trabalho produtivo realizado pelas mulheres agricultoras da Comunidade Trevo de Belterra.

Para alcançar os objetivos propostos, optei pela realização de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, que me permitiu compreender os processos que possibilitaram a implementação e à operacionalização do PAA em Santarém e, assim, conhecer as estratégias e as articulações providenciadas e negociadas entre os atores sociais – com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos e para os agricultores familiares provenientes desses três municípios – as instituições governamentais – ressaltando o papel desempenhado pela Prefeitura Municipal de Santarém, pela EMATER (unidades de Santarém e Belterra) e do INCRA – e também as organizações coletivas – COOMAPLAS, COOPRUSAN e APRUSAN.

Permitiu-me vivenciar por, aproximadamente, 20 dias o cotidiano da comunidade Trevo de Belterra, Município de Belterra, e conviver de perto com as mulheres agricultoras participantes do PAA Municipal de Santarém a fim de compreender e analisar as influências deste Programa no trabalho produtivo desenvolvido por elas.

Assim, conclui que o arranjo institucional formado, em 2007, para possibilitar a implementação e a operacionalização do PAA Municipal de Santarém, na modalidade “Compra Direta” (CD), teve que ser rearranjado, em 2010, quando o MDS substituiu esta modalidade por outra, denominada de “Compra com Doação Simultânea” (CDS). O rearranjo institucional consistiu em novas estratégias e articulações entre os atores sociais, as instituições governamentais e outro município, Belterra, onde os agricultores familiares, que se enquadrassem nas exigências do PAA, tornavam-se aptos a fornecer os alimentos para o PAA Municipal de Santarém. Em 2013, ocorre um novo rearranjo institucional, dessa vez provocado pela emancipação do Distrito de Mojuí dos Campos do Município de Santarém, tornando uma nova municipalidade. Entretanto, os agricultores familiares do então Município de Mojuí dos Campos também estavam aptos a fornecer para o PAA Municipal de Santarém, uma vez que eles já forneciam quando ainda estavam nos limites municipais de Santarém.

Constatai a partir da maneira como se apresenta atualmente o arranjo institucional do PAA Municipal de Santarém que esses rearranjos estabelecidos, desde 2010, levaram a produção de uma área geográfica de execução do PAA, que compreende Santarém, como polo centralizador das decisões locais da operacionalização do Programa; e também os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, que têm os papéis de apenas fornecer os alimentos às entidades beneficiadas que estão localizadas dentro dos limites municipais de Santarém, ou seja, esses dois municípios fornecem, mas não consomem os alimentos destinados ao PAA.

Assim, de acordo com a literatura que estuda arranjos institucionais do PAA (ver Müller et al., 2007), a realidade presente na área geográfica de execução do PAA Municipal de Santarém trata-se de uma inovação institucional empreendida pela articulação dos atores sociais locais junto com as instituições governamentais, que não se deu, em virtude, apenas através de negociações e parcerias, mas também porque os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos estão intimamente integrados à dinâmica sócio espacial de Santarém. Na verdade, esse arranjo institucional do PAA Municipal de Santarém reforça essa integração construída histórica e culturalmente.

No tocante, ao funcionamento do PAA Municipal de Santarém, este também passou por transformações ao longo dos anos de execução do Programa, tendo que se adequar às mudanças de governos municipais, pois quando este foi implementado, em 2007, a Prefeitura Municipal de Santarém estava sob a gerência do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 2013, assumiu o governo do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Também, houve mudança quanto ao local onde os agricultores familiares entregavam os alimentos ao PAA. Até 2013, os alimentos eram entregues no Mercado Municipal da Rodagem, local providenciado pela Prefeitura Municipal de Santarém, contudo, não houve a renovação da permissão de uso do “Mercadinho da Rodagem”, como os agricultores o chamam. Daí, estes junto com o STTR-STM e mais as cooperativas COOPRUSAN, COOMAPLAS se articularam com a associação APRUSAN e conseguiram que esta cedesse uma área para que se tornasse, temporariamente, a central de recebimento dos alimentos do PAA.

É na sede da APRUSAN, em Santarém, que as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra participantes do PAA entregam seus alimentos e foi lá que eu soube da existência delas e pude estabelecer contatos. Entretanto, o estudo de caso com essas mulheres só foi possível porque eu compreendi, primeiramente, essa inovação institucional do PAA Municipal de Santarém, que formou uma área geográfica de

execução do mesmo, englobando o Município de Belterra, onde está localizada a Comunidade do Trevo de Belterra.

No que diz respeito às influências do PAA sobre o trabalho produtivo realizado por essas mulheres agricultoras, conclui que ocorreram alterações, principalmente, nas práticas produtivas relacionadas à escolha do que se cultivar. Com o PAA, as mulheres investiram na produção de hortaliças, o que as possibilita comercializar os produtos que são, geralmente, de cultivo praticado por elas, abrindo espaço para uma aprendizagem no que se refere à comercialização, socialização e envolvimento no ambiente público, transcendendo à dimensão do ambiente privado.

No que se refere, à jornada de trabalho das mulheres agricultoras na unidade de produção, não constatei alterações decorrentes do fato de participarem do PAA Municipal de Santarém. Essas mulheres continuam dedicando a mesma jornada de trabalho de antes de suas inserções no PAA. Acredito que a alteração no tempo de trabalho não ocorra porque já se têm um ritmo e uma rotina de trabalho estabelecida, o que não carece reduzir suas jornadas de trabalho na agricultura. Outro aspecto a ser considerado é o fato de elas terem um volume de produção superior à quantidade que podem fornecer ao PAA, a final de contas, elas não produzem exclusivamente para atender a este mercado institucional. Ou seja, elas não necessitam ainda aumentar as jornadas de trabalho já que conseguem atender de forma satisfatória aos mercados a quem fornecem.

Conclui que na intensidade do trabalho houve graduais alterações, uma vez que investiram em maquinários, ferramentas, como também, no incremento de técnicas e práticas agrícolas como, por exemplo, sistema de irrigação, que se tornaram possíveis, em favor, do pagamento recebido com a comercialização no PAA. Assim como, investimentos em infraestrutura na propriedade familiar, como a construção de poços artesianos, facilitando o acesso em quantidade satisfatória à água, pois embora elas sejam assistidas pelo sistema de abastecimento de água da comunidade, em algumas propriedades, a quantidade é insuficiente para atender às necessidades domésticas e produtivas. Há a frequência de contratação de diaristas homens para trabalhar nas unidades de produção, geralmente, para lidar com as tarefas que elas consideram “pesadas” como aplicar agrotóxicos, arar a terra e também no período de colheita, momento que requer uma rapidez no colhimento dos alimentos.

No que se refere à qualificação profissional, as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra buscam se aperfeiçoar e conhecer novas formas de lidar com os cultivos

agrícolas, com o uso de técnicas de produção orgânica e agroflorestal, com o conhecimento de novas espécies de cultivo e tantas outras coisas que aprendem no contato com os técnicos da EMATER e em conversas com demais agricultores de outras comunidades. Constatei que há uma troca de experiências, principalmente, relacionadas à produção na agricultura e o papel das mulheres agricultoras na conquista de novos espaços e de valorização do trabalho, tanto que elas se consideram e são consideradas trabalhadoras rurais.

Conclui que o maior envolvimento das mulheres agricultoras nas causas relacionadas aos seus direitos e deveres enquanto mulheres e profissionais foi estimulado pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e de Belterra. Inclusive, o STTR-BEL, tem como presidente uma mulher e, muitos dos delegados sindicais também são mulheres agricultoras. Esse estímulo sindical associado ao espaço de comercialização e acesso à renda, em partes providenciada pelo PAA, possibilita maior autonomia a essas mulheres, não restrita à dimensão econômica, mas se espalhando para uma autonomia de decisão, de voz ativa e sugestões contempladas. Essa percepção de valorização do trabalho desenvolvido por essas mulheres agricultoras sob influência do PAA se torna evidente quando este estipulou que 40% dos agricultores fornecedores deveriam ser de mulheres, e o PAA Municipal de Santarém conseguiu alcançar tal meta no primeiro ano que passou a vigorar.

Há uma procura pela afiliação em associações, cooperativas e sindicatos. Constatei que as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, em qualquer faixa etária de idade, percebem a importância da afiliação e do acesso a informações, e acreditam que participando de organizações coletivas isso se dá de forma mais eficiente.

Por fim, considero que ainda há muito para se estudar no que diz respeito às influências do PAA na agricultura familiar e, principalmente, no trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras. Sabe-se que o PAA é uma ação providenciada pelo entrelaçamento entre a política pública de segurança alimentar e nutricional e a política pública agrícola, o viés de gênero não é uma prioridade, entretanto, percebo que o estímulo dado pelo PAA à participação efetiva das mulheres ocasiona diversas implicações nos papéis sociais e na divisão social e sexual do trabalho na agricultura, que necessitam ser estudados em profundidade para que se possa nutrir o debate sobre a temática mulheres agricultoras e o trabalho produtivo no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; COLI, L. R.. Disputas territoriais, disputas geográficas. In: ACSELRAD, H. (Orgs.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, cap. 1, p. 13 -44.
- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs: Unicamp: Hucitec, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Os movimentos sociais. In: _____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFMA, 2008, p. 80-117.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Mapas com vida própria. Dos índios artesãos de Manaus aos quilombolas do Maranhão, populações tradicionais retratam sua situação geográfica e social com auxílio de GPS. **Revista de História**, 6 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mapas-com-vida-propria>>. Acesso em: 2 jul 2014.
- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. **Programa de segurança alimentar e agricultores familiares**: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. Porto Alegre: 47ª SOBER, 2009.
- AMORIM, A. T. dos S.. **Santarém**: uma síntese histórica. Canoas: Ed. ULBRA, 1999.
- _____. **A dominação norte-americana no Tapajós**: a Companhia Ford Industrial do Brasil. Santarém/PA, 1995.
- ARRUDA, R. S. V.; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.
- AZEVEDO, V. M.. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**: o caso de Barbacena/MG. Viçosa, 2012. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2012.
- BEAUD, S.; WEBER, F. Analisar os dados etnográficos. In: BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 155 – 188.
- BECKER, H.. Observação social e estudos de caso sociais. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 117 – 133.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**. n. 12, p. 135 -159, set. 2001.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BELIK, W.. As várias dimensões da fome. **Jornal Unicamp**, 12 a 25 de jun, 2006, p. 2.

BOURDIEU, P.. A casa *Kabyle* ou o mundo às avessas. **Cadernos de campo**, n. 8, ano IX, São Paulo, 1999.

BOTELHO FILHO, F. B. et al. Estudos dos impactos do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate, síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais MDS**, n. 5, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricionalsan/> Acesso em: 20 jul. 2013.

BRONDÌZIO, E. S.. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W.. (Orgs.) São Paulo: Annablume, 2006, p. 195-231.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B.. (Orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E.. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, p. 1522 – 1528, fev. 2007.

CARNEIRO, M. J.. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994, p. 11-22.

CASTRO, E.. Prefácio. In: **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 15-21.

CASTRO, M. G.. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**. Salvador, n. 17, p. 80-105, 1992.

CHAYANOV, A. V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena.. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHMIELEWSKA, D. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, 2010, p. 7-40.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E.. **O progresso das mulheres rurais 2003 – 2010**. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J.. (Org's.). Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 188 – 231.

- CORDEIRO, A. **Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.
- COSTA, F. de A. **Economia camponesa na fronteira do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012.
- COSTA, F. de A. Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós. Belém: Edufpa, 1993, 180p. Resenha de: GUERRA, G. A. D. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 411 – 414, 1996.
- DELGADO, G. et al. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, 2005.
- DELGADO, N. G.. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52. Série Estudos Rurais.
- DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (orgs.). **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7. n. 27, 2007. p. 107-138.
- ESMERALDO, G. G. S. L.. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. 1 ed. Niterói: Alternativa, 2013, v. 1, p 237-256.
- FARAH, M. F. S.. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p 47-71, jan./abr., 2004.
- FREY, K.. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUBRA. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: estudo em municípios do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, São Lourenço do Sul e Tapes**. Brasília: 2006b.
- FURTADO, A. M. M.; PONTE, F. C. Mapeamento de unidades de relevo do estado do Pará. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 9, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.sinageo.org.br/2012/trabalhos/8/8-420-576.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- GALESKI, B. **Sociologia del campesinato**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.
- GARCIA, L. et al. Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar. **Revista de Ciências Sociais**. n. 38, p. 251 – 269, abr. 2013.

GUARESHI, A.. **A operacionalização da política de segurança alimentar:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. Porto Alegre: 2010. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidade da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e desenvolvimento rural.** v. 1, n. 1, 2007.

GORAYEB, A.. **Cartografia social e populações vulneráveis.** Fundação Banco do Brasil, 2014.

GRISA, C.. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Action Aid Brasil/**Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA)**, UFRJ, 2009. Disponível em: <oppa.net.br/acervo/publicações/Pesquisa/AABR-OPPA>. Texto PAA versão livro.pdf

GRISA, C.. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida:** uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Porto Alegre: 47ª SOBER, 2009.

HÈBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, C. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia oriental. In: _____ (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera.** Presidente Prudente, ano 9, n. 8, Jan/Jun. 2006.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. dos.. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos.** Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 335-353. jul./dez. 2007.

HIRATA, H.. O trabalho da mulher e a crise econômica. **Revista CUT:** não é blá, blá, blá... Mulher trabalhadora, São Paulo, 1989.

HURTIENNE, T.. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA.** v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

KIDDER, M. L. H.. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1987, v. 2, p. 15-48.

LEFÈBVRE, H.. **A reprodução das relações sociais.** Publicações Escorpião, 1973.

LESSA, R.. **Amazônia:** as raízes da destruição. São Paulo: Atual, 1991.

LIMA, B. F.. **Vida e trabalho:** um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, estado do Pará. Belém: MAFDS/UFPA, 2012. 132 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

MALUF, R. S.. et al. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. Revista cadernos de Debate, UNICAMP, v. 4, p. 66-88, 1996.

MARQUES, E. C.. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. BIB, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-102, 1997.

MARTINS, P. S.. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos1. **Estudos avançados**. USP, São Paulo, v.19 n.53, 2005.

MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I. Avaliação dos impactos da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v. 1, n. 1, 2007.

MATEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepções e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, v. 7, p. 33 – 44, 2007a.

MENEZES, M. L. P.. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona, n. 69, 1 ago 2000. Disponível em <http://www.ub.es/sn-69-45.htm>. Acesso em: 20 jul 2014.

MELO, H. P. de.; CASTILHO, M.. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MIELITZ NETO, C. G. A.. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Porto Alegre: Mauad, 2011, p. 221-251.

MOREIRA, E. S.; Hèbette, J.. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. de.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Unesp – NEAD, 2009, p. 197-206.

MOTA, D. M. da. et al. **Programa de Aquisição de Alimentos: Possibilidade para Conservação dos Recursos de Uso Comum em Comunidade Extrativista? VI Encontro Nacional da ANPPAS**, Belém, 2012, p. 1-15.

MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, p. 25 – 47.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do programa de Aquisição de Alimentos**. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MÜLLER, A. L. et al. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v. 1, n. 1, 2007.

NEVES, D. P.. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C.. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211 – 270.

NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A.. Apresentação. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** (NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (Orgs.)). Niterói: Alternativa, 2013, p. 17 – 40.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____ . **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo, 2000, p. 17-36.

PANDOLFO, M. C.. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, jun. 2008.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 179 – 202.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

PAULILO, M. I. S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PORTO GONÇALVES, C. W.. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA DE SANTARÉM. **Informações Municipais**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral: 2010. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2012.

REIS, A. C. F. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SAGI/ PAA Data/ MDS. **Relatório Descritivo Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – 2003 a 2010**. 2010, p. 1—66. Disponível em: aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/. Acesso em: 25 Set. 2012.

SALES, C. de M. V.. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 15, v. 2, 2007.

SCHERER-WARREN, I.. Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, UPF. v. 7, n. 1, Jan-Jun. 2007, publ. n. 2º sem. 2008.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. ano XIV, n. 2, p. 78 – 88, 2005.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SHANIN, T.. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, T.. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. (2011).

SILIPRANDI, E.. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. 2011.

SILVA, J. G. da.. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1982.

SIMONIAN, L. T.L.. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SOARES, V.. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**. ano 2, 1994, p. 11 – 24.

TEDESCHI, L. A. Meu nome é “ajuda”: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Contexto e Educação**. ano 19, n. 71/72, p. 45-64, 2004.

THIOLLENT, M.. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

TORRES, I. C.; RODRIGUES, L. M. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M.. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 235 – 254.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E. Reconnectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: **II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: PGDR, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto aplica a cartografia como forma de identificação social**, s.d. Disponível em:

<<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2190>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

VALERIANO, C. A. N.. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CRP-doação através do MMNEPA**

em Santa Maria do Pará. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2012.

VEIGA, I. et al. **Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu**. In: 33º Encontro Anual da Anpocs. GT 4: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. 2009.

VELHO, O. G.. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: DIFEL, 1979.

VIEIRA, D. F. A.; DEL GROSSI, M. E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu/MG. In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Ceileiro – RS. In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

WAGLEY, C.. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WITKOSKI, A. C.. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WOLF, E. R.. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

WOORTMANN, E. F.. Teorias do campesinato e teorias do parentesco. In: _____. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Edunb, 1995, cap. 1, p. 29-96.

WOORTMANN, K.. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série antropológica**. Brasília, 2001, p. 2-28.

ZIMMERMANN, S. A.; FERREIRA, A. P. El Programa de Adquisición de Alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba/PE. In: SOUTTO, G. **Aun hay tempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

ZIMMERMANN, S. A.. **Políticas públicas e arranjos institucionais**: o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). Embrapa: 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.**I - Identificação do entrevistado**

Nome completo: _____ Idade: _____

Naturalidade: _____ Profissão: _____

Tempo na profissão e/ou na atividade que realiza atualmente: _____

II - Questões

1. Como o PAA chegou ao município de Santarém? Qual era a situação da agricultura no município?
2. Quais são as instituições governamentais e os sujeitos sociais que colaboraram/colaboram para a implementação e execução do PAA no município?
3. Como se dá a articulação entre essas instituições para o desenvolvimento do PAA em Santarém?
4. Como é a rotina de execução do PAA e sua operacionalização?
5. Quantos agricultores participam do PAA? A maioria desses agricultores é de que parte de Santarém?
6. O município de Santarém tem como garantir a demanda de produtos para o PAA?
7. Por que outros municípios, como Belterra e Mojuí dos Campos, participam do PAA? Isso não fere a lógica do Programa?
8. Quantas entidades e/ou comunidades são beneficiadas atualmente pelo PAA em Santarém?
9. Por que o MDS estabeleceu que 40% dos agricultores participantes fossem mulheres?
10. Como se dá essa participação das mulheres agricultoras?
11. Como o MDS avalia essa participação das mulheres a ponto de afirmar que 40% delas estão inseridas?
12. Quais são os principais produtos disponibilizados pelos agricultores?
13. Você poderia dizer quais foram as principais mudanças e/ou permanências percebidas após a implementação do PAA?
14. Quais são as principais limitações existentes atualmente que repercutem sobre a execução do PAA no município?

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO COM AS MULHERES
AGRICULTORAS DO TREVO DE BELTERRA.

I – Identificação da entrevistada

Nome completo: _____ Data de nascimento: _____

Cidade: _____ UF: _____

Estado civil: _____ Grau de escolaridade: _____

Profissão: _____ Anos na profissão: _____

Renda familiar (salários mínimos): _____

Tempo de moradia na comunidade do Trevo de Belterra: _____

II – Condições da propriedade familiar

Área (ha): _____.

Área produtiva: própria arrendada própria + arrendada.

Tipo de produção: convencional orgânica. Sistema de irrigação: sim não.

Produtos cultivados: _____

Produtos processados/beneficiados: _____

III - Condições de moradia

Moradia: própria alugada. Estrutura da moradia: alvenaria madeira mista.

Abastecimento de água encanada: sim não. Energia elétrica: sim não.

Rede de esgoto: sim não. Destinação dos dejetos: _____

Localização da moradia (referências geográficas) _____

IV – Participação no PAA

1. Há quanto tempo fornece para o PAA?
2. Como soube do PAA? E por que decidiu participar do PAA?
3. Faz parte de alguma associação, cooperativa, sindicato de trabalhadores rurais? Quais?
4. Quais produtos agrícolas fornece para o PAA?
5. Como transporta os produtos do Trevo de Belterra para o centro da cidade de Santarém?
6. Volume de trabalho: quantas horas por dia são dedicada ao trabalho da agricultura?
7. Há distribuição de tarefas entre os membros da família que trabalham com a agricultura? Qual tarefa desenvolve com mais frequência?

8. Intensidade do trabalho: as tarefas realizadas por você são: leve moderada pesada.
9. Em que época do ano se produz mais? verão inverno.
10. Produtividade (volume de produção após adesão ao PAA): permaneceu igual diminuiu aumentou não sabe.
11. Participa de algum curso, oficina, palestra desenvolvida pelas instituições governamentais parceiras do PAA?
12. Introduziu novas agriculturas, técnicas produtivas? Por quê?
13. Qual sua opinião acerca da fiscalização do PAA nas propriedades dos agricultores fornecedores?
14. Como avalia a execução do PAA em Santarém?
15. No que investe o dinheiro recebido com as vendas ao PAA?
16. O que o PAA significa para as mulheres agricultoras?

V – Percepção do cotidiano

1. Descreva sua rotina nos dias de semana e nos finais de semana.